



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 93

III Sessão Legislativa

Horta, Terça-Feira, 12 de Abril de 2011

Presidente: *Deputado Ricardo Cabral (substituído pelo Presidente da Assembleia)*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes (substituído pelo Deputado Mark Marques)*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se às 10 horas e 09 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se ao período dedicado ao **tratamento de assuntos de interesse político.**

Ao abrigo do artigo 73.º do Regimento da ALRAA, foram apresentados os seguintes votos:

– **Voto de Congratulação pela conquista, pelo Candelária Sport Clube, do 1.º lugar na Liga Europeia de hóquei em patins,** pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Após a apresentação, que coube ao Sr. Deputado Lizuarte Machado, e tendo usado da palavra os Srs. Deputados Cláudio Lopes (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*), o voto foi aprovado por unanimidade.

– **Voto de Congratulação ao Clube Desportivo Ribeirense, pela excelente vitória alcançada na final da Taça de Portugal**, pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Após a apresentação, pelo Sr. Deputado Cláudio Lopes, usou da palavra o Sr. Deputado Abel Moreira (*CDS/PP*). O voto foi aprovado por unanimidade.

– **Voto de Congratulação à equipa de seniores femininos do Clube Desportivo Ribeirense, pela vitória alcançada na final da Taça de Portugal**, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Após a apresentação, que coube ao Sr. Deputado Hernâni Jorge, o voto foi aprovado por unanimidade.

– **Voto de Congratulação “Conquista do Título de Campeão da III Divisão Nacional, Série Açores”**, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Após a apresentação, pelo Sr. Deputado António Parreira, e tendo usado da palavra o Sr. Deputado António Ventura (*PSD*), o voto foi aprovado por unanimidade.

Em seguida, foram apresentadas duas declarações políticas.

Na sequência da primeira declaração, proferida pelo Sr. Deputado Berto Messias (*PS*), usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS/PP*), Duarte Freitas (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*), e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*); tendo usado da palavra para protestos, contra-protestos e interpelações os Srs. Deputados Clélio Meneses (*PSD*), Hernâni Jorge (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*) e Aníbal Pires (*PCP*), e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Na sequência da segunda declaração política, proferida pela Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*), usaram da palavra os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Clélio Meneses (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*) e Aníbal Pires (*PCP*), e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*); tendo usado da palavra para protestos e contra-protestos os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*) e Artur Lima (*CDS/PP*), e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Por fim, entrou-se na **Agenda da Reunião**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação das seguintes iniciativas pelo Grupo Parlamentar do PSD: Anteposta de Lei n.º 1/2011 – “Segunda alteração à Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro, alterada pela Lei n.º 62/2008, de 31 de Outubro, que aprova o enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores”; Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 7/2011 – “Regime de informação e apresentação de contas pelo sector público empresarial regional à Assembleia Legislativa”; Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/2011 – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 54/2006/A, de 22 de Dezembro – Orgânica dos serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/2009/A, de 6 de Março”; Projecto de Resolução n.º 26/2011 – “Desagregação dos mapas que integram o Orçamento da Região”; Projecto de Resolução n.º 27/2011 – “Aprovação de um código de bom governo para o sector empresarial da Região Autónoma dos Açores”.

A apresentação dos diplomas coube ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

2. Petição n.º 3/2011 – “Não ao projecto de requalificação da Praça Velha sem discussão pública”, apresentada por Teresa Armas Cavaleiro de Ferreira, na qualidade de primeira subscritora.

Após a leitura do relatório pelo Sr. Deputado António Pedro Costa (*PSD*), usaram da palavra os Srs. Deputados António Ventura (*PSD*), José Cascalho (*BE*), José Lima (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Berto Messias (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

3. Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 2/2011 – “Regime Jurídico da atribuição de bolsas de estudo e formação pela Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação do diploma pela Sra. Deputada Piedade Lalande, usaram da palavra os Srs. Deputados Rui Ramos (*PSD*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Zuraida Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Nélia Amaral (*PS*), e ainda a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*).

O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade.

4. Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 11/2010 – “Bolsa regional aos estudantes do ensino superior”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a apresentação do Projecto pela Sra. Deputada Zuraída Soares, usaram da palavra os Srs. Deputados Piedade Lalanda (*PS*), Rui Ramos (*PSD*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

O diploma foi aprovado por unanimidade.

5. Petição n.º 10/2010 – “Constituição dos horários da educação pré-escolar, da educação e ensino especial e do 1.º ciclo do ensino básico, em funcionamento nas unidades orgânicas da RAA” – apresentada por António José Calado Lucas, na qualidade de primeiro subscritor.

Após a leitura do relatório pela Sra. Deputada Nélia Amaral (*PS*), usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Rosa (*CDS/PP*), Rui Ramos (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Vera Bettencourt (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

6. Projecto de Resolução n.º 1/2011 – “Recomenda ao Governo que desenvolva as diligências necessárias com vista à criação de um núcleo museológico aeronáutico na Ilha de Santa Maria”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, usaram da palavra os Srs. Deputados Duarte Moreira (*PS*), Aida Santos (*PSD*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), José Cascalho (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Zuraída Soares (*BE*), e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

O Projecto de Resolução foi rejeitado por maioria.

Os trabalhos terminaram às 18 horas e 55 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, vamos proceder à chamada.

(Eram 10 horas e 09 minutos)

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho **Pascoal** Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e **Silva**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Domingos Manuel Cristiano Oliveira **Cunha**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Guilherme de Fraga Vicente **Nunes**

Hernâni Hélio **Jorge**

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

José Gaspar Rosa de **Lima**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José de Sousa **Rego**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nélia Maria Brito **Nunes**

Paula Cristina Dias **Bettencourt**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Vera Mónica da Silva Alves Teixeira **Bettencourt**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Pedro Rebelo **Costa**

António Lima Cardoso **Ventura**

Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Francisco da Silva **Álvares**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Francisco Salvador **Fernandes**

Mark Silveira **Marques**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**

Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro **Cascalho**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados, temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Em primeiro lugar, queria informar todos os Srs. e Sras. Deputados a razão da ausência do Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Dr. Francisco Coelho, nos trabalhos desta manhã, que se deve à sua presença na cerimónia de tomada de posse do novo Representante da República para os Açores, Dr. Pedro Catarino. Assim, só poderá orientar os nossos trabalhos logo à tarde.

Vamos começar já o período de tratamento de assuntos políticos, com votos. Temos quatro votos, hoje de manhã, todos eles de congratulação.

Dou a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista para um **Voto de Congratulação** sobre o **hóquei em patins da freguesia da Candelária**.

(Neste momento, o Deputado Cláudio Lopes foi substituído na mesa pelo Deputado Mark Marques)

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Voto de Congratulação

O surgimento do hóquei em patins na freguesia da Candelária está ligado ao aparecimento, no início da década de oitenta do século XX, de alguns pares de patins de origem norte americana e não se pode dissociar do sucesso internacional alcançado pelo hóquei em patins português, designadamente com a conquista do Campeonato do Mundo de 1982.

Em 1986 foi fundada a Associação de Patins do Pico e em 24 de Janeiro de 1990 foi outorgada a escritura pública de constituição do Candelária Sport Clube.

De então para cá, têm-se sucedido os êxitos desportivos do Clube, nos diversos escalões etários de hóquei em patins.

Na época desportiva de 2002/2003, o Candelária Sport Clube ingressou no Campeonato Nacional da III Divisão e logo na primeira época nas competições nacionais assegurou a subida à II Divisão.

Depois de dois anos na II Divisão, ascendeu ao nível superior da modalidade, disputando o Campeonato Nacional da I Divisão desde a época de 2005/2006.

Logo no primeiro ano no escalão máximo da modalidade, o Candelária Sport Clube classificou-se para as competições europeias, tendo alcançado a final da Taça CERS na época de 2006/2007.

Na quinta época consecutiva a participar nas competições europeias de clubes – duas vezes na Taça CERS e três na Liga Europeia (antiga Liga dos Campeões) – eis que o Candelária Sport Clube volta a brilhar no panorama europeu da modalidade.

No passado dia 9 de Abril e depois de seis jornadas de competição, o Clube alcançou a vitória no grupo C da Liga Europeia – a primeira de um clube português – e classificou-se para a fase final da prova, a disputar no Principado de Andorra, no próximos dias 18 a 21 de Maio.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos termos do disposto nos artigos 71.º e 73.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, propõe que esta, reunida em Plenário, emita o seguinte voto:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se com a conquista pelo Candelária Sport Clube do primeiro lugar no grupo C da Liga Europeia de hóquei em patins, na edição de 2010/2011, e consequente apuramento para a fase final da mais importante competição europeia de clubes, o que constitui um justo prémio para os seus dirigentes, treinadores e atletas, e é também um importante contributo para a afirmação da Ilha do Pico e dos Açores no panorama desportivo nacional e internacional”.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao referido Clube, à Associação de Patinagem do Pico e à Federação de Patinagem de Portugal.

Horta, 12 de Abril de 2011.

Os Deputados Regionais, *Berto Messias, Hernâni Jorge e Lizuarte Machado.*

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Cláudio Lopes, faça o favor.

(*) Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se, naturalmente, com satisfação a este voto de congratulação pelo êxito alcançado pelo Candelária Sport Clube, ao atingir um patamar tão elevado do desporto internacional, cumprindo aquilo que há mais de três décadas vem cumprindo em prol do desporto açoriano, que é, para além do mais, permitir a muitos jovens picoenses uma ocupação saudável dos tempos livres, ao mesmo tempo que, através dos resultados de excelência que tem alcançado ao nível desportivo, tem prestigiado o desporto açoriano e levado mais longe e além fronteiras o bom nome da Região dos Açores.

Julgo também que, nestes momentos, convém sempre fazer uma reflexão sobre o contexto actual do desporto açoriano, nomeadamente no que ao apoio aos clubes nos referimos. Gostaria de deixar aqui sublinhado que muitas vezes os clubes que praticam modalidades chamadas os parentes mais pobres do desporto, apresentando, quase sempre na base de muita carolice e de muito voluntariado, resultados desportivos de excelência, nem sempre são institucionalmente os mais reconhecidos. Ainda há alguma injustiça relativa na distribuição dos apoios, sobretudo no que à promoção da palavra Açores se refere, em que algumas modalidades...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não apoiado!

O Orador: ...são consideradas de segunda linha em relação a outras, nomeadamente em relação ao futebol. Têm sido exactamente estas modalidades que têm levado o bom nome dos Açores além fronteiras, prestigiando o desporto açoriano.

Portanto, deixo aqui, aproveitando este voto, o nosso apelo e a nossa chamada de atenção para que se possa, quando possível, introduzir maior justiça na distribuição desses apoios, olhando com melhor e maior reconhecimento para

os clubes que, embora mais pequenos, mas com modalidades que também têm importância no contexto do desporto açoriano e que têm, elas sim, prestigiado de forma muito digna o bom nome do desporto açoriano dentro da região, no país e além fronteiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, da Representação Parlamentar do PPM.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário da Presidência:

Nós temos assistido, ao longo dos últimos plenários, a uma certa banalização destes votos, mas não é o caso do Candelária. O Candelária tem-se afirmado como uma potência no âmbito do hóquei português e, mais do que isso, com resultados cada vez mais prestigiantes para o desporto português no âmbito das competições internacionais.

Portanto, aproveito esta oportunidade para desejar as maiores felicidades ao Candelária, no sentido de obter ainda melhores resultados, avançar ainda mais nesta fase final da prova e, quiçá, obter o título para Portugal e para os Açores. Nesse sentido, não posso deixar de associar o Partido Popular Monárquico a este voto de congratulação.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais intervenções, vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Em seguida, vou dar a palavra ao Deputado Cláudio Lopes, para um **voto de congratulação**.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Presidência:

Voto de Congratulação

A conquista da taça de Portugal por uma equipa açoriana, em qualquer modalidade desportiva, é sempre um contributo muito positivo para a divulgação e afirmação do desporto açoriano no panorama nacional e ainda para a promoção e divulgação da nossa região.

No passado dia 10 do corrente mês de Abril, a equipa de Voleibol sénior feminina do Clube Desportivo Ribeirense cumpre de novo e de modo contundente esse objectivo, vencendo a sua velha rival, a equipa do Clube Académico de Trofa, com um resultado inequívoco de três a zero. Na 39ª edição da prova-rainha do voleibol nacional, o Clube Desportivo Ribeirense escreve assim mais uma página dourada do seu historial e acrescenta mais um importante troféu ao seu vasto e rico palmarés.

Desde o ano 2005, data da ascensão da equipa sénior feminina do Ribeirense ao mais alto patamar do voleibol nacional, esta é a 3ª vez que a equipa do Ribeirense discute a final da taça de Portugal e a 2ª em que se sagra campeã desta prova. A reconquista deste troféu confirma a excelente prestação que a equipa feminina do Ribeirense tem vindo a fazer ao longo da presente época desportiva.

Importa sempre realçar o trabalho meritório que muitas das nossas agremiações desportivas da região realizam, diariamente, proporcionando aos jovens a ocupação saudável dos tempos livres e conferindo-lhes por essa via uma oportunidade de desenvolvimento das suas capacidades desportivas, mas também físicas e intelectuais. Este trabalho, quando associado a resultados desportivos de excelência, justifica sempre, a nosso ver, que neste Parlamento também se faça o devido reconhecimento político do desempenho dos nossos atletas, mas sobretudo desse esforço colectivo e voluntarioso de largas centenas de dirigentes e colaboradores que são a alma e corporizam o desporto regional, nas mais diversas modalidades praticadas.

O Clube Desportivo Ribeirense é uma dessas imensas colectividades desportivas que, há cerca de 3 décadas, cumpre essa nobre função na sociedade

picoense, contribuindo, concomitantemente, para a dignificação e prestígio do desporto regional.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe um voto de congratulação ao Clube Desportivo Ribeirense, pela excelente vitória alcançada na final da taça de Portugal de Voleibol feminino, felicitando as atletas, a equipa técnica, os dirigentes e toda a massa associativa deste Clube e desejando-lhes muitos sucessos desportivos.

Horta, 12 de Abril de 2011.

Os Deputados Regionais, *Duarte Freitas e Cláudio Lopes*.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Abel Moreira, faça o favor.

(* **Deputado Abel Moreira (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Sobre este voto agora apresentado, o Grupo Parlamentar do CDS/PP quer desde já associar-se a ele e dizer que irá apresentar, amanhã, também um voto de congratulação, conforme foi estabelecido ontem em conferência de líderes.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais intervenções, vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar para o terceiro voto, do Partido Socialista, sobre o mesmo tema.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Antes de iniciar a leitura do voto, queria dar nota de que esta erupção de votos relativos ao desporto é motivada e justificada pelos sucessos desportivos alcançados pelas equipas açorianas neste fim-de-semana, e que motivam hoje, num jornal diário desportivo, o destaque de um título e uma grande reportagem

sob o título “Desporto açoriano em erupção”, precisamente tocando nos êxitos do Candelária, do Clube Desportivo Ribeirense e da Associação de Jovens da Fonte do Bastardo.

Voto de Congratulação

O voleibol é uma modalidade fortemente arraigada nas gentes do Pico, sendo que em quase todas as freguesias e lugares da ilha se praticou esta modalidade.

Em 1976, alguns jovens, a quem fora ofertada uma bola de voleibol, quotizaram-se, adquiriram equipamentos e, designando-se de Grupo Desportivo Ribeirense, e começaram a praticar a modalidade em festas e arraiais de Santa Cruz das Ribeiras. Dez anos mais tarde, em Novembro de 1986, foi outorgada a escritura de constituição do Clube Desportivo Ribeirense.

Na época de 1991/1992 o Clube Desportivo Ribeirense foi campeão açoriano em seniores masculinos, tendo subido às competições nacionais e alcançou o nível máximo do voleibol nacional – a Divisão A1 – na época desportiva de 2004/2005.

Nessa mesma época de 2004/2005, a equipa de seniores femininos, disputando o Campeonato da Divisão A2, subiu ao topo da competição nacional, garantido a participação, desde a época de 2005/2006, na Divisão A1. De então para cá, a equipa têm-se classificado nos primeiros lugares do Campeonato Nacional, tem participado em competições europeias e obtido classificações relevantes na Taça de Portugal Feminina, com destaque para a conquista deste troféu em 2009.

No passado dia 10 de Abril, o Pavilhão Multiusos de Baião voltou a ser palco de mais uma festa para o Clube Desportivo Ribeirense que, ao vencer o Clube Académico da Trofa no jogo da final, conquistou pela segunda vez a Taça de Portugal Feminina em voleibol.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos termos regimentais, propõe que a Assembleia Legislativa, reunida em Plenário, emita o seguinte voto:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto de a equipa de seniores femininos do Clube Desportivo Ribeirense ter conquistado a sua segunda Taça de Portugal Feminina de Voleibol, feito inédito no desporto açoriano, estendendo esta congratulação a todas as atletas, técnicos e dirigentes que viram, assim, coroado de êxito todo o seu esforço no campo desportivo”.

Deste voto sugere-se e propõe-se que seja dado conhecimento ao Clube, à Associação de Voleibol do Pico e à Federação Portuguesa de Voleibol.

Horta, 12 de Abril de 2011.

Os Deputados Regionais, Berto Messias, Hernâni Jorge e Lizuarte Machado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Não havendo mais inscrições ou intervenções, vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar para o último voto desta manhã, **Voto de Congratulação pela “Conquista do Título de Campeão da III Divisão Nacional, Série Açores”**, do Sport Club Angrense.

Dou a palavra ao Sr. Deputado António Toste, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado António Parreira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Voto de Congratulação

Conquista do Título de Campeão da III Divisão Nacional

Série Açores

O Sport Club Angrense foi Fundado a 1de Dezembro de 1929. Ao longo dos anos alcançou momentos de glória, passando também por um período de

algumas dificuldades, que foram superadas graças ao esforço e dedicação dos seus dirigentes, colaboradores e associados.

Na época 1931//1932 conquistou, pela primeira vez, o título de Campeão Distrital de Angra do Heroísmo. Foi a primeira equipa da Terceira a conquistar o Torneio Açoriano, na época de 1936/1937. Nessa época é admitido como Filial n.º 46 do Sport Lisboa e Benfica, para em 1965 passar então a Delegação n.º 3, estatuto que mantém até hoje.

O Angrense afirmou-se como um dos mais destacados clubes de futebol dos Açores, nos anos trinta a cinquenta, com a conquista de oito Campeonatos Distritais, três títulos de Campeão dos Açores e um título de Campeão Insular. No entanto, é no final da década de cinquenta, mais precisamente, na época de 1959/1960, que atinge o ponto mais alto do seu palmarés, com a conquista dos títulos de Campeão Distrital, Campeão Açoriano e Campeão Insular.

O dia 3 de Maio de 1960 ficará gravado para sempre na memória dos angrenses, com as Águias da Rua de São João a vencerem o Marítimo da Madeira por duas bolas a uma e, três dias mais tarde, a empatar a zero. Conquistando por mérito próprio o título de Campeão Insular, apurando pela primeira vez uma equipa dos Açores para participar na Taça de Portugal. Deslocou-se uma enorme multidão ao Campo de Jogos de Angra do Heroísmo para assistir àquelas que seriam as partidas que viriam a culminar numa época de ouro.

Em Agosto de 1967 parte para uma digressão ao Canadá, tornando-se no primeiro clube da região a visitar as comunidades açorianas radicadas naquele país. Durante a digressão realizou diversos jogos, defrontando o Olympiakos, campeão da Grécia na época anterior, ainda que particularmente, fez assim a sua estreia em jogos internacionais.

Dez anos mais tarde, em 1977, desta feita, para além da visita ao Canadá, visitou também as comunidades açorianas radicadas nos Estados Unidos da América. Novamente, dois anos depois, em 1979, e pela terceira vez, o Angrense voltou à América do Norte.

O Angrense também se destacou nas provas de ilha, regional e nacional nas modalidades de andebol, atletismo, basquetebol, boxe, ciclismo, hóquei em patins, natação, ténis de mesa e voleibol.

Na Formação, o clube, para além de desenvolver um trabalho, também tem prestado um serviço à comunidade, ao envolver nas suas escolas cerca de 250 crianças e jovens, proporcionando condições para a ocupação dos seus tempos livres e contribuindo ainda para a prevenção da marginalidade e delinquência. O fruto deste trabalho é bem visível, desde logo pelos últimos resultados alcançados. Campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo em quatro dos cinco escalões em disputa e Campeão Regional de Juniores C e de Juniores D.

Com oito décadas de história, o Sport Club Angrense conta no seu palmarés, para além de outros troféus conquistados, com:

- 1 título de Campeão Insular;
- 7 títulos de Campeão dos Açores;
- 16 títulos de Campeão Distrital;
- 2 títulos de Campeão da III Divisão Nacional – Série Açores.

A 1 de Dezembro de cada um dos anos de 1954, 1979 e 2004, o Sport Club Angrense comemorou respectivamente as suas bodas de: Prata, Ouro e Diamante, tendo como Presidentes da Direcção à época: o Major Miguel Cristóvão de Araújo, Laurentino da Silva Rocha e João Barcelos.

Na passada quarta-feira foi reeleito, para o biénio 2011/2013, o actual Presidente da Direcção, Avelino Luís Gonçalves.

Por último, a 3 de Abril passado, numa tarde de Domingo e pela segunda vez, o Sport Club Angrense sagrou-se Campeão da III Divisão Nacional – Série Açores, ascendendo automaticamente pela primeira vez à II Divisão Nacional. A proeza alcançada torna-se ainda maior quando se tem um plantel constituído na sua totalidade por atletas da ilha e com formação na região.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período legislativo de Abril de 2011, a

aprovação deste Voto de Congratulação pela Conquista do Título de Campeão da III Divisão Nacional – Série Açores.

Do presente Voto de Congratulação seja dado conhecimento à Direcção do Sport Club Angrense e demais órgãos sociais e colaboradores.

Horta, Sala das Sessões, 12 de Abril de 2011.

Os Deputados Regionais, *Berto Messias, Hernâni Jorge, José Lima, Domingos Cunha e António Parreira.*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Engano-me sempre aqui no botão do som, mas isso é inexperiência.

Estão abertas as inscrições.

Dou a palavra ao Sr. Deputado, do PSD, António Ventura.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados (não vou dizer Srs. Membros do Governo, porque não tem nenhum):

O PSD vai associar-se a este voto, com satisfação, pelo título alcançado pelo Sport Club Angrense, sob duas perspectivas. A primeira, no reconhecimento do valor desta colectividade na vida dos angrenses, dos terceirenses e dos açorianos, um valor de âmbito associativo, de cidadania, na promoção dos Açores e no desenvolvimento do desporto. Efectivamente, são valores essenciais à nossa sociedade.

Por outro lado, para também reconhecer o exemplo. Um exemplo que vem do facto de o plantel ser constituído por atletas açorianos. Efectivamente, é uma afirmação desta colectividade que permite reconhecer e valorizar, acima de tudo, o facto de os jovens açorianos também conseguirem. Este é um exemplo claro de que os jovens açorianos conseguem.

Muito obrigado.

Presidente: Não há mais inscrições e, não havendo mais intervenções, vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar para as declarações políticas, respeitando o artigo 74.º do nosso Regimento.

Dou a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao Sr. Deputado Berto Messias.

(Neste momento o Deputado Cláudio Lopes retomou o seu lugar na Mesa)

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O país vive um dos momentos mais críticos da sua história recente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É verdade!

O Orador: Uma crise económica e financeira europeia sem precedentes e que nem os mais reputados especialistas conseguiram prever em toda a sua dimensão, evoluiu, como é normal, para uma crise social agravada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Partido Socialista devia vir de joelhos e em penitência.

O Orador: Paralelamente, Portugal, integrado na Zona Euro, sentiu necessidade de equilibrar as suas contas públicas, depois de ter apostado no investimento público como forma de ultrapassar a conjuntura desfavorável em que se encontrava.

A bem da verdade, a situação actual de Portugal não surgiu de um dia para o outro.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pois não, isso é verdade!

O Orador: Resulta, sim, de problemas estruturais de décadas que os sucessivos governos não conseguiram ou não tiveram a coragem de resolver.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Pois não!

O Orador: Toda a situação actual é agravada por regras de mercados sem rosto e agências de *rating*, que trabalham sem qualquer racionalidade, e contra as quais os governos nacionais e as instâncias europeias se sentem totalmente impotentes para assumir uma posição ou ditar regras de regulação.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas que giro!

O Orador: Perante a sucessão vertiginosa de acontecimentos e a evidência dos desequilíbrios das contas públicas, o Governo português fez o que devia. Comprometeu-se com Bruxelas a implementar uma série de medidas, austeras é certo, mas que permitiram evitar que o país necessitasse de ajuda externa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

O Orador: É preciso dizê-lo com clareza: devido à conjuntura e ao momento actual, qualquer governo, fosse de que partido fosse, seria obrigado a adoptar medidas semelhantes. Dizer o contrário é um exercício esotérico, político e intelectualmente desonesto.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O Primeiro-Ministro é que disse!

O Orador: Até 23 de Março, Portugal tinha o destino nas suas mãos, e o Governo da República...

(Risos das bancadas do PSD, CDS/PP PCP e PPM)

Deputado Rui Ramos (PSD): E colocou o destino nas mãos dos outros!

O Orador: Até 23 de Março, Portugal tinha o destino nas suas mãos...

(Risos das bancadas do PSD, CDS/PP PCP e PPM)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quem diria!

O Orador: Sr. Presidente, eu gostaria de continuar.

Presidente: Srs. Deputados, está no uso da palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

O Orador: Com o respectivo desconto de tempo, agradeço.

Presidente: Será atendido o seu desconto de tempo.

O Orador: Até 23 de Março, Portugal tinha o destino nas suas mãos e o Governo da República, com dificuldades e alguns erros que não escamoteamos nem escondemos, tinha delineado uma estratégia para reduzir o défice das contas públicas para a necessária meta dos três por cento.

Voices de deputados da bancada do PSD: Ah, não escondeu?

Deputado João Costa (PSD): Atiram é para cima dos outros a responsabilidade!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

23 de Março de 2011. Esta data ficará para a história como o dia em que a oposição trocou Portugal pelos seus interesses partidários.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Deputado Rui Ramos (PSD): O senhor acredita no que está a dizer?

O Orador: A todos os apelos ao diálogo e à negociação, o PSD de Passos Coelho...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E Fernando Nobre.

O Orador: ...respondeu com uma ânsia cega de derrubar um Governo que estava a dar tudo por tudo para defender o país de uma intervenção gravosa do exterior.

Por si, este comportamento político já seria mau de mais, mas ficou pior. Vários dirigentes nacionais do PSD, imbuídos de uma impreparação atroz, até afirmaram que o derrube do Governo de José Sócrates permitiria baixar os juros e que esta “vitória na secretaria” acalmaria os mercados.

Um tiro totalmente ao lado.

Deputado Rui Ramos (PSD): Os senhores é que plagiaram toda a oposição!

O Orador: Além de não ter acalmado mercado nenhum, levou a descidas vertiginosas dos *ratings* da República, de empresas públicas e de bancos portugueses e precipitou um pedido de resgate, inicialmente avaliado em 80 mil milhões de euros.

Aliás, é mais grave do que isso. Não se trata apenas de impreparação, mas também de má-fé política, pois todos sabiam os efeitos que a entrada da ajuda externa teve na Grécia e na Irlanda onde não se verificou nada do que é agora apregoado pelo PSD, pelo contrário.

Deputado João Costa (PSD): Olhe para os juro!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sócrates já está desde 96!

O Orador: A total impreparação do PSD de Passos Coelho é confrangedora e, acima de tudo, de uma ironia suprema.

O chamado PEC IV, que toda a oposição rejeitou em bloco por ser duro de mais para os portugueses, vai ser agora, por culpa exclusiva desta oposição, o ponto de partida para um pacote de austeridade muito mais duro...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Não senhor, a culpa é do Partido Socialista! Desde 96 que Sócrates está no poder!

O Orador: ...com consequências muito mais nefastas para as empresas e para famílias portuguesas.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

O Orador: À esquerda do PS, temos, assim, dois partidos que são o cúmulo da inutilidade política. Incapazes de dialogar com quem quer que seja, acham ainda que o mundo está em 1917.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Os senhores é que acham!

O Orador: Fechados sobre si mesmos, armam-se em paladinos e defensores de ideologias que milhões de cidadãos rejeitaram, muitas vezes até com sangue derramado, em todo o mundo. É a esquerda do contra.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas é esquerda, é a esquerda que vale!

O Orador: Tudo está mal, nada presta, nada é adequado. Nem nos momentos em que se exige um compromisso nacional, a bem de Portugal, são incapazes de evoluir de um radicalismo serôdio e ultrapassar dogmas estagnados no tempo, na forma e, acima de tudo, no conteúdo.

Reconhecemos ao PCP grande coerência ideológica e reconhecemos que o Bloco de Esquerda foi um partido importante na afirmação de temas fracturantes na sociedade portuguesa que consideramos importantes e que apoiámos.

Deputado Mark Marques (PSD): Olha o namoro!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Escusa de vir passar a mão!

O Orador: Mas é muito claro também que, desta esquerda, não se pode esperar responsabilidade e sentido de Estado nos momentos mais difíceis.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: À direita do PS, temos outro tipo de oposição, mais moderna, mais sofisticada...

Deputado João Costa (PSD): Pois é!

O Orador: ...mas igualmente egoísta e irresponsável. De um lado um CDS que espera, qual abutre político, para ver até que ponto o PSD precisa da sua ajuda e dos seus votos. É um partido que espera para ver o que lhe cai no colo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é a Berta Cabral!

O Orador: À direita também o PSD, o maior partido da oposição do país. Para o bem e para o mal, o PSD não é igual à restante oposição.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É pior!

O Orador: É um grande partido da democracia portuguesa e que tem especiais responsabilidades, tanto ao nível da oposição, como de governação do país.

Deputado João Costa (PSD): Que vos deu todas as oportunidades!

O Orador: Diria até que Portugal precisa do melhor do PSD. Mas este PSD só conseguiu oferecer o que tem de pior.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Portugal não precisa de um PSD que troca o país pelos interesses partidários e pela ânsia de chegar ao poder. Portugal não precisa de quem vende a auto-estima nacional pelo poder. Portugal não precisa de quem valoriza mais as sondagens do que a vida dos seus cidadãos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Este PSD, este PSD de Pedro Passos Coelho, é oportunista.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Não tem vergonha de dizer uma coisa dessas? Devia ter vergonha de dizer uma coisa dessas!

O Orador: Ao mesmo tempo que José Sócrates apelava ao diálogo e dava o melhor do seu esforço para um acordo histórico na Europa, Passos Coelho fazia contas às sondagens do PSD e derrubava o Governo democraticamente eleito há apenas um ano e meio.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Já ninguém acredita nesse tipo.

O Orador: Nem os raspanetes que ouviu da Sra. Merkel, da sua própria família política europeia, o demoveram de trocar Portugal pela esperança de chegar ao poder. A ambição, quando mal direccionada, pode ser um veneno que mata devagar.

E não nos digam que foram surpreendidos pelo PEC IV. O PSD sabia, aquando do acordo estabelecido no Orçamento de Estado para 2011, que o PEC de então poderia ser alvo de actualizações.

Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Devia era ter sido algo que devia ter sido cumprido.

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Aquilo que se conhece deste PSD de Pedro Passos Coelho é uma sucessão de contradições e incongruências e um projecto político que abala os mais básicos pilares do Estado Social que devemos defender sem reservas.

Deputado João Costa (*PSD*): Aí vem o medo.

O Orador: Às segundas, quartas e sextas diz-se contra o aumento de impostos, mas às terças, quintas e sábados defende, acerrimamente, o aumento do IVA.

Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Isso é o que os senhores pensam!

Deputado João Costa (*PSD*): E aqueles 150 mil postos de trabalho, onde estão?

O Orador: Numa semana, chumba o PEC porque diz que os portugueses não aguentam mais sacrifícios, apanha o avião e, no estrangeiro, já se defende da

irresponsabilidade de ter derrubado o governo com o argumento de que, afinal, o PEC não era tão duro como ele gostava que fosse.

De manhã, quer privatizar a Caixa Geral de Depósitos, instituição garante da estabilidade do sistema bancário nacional.

Deputado João Costa (PSD): Isso é mentira! Os senhores sabem ler, mas não sabem interpretar!

O Orador: À tarde já diz que, bem-feitas as contas, quer privatizar, mas só um bocadinho.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, agradeça que concluisse.

O Orador: Quer privatizar a saúde e a educação numa altura em que os portugueses mais precisam destes serviços públicos tendencialmente gratuitos e nem a RTP escaparia à fúria privatizadora do novo guru do neoliberalismo português.

Por falar em RTP, deixo aqui um repto: que a Dra. Berta Cabral se entenda com Pedro Passos Coelho.

Deputado João Costa (PSD): Para quê?

O Orador: Eu sei que é difícil, mas que façam este esforço.

É porque, ao mesmo tempo que Passos Coelho anunciava que queria privatizar da RTP e RDP, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores apresentava aqui uma resolução a dizer que devia ser o Estado a continuar a suportar a RTP/Açores. Em que ficamos, Sras. e Srs. Deputados?

Deputado Pedro Gomes (PSD): Ficamos exactamente aí!

Deputado João Costa (PSD): Aí mesmo, exactamente aí!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A 05 de Junho Portugal vai a eleições, na altura em que menos precisava de uma crise política.

As eleições são um acto sério, de grande clarificação.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Os partidos têm o dever e a obrigação de dizer quais as suas propostas e quais as suas alternativas para ultrapassar o difícil momento actual.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, já terminou o seu tempo, agradecia que concluísse.

O Orador: Devem dizê-lo de forma muito clara, sem subterfúgios ou disfarces. Com o PS no governo da República, os açorianos já sabiam quais as medidas que iam ser tomadas. As suas vidas estavam mais difíceis, mas tinham sido apresentadas medidas objectivas e concretas. A nível regional, os Açores perderiam cerca de 20 milhões de euros com o PEC IV. Era o que estava previsto. De forma clara e transparente.

O PSD decidiu baralhar o país e abrir a porta ao FMI e a toda a incerteza que, a 23 de Março de 2011, invadiu cada uma das casas do nosso país e da nossa região.

Deputado Rui Ramos (PSD): Os senhores é que se foram embora, chantagearam a oposição e foram-se embora!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Armaram-se em vítimas!

O Orador: O PSD de Pedro Passos Coelho é, assim, responsável por toda a angústia que atingiu as famílias e vai ser responsabilizado por todo o aumento de austeridade que o FMI vai aplicar.

Os portugueses têm de saber que o comportamento irresponsável do PSD vai gerar mais dificuldades.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Não senhor! Comportamento irresponsável de dezasseis anos de governação do Partido Socialista!

O Orador: Os portugueses têm de saber que o comportamento negligente do PSD vai levar a mais recessão e mais desemprego.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é mentira!

O Orador: Os portugueses têm de saber que o comportamento desleixado do PSD vai resultar em menos protecção social. Os portugueses têm de saber que este comportamento egoísta tem um rosto: Pedro Passos Coelho.

Presidente: Agradecia que concluísse, se faz favor, Sr. Deputado Berto Messias.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Esta negligência sem precedentes em Portugal vai se reflectir, necessariamente, nos Açores. Em bom rigor, ainda não sabemos de que forma e em que dimensão, mas será inevitável tendo em conta os referenciais que temos hoje do que aconteceu na Irlanda e na Grécia.

E sobre esta matéria voltamos a dar a oportunidade ao maior partido da oposição nos Açores e ao seu líder parlamentar para que nos esclareçam. Caso seja Governo, o que se espera do PSD/Açores e do PSD relativamente à nossa região? Em que medida o PSD/Açores se compromete sobre as transferências para a Região? O que tem o PSD/Açores a dizer do manual de governação de Pedro Passos Coelho...

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, agradeça que concluisse.

O Orador: ...que quer privatizar serviços públicos, acabar com a progressividade de alguns impostos, liberalizar os despedimentos, e acabar com serviços públicos como a saúde e como a educação?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Os senhores é que vão negociar com o FMI!

O Orador: Acredito que, da parte do PSD/Açores...

Deputado Rui Ramos (PSD): Temos fé!

O Orador: ...ficaremos mais uma vez sem resposta, num silêncio ensurdecador de um partido nos Açores sem a dimensão necessária para se afirmar perante o PSD nacional.

Deputado João Costa (PSD): Por que é que não respondem os senhores, já agora?

O Orador: A verdade é que este PSD/Açores começa a ficar enrascado, porque já percebeu que será vítima de si próprio. Na ânsia de chegar ao poder, agravará a situação dos portugueses e, conseqüentemente, dos açorianos.

Mas sabemos uma coisa: que os açorianos vão poder contar, mais uma vez, com o seu governo para minimizar as dificuldades que vão chegar de Lisboa. Não há um único açoriano que duvide disso.

Devido à irresponsabilidade do PSD e de toda a oposição na Assembleia da República, os tempos serão difíceis. Apesar disso, deixamos aqui, solenemente,

uma garantia: os açorianos podem continuar a confiar no PS Açores, independentemente do que aconteça a 5 de Junho. Faremos tudo, do primeiro ao último minuto, para que os açorianos sofram o menos possível os tempos que aí vêem.

Independentemente de quem ganhar as eleições, continuaremos determinados e empenhados, com humildade, reconhecendo os erros e corrigindo-os quando existam. Sendo o verdadeiro partido que faz eco das preocupações dos açorianos e que lhes dá consequência através das medidas que temos desenvolvido.

Ao pescador de São Mateus, à dona de casa de Ponta Delgada...

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, já terminou largamente o seu tempo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): É o respeito que tem pelo Vice-Presidente do Parlamento!

O Orador: ...ao agricultor da Graciosa, ao jovem das Flores, ao desempregado do Pico ou ao idoso de Santa Maria, deixamos o compromisso de estarmos sempre ao seu lado.

Porque, para que não existam dúvidas, independentemente de quem ou de que partido ocupa os órgãos de soberania na República, ninguém, nesta região, duvida de que O PS AÇORES É VERDADEIRAMENTE AÇORES E QUE O PS/AÇORES É MUITO MAIS AÇORES DO QUE PS.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, peço desculpa, mas agradecia que da próxima vez fizesse um treino diante do espelho e fizesse a contagem, porque ultrapassou largamente o seu tempo. Era importante que todos cumprissem os horários, para que não haja aqui diferenças de procedimento.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem, Sr. Presidente.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Foi quase o dobro!

Presidente: Uma interpelação à Mesa do Sr. Deputado Clélio Meneses.

(* **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Uma interpelação: o seu conselho já foi bem explícito mas, de qualquer forma, era para informar o Plenário de quanto tempo utilizou o Líder Parlamentar do PS na sua intervenção.

Presidente: Será informado.

Segundo o Sr. Secretário Cláudio Lopes, 16 minutos e 40 segundos. Ultrapassou largamente o seu tempo. Agradecia, Sr. Deputado...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Tinha dez!

Deputado Duarte Freitas (PSD): São tão rigorosos quanto a cumprir o défice!

Presidente: O Sr. Deputado Hernâni Jorge pede a palavra para? Uma interpelação à Mesa? Faça o favor, tem três minutos.

Deputado Mark Marques (PSD): Não faça essa figura, o senhor sabe mais do que isso!

(* **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Era também para perguntar à Mesa, se pudesse informar, se o PS já esgotou o tempo que lhe é destinado no período de tratamento de assuntos políticos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não é isso!

Deputado Mark Marques (PSD): O que tem isso a ver com isto?

Deputado João Costa (PSD): Leia o Regimento! O senhor tem a obrigação de saber o Regimento! Essa pergunta é retórica!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, do Partido Popular.

Deputado João Costa (PSD): Leia o Regimento, Sr. Deputado!

(* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Presidente, queria registar, da parte de V. Exa., o rigor que colocou na gestão do tempo dos nossos trabalhos. Felicito-o por isso.

Efectivamente, o que eu queria saber, e que já foi respondido, era quanto tempo o Partido Socialista gastou nesta declaração política. Pelos vistos, nem gerir o tempo o Sr. Líder Parlamentar do Partido Socialista sabe. No Regimento...

Deputado Francisco César (PS): E discutir o estado do país?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isto é só para disfarçar.

O Orador: ...relativamente ao tempo de tratamento de assuntos políticos para uma declaração política há dez e mais cinco minutos para encerrar. Presumo que neste ponto da declaração política o PS esgotou o seu tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

Deputado Mark Marques (PSD): Com certeza que esgotou!

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires, da Representação Parlamentar do Partido Comunista Português.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Líder Parlamentar do Partido Socialista, logo no seu início, tem a assunção da grave dificuldade que o país atravessa, mas tem também um outro pormenor que não pode deixar de ser aqui referido, que é uma tentativa parola, saloia, de sacudir a água do capote.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não apoiado!

O Orador: Como se as açorianas e os açorianos não percebessem...

Deputado Francisco César (PS): Isso é a aliança com o Bloco.

O Orador: ...que a responsabilidade, sendo que não é exclusivamente do Partido Socialista, é também do Partido Socialista.

Para começar, quero dizer o seguinte, para que as coisas fiquem claras: o chumbo do PEC não implicava directamente a demissão do Governo.

Deputado Francisco César (PS): Então implicava o quê?

O Orador: A demissão do Governo, a demissão do Primeiro-Ministro, foi uma opção de José Sócrates.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não apoiado!

O Orador: Sr. Presidente, percebo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista esteja muito incomodado, mas eu gostava de poder falar!

(Risos e apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Sr. Presidente, eu gostava de poder... Eu percebo o incómodo.

Presidente: Srs. Deputados, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires, faça o favor.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como eu estava a dizer, e para que fique claro, a opção pela demissão de Sócrates foi dele próprio. Não resulta directamente do chumbo do chamado PEC 4, claramente!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Que chumbaram!

O Orador: Quanto às acusações que são feitas às oposições, cada uma responderá por si. Por parte desta oposição, que foi apelidada de ser apenas do contra, quero dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado Berto Messias: V. Exa. com certeza leu o Projecto de Resolução do PCP que foi apresentado na Assembleia da República aquando da discussão do PEC. O Projecto de Resolução do PCP tinha duas alíneas, a a) e a b). A primeira era de rejeição do PEC e a b) tinha um conjunto de pontos, quase duas dezenas de pontos, com propostas, propostas claras de alternativa às medidas que o Partido Socialista propunha no PEC 4!

Deputado Francisco César (PS): Quais eram, Sr. Deputado?

O Orador: E foi chumbado! Esse foi chumbado! Isto, para dizer a V. Exas. que há outros caminhos, meus caros senhores!

Deputado Francisco César (PS): E quais são? Quais são os caminhos?

O Orador: Os senhores põem-se de cócoras perante os mercados. Os caminhos apontados são muito claros: Portugal, aquilo de que necessitava era de renegociar a dívida, escalonar o pagamento da dívida!

Deputado Francisco César (PS): São precisos dois para negociar!

O Orador: E de propor a alteração do estatuto e do regulamento do Banco Central Europeu. Enquanto isso não acontecer, é o que dá legitimidade às malfadadas agências de notação!

Mas há uma outra questão.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires...

O Orador: Eu concluo já, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado.

O Orador: Concluo já, com outra medida que é importantíssima: Portugal precisa de valorizar e promover a sua produção, a produção nacional. Só produzindo cada vez mais é possível produzir cada vez menos. Este é o caminho que os senhores não são capazes de tomar, porque estão de cócoras face aos mercados!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, eu estou sentado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Aníbal Pires.

O Sr. Secretário Regional da Presidência pede a palavra para?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Para uma interpelação.

Presidente: Faça o favor, Sr. Secretário.

(* **Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Era só para a Mesa informar esta casa quanto tempo gastou o Sr. Deputado Aníbal Pires, se faz favor.

Presidente: Será informado.

Quero informar a câmara, e o Sr. Secretário em particular, que foram utilizados mais 50 segundos do que o tempo, três minutos e 50 segundos.

O Sr. Deputado pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para um protesto.

Presidente: Tem a palavra para fazer um protesto.

(* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Há pouco, não intervim relativamente às questões que foram colocadas quanto ao tempo que o Líder Parlamentar do Partido Socialista utilizou, porque acho que isso foi um *faits divers*. Estão aqui a tratar-se assuntos de importância para a região e para o país, e, portanto, eu não protestei. Acho que andar à volta dos tempos que cada um gastou é um *faits divers*, perante a situação de gravidade que o país atravessa! É por isso que nós aqui estamos, não é para nos divertirmos a procurar saber quem gasta mais tempo ou quem gasta menos tempo!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito obrigado, Sr. Deputado!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, agradecia que voltássemos ao debate da declaração política. Assim, dou a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Popular, Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): É uma tristeza quando se chega a esse ponto!

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós assistimos aqui hoje, novamente, a mais uma peça de teatro absolutamente inacreditável.

Deputado José San-Bento (PS): Estava a faltar o Sr. Deputado.

O Orador: Mas o Sr. Deputado Berto Messias fez uma evolução, desde o último debate que tivemos na televisão até hoje. O Sr. Deputado, na quinta-feira, não reconhecia erros à governação do Partido Socialista.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: O Sr. Deputado, no debate da televisão, não reconhecia erros ao debate do Partido Socialista. Mas, com alguma clarividência nestas coisas e honra lhe seja feita, o Presidente do Governo Regional dos Açores e Presidente do Partido, do PS Açores, no congresso nacional, teve a coragem de dizer que Sócrates cometeu erros e era preciso corrigi-los! Ao contrário dos outros 99,99 amanuenses que lá estavam e se incluíam, que não disseram nada.

Já que V. Exa. distribuiu jogo aqui à direita, à esquerda e ao centro, Sr. Deputado, relativamente ao vosso congresso, o que me fez lembrar, olhe, já não vale a pena comparar com Hugo Chávez, com a Venezuela, com o circo venezuelano e com a novela venezuelana. Não vale a pena. Não vale a pena comparar com Fidel Castro. Não, eles já são os aprendizes, perante aquilo que os senhores fizeram ao povo português, perante aquele espectáculo deprimente que os senhores fizeram e deram a Portugal. Ainda por cima, usando a bandeira nacional, abusivamente, num congresso sem uma única bandeira do Partido Socialista!

Vou dizer-lhe, Sr. Deputado: aquilo mais fazia lembrar um congresso lá de uma qualquer igreja...

Deputada Cecília Pavão (PS): E o do senhor não é?

O Orador: ...em que o pastor, o Zé, punha a mão na testa e caíam todos hipnotizados: “Zé, tu és o maior!”

(Risos de deputados da bancada do PSD)

“Zé! Força, Zé! Estamos todos à beira do abismo, Zé! Atira-te, Zé, que nós vamos contigo!” É esse o vosso patriotismo, é isso o que os senhores defendem para Portugal: vão todos atrás do Zé! Vão, mas deixem ficar os outros! Vão sozinhos, mais o vosso Zé, Sr. Deputado!

Efectivamente, a crise não começou agora. Começou em 2008, quando os senhores a negavam com todas as forças!

Deputado Rui Ramos (PSD): É verdade!

O Orador: Quando o FMI já dizia que Portugal estava em recessão, os senhores diziam: “Não é verdade”. Os senhores prometeram 150 mil empregos: mentira!

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade o que o senhor está a dizer! Não é verdade!

O Orador: Não criaram! Os senhores prometeram um “cheque bebé”: mentira, não o deram! Os senhores queriam um choque tecnológico, não o fizeram! Os senhores queriam mais ensino, não o fizeram!

Vozes de deputados da bancada do PSD: O choque, fizeram!

O Orador: Portanto, os senhores levaram o país à falência, com promessas eleitoralistas! Os senhores, irresponsavelmente, enganaram os funcionários públicos, dando-lhes um aumento de 2,9% em 2009, quando não o podiam dar!

Deputado Francisco César (PS): Pelo menos não os vamos despedir!

Deputada Cecília Pavão (PS): São os senhores que os querem despedir!

O Orador: Fizeram uma medida eleitoralista, quando não a podiam fazer! A seguir, roubaram aquilo que tinham dado, os aumentos, aumentando impostos,

cortando nas prestações sociais, cortando nas pensões! Os senhores são o FMI português!

Deputado Francisco César (PS): É a irresponsabilidade total!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor vai ver o que é o FMI!

O Orador: Srs. Deputados, os senhores já tomaram todas as medidas que o FMI vai tomar! Os senhores são os responsáveis, segundo as agências internacionais – não as de *rating*, outras – por uma década perdida.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Dezasseis anos!

O Orador: Ficamos atrás! Atrás de nós só está o Haiti, Srs. Deputados! Uma década perdida de desenvolvimento económico!

Termino, Sr. Presidente, dizendo o seguinte...

Deputada Cecília Pavão (PS): Demagogia, Sr. Deputado!

O Orador: ...Sr. Deputado Berto Messias: ensinaram-me, desde pequenino, que o que não se pega é boniteza e perna partida. Isso não se pega. Agora, a mitomania e a mentira, pelos vistos, pegam-se e os senhores são veículos de transmissão da mentira, veículos de transmissão da mitomania, veículos dessa propaganda política...

Deputado João Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ...inaceitável para o momento que Portugal vive e a que assiste, por vossa única e exclusiva culpa!

Muito obrigado.

Deputados Paulo Rosa (CDS/PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do CDS/PP e PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Artur Lima.

Dou a palavra, de imediato, ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo...

Deputado Francisco César (PS): É desta que vai explicar o despedimento dos funcionários públicos, a privatização da RTP, etc., etc. ...

O Orador: Vivíamos em Portugal, sem dúvida nenhuma, antes de 23 de Março, num verdadeiro país das maravilhas. Devia ser boato o facto de termos, desde 2005 a 2010, duplicado a dívida pública; de termos quase duplicado o desemprego desde 2005; de termos o pior crescimento económico dos últimos 90 anos; de só em 2002 e 2003 termos cumprido as regras do euro, do défice abaixo dos 3%; de, a partir de 2005, nem sequer a regra dos 60% de dívida pública ter sido cumprida. Tudo isto devia ser ilusão, porque, segundo as palavras dos nossos companheiros do Partido Socialista, e daquilo que vimos no congresso nacional recentemente, vivíamos, de facto, num país das maravilhas. Segundo esta teoria, no dia 23 de Março desabou tudo. Tudo aquilo, que era um país luminoso, radioso, fantástico, socrático, ficou tenebroso, como num ápice, por culpa, obviamente, de todos, mas de todos os partidos, de todos os portugueses, à excepção do único iluminado, José Sócrates, e dos seus fiéis seguidores. Esta é a narrativa que nos quiseram contar no último fim-de-semana, esta é a narrativa que o Sr. Deputado Berto Messias hoje nos quis trazer.

Deputado João Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Esta é a narrativa de um José Sócrates que diz que está – e o PS, naturalmente, certamente – orgulhoso pelo que fez. Esta é a narrativa de alguém que diz que ninguém fez tanto pelo défice como ele próprio, José Sócrates. Esta é a narrativa de um Carlos César que, antes do FMI, dizia que um governo de gestão não podia chamar o FMI e agora diz que foi o melhor que fizeram.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não foi isso!

Deputados Artur Lima (CDS/PP) e Zuraída Soares (BE): Foi, sim senhor!

O Orador: Esta é a narrativa de contradições! Esta é a narrativa de ilusões que querem vender ao eleitorado! Esta é a narrativa de um PS que se apresenta às eleições com uma plataforma eleitoral muito simples, muito concreta, orgulhoso

pelo seu trabalho. O orgulho que o PS tem e que apresenta na plataforma eleitoral é a bancarrota do país! É a crise social profundíssima a que trouxe o país!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem! Isso é verdade!

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Aquele Sócrates, aquele PS, que dizia: “Eu ou o FMI”, agora diz: “Eu e o FMI”. E estou até convencido de que, depois de 5 de Junho, vai olhar para o lado e vai ver que o “eu” está sozinho. O que vai ser mais extraordinário, provavelmente, é perceber que depois do 5 de Junho vai ser difícil encontrar alguém que reconheça que esteve no Porto este fim-de-semana passado. Eu acho que o Porto, depois de 5 de Junho, vai ser uma cidade que se vai registar como vazia. Ninguém lá esteve e, certamente, aquilo que passou...

Deputado Francisco César (PS): Eu estive!

O Orador: ...na televisão será um motivo de embaraço para muitas pessoas.

Deputado José San-Bento (PS): Está tão convicto das suas considerações!

O Orador: Aquilo que é importante, neste momento, reter é que o que se passou naquele congresso, e que hoje nos trouxe o Deputado Berto Messias, quase configura algo como uma alienação colectiva, como aqui o Sr. Deputado Artur Lima bem referiu.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

O Orador: Não se percebe que pessoas com racionalidade consigam, desta maneira despudorada, ir atrás de um líder que é quase um “faltador” à verdade compulsivo, para não dizer de outra forma.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: E vai toda a gente atrás e atira-se toda a gente atrás! Suspeito bem que, a partir de 5 de Junho, pouca gente irá reconhecer que lá esteve. Faz-me lembrar, aliás, um pouco um pobre presidente do meu clube que, depois de ter fugido para Inglaterra, já ninguém o conhecia, já ninguém o aplaudia, parecia que ninguém tinha votado nele. Portanto, penso que estamos a chegar muito próximo dessa altura.

Quero dizer-vos também que estou plenamente convencido – e os senhores também, provavelmente, o estarão, no vosso íntimo – que no dia 5 de Junho...

Deputado José San-Bento (PS): Ui, o nosso íntimo... nem queira saber o que se passa no nosso íntimo!

O Orador: ...cada um dos eleitores, quando estiver fechado na urna de voto para votar, vai ter uma escolha muito simples para fazer: quer mais do mesmo, quer José Sócrates, quer a bancarrota...

Deputado Francisco César (PS): Não se sabe!

O Orador: ...quer a mentira, ou quer algo diferente? É nesse silêncio do seu voto que os eleitores vão ter de decidir: querem mais do mesmo, querem Sócrates, ou querem correr com José Sócrates?

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Deputado Francisco César (PS): O que é que o senhor propõe?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Duarte Freitas.

De imediato, passo a palavra para a Representação Parlamentar do PPM, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção aqui proferida pelo Sr. Deputado Berto Messias é algo absolutamente inacreditável.

Veio aqui dizer que, do partido que governou, nos últimos dezasseis anos, catorze anos em Portugal – repito: o partido que governou, nos últimos dezasseis anos, catorze anos, teve a responsabilidade de dirigir este país durante catorze anos –, a culpa não é desse governo, a culpa é dos outros, que não tiveram a responsabilidade de dirigir o país. Veio aqui dizer que antes de Março, antes do PEC, antes da reprovação do PEC, não existia crise. Portugal seguia um caminho de recuperação económica e não estava numa situação de endividamento asfíxiante. Veio aqui negar essa realidade e esses factos.

Eu devo dizer-lhe, Sr. Deputado Berto Messias, que este discurso não é intelectualmente sustentável. É um discurso falso! É um discurso que deveria ser penalizado pela opinião pública, devia ser penalizado pelos eleitores! Alguém que tem a irresponsabilidade de vir aqui negar os factos, de vir aqui dizer que a responsabilidade não é de um governo que deixou o país à bancarrota, é isso que é impressionante, que se venha dizer isto! Isto tem de ser devidamente condenado na vida política portuguesa!

Digo-vos uma coisa: conheço o suficiente da história de Portugal para perceber o que aconteceu em sistemas anteriores, quando os partidos deixaram Portugal nesta situação. Lembro a crise de 1895, ou a crise do final da década de 20. O que nós tivemos foi uma penalização tremenda de quem deixou o país naquela situação financeira e naquela dependência externa. Pois esta crise, a situação económica que os senhores deixaram, ainda é pior do que aqueles dois antecedentes históricos que acabei de referir. Por isso, considero que os portugueses e os açorianos têm o dever de condenar nas urnas, gravemente, e penalizando com uma derrota de grande dimensão, o Partido Socialista.

Mas, mais do que isso, mais do que sacudir a água do capote e dizer que a crise não foi e não é da vossa responsabilidade, o Sr. Deputado Berto Messias chegou aqui com um discurso absolutamente inaceitável! Inaceitável, porque não tinha *uma* solução! Não apresentou *uma* solução! Veio aqui atacar os outros partidos políticos...

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor apresentou alguma? Não disse nada, ainda!

O Orador: ...e, depois, não veio aqui dizer como é que Portugal pode sair da actual situação, não teve uma ideia! Não apresentou *uma* ideia, não apresentou *uma* perspectiva!

Quero dizer-lhe que, da parte – e termino já, Sr. Presidente – do Partido Popular Monárquico, há algo que tem de ficar evidenciado nesta declaração política de hoje: nós não assumimos qualquer tipo de responsabilidade pelo que os senhores venham a negociar nas costas dos portugueses...

Deputado Francisco César (PS): Nós, quem, Sr. Deputado?

O Orador: ...nós não temos qualquer tipo de responsabilidade em relação àqueles cortes a que os senhores chegarem com os senhores do FMI. Não assumimos qualquer responsabilidade! Não consideramos que os senhores tenham...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, queria informar que terminou o seu tempo.

O Orador: ...qualquer tipo de legitimidade para assumir compromissos para daqui a uns anos, sem terem o apoio e sem terem ainda a opinião do povo português, expressa a partir do dia 5 de Junho.

Deputado Alexandre Pascoal (PS): O Sr. Deputado não sabe o que está a dizer!

O Orador: Não vos reconhecemos nem assumimos qualquer responsabilidade que o Partido Socialista venha a assumir para os próximos anos. Isto é algo que deve ficar aqui bem afirmado e bem expresso por parte da posição do Partido Popular Monárquico: não assumimos nada do que os senhores venham a negociar com o FMI.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

De imediato, passo a palavra ao Sr. Secretário André Bradford.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma intervenção breve, na sequência da declaração política do Sr. Deputado Berto Messias.

Desde logo para destacar que, se algo resultou claro – do meu ponto de vista, e julgo que isso pode ser partilhado pela maioria das bancadas aqui presentes – do congresso do Partido Socialista, que decorreu este fim-de-semana no Porto...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor foi ao congresso? Foi lá? Pôs a mãozinha na testa?

O Orador: ...foi que houve uma consciência de que algumas das opções de governação tomadas a nível nacional pelo Partido Socialista não foram as mais correctas e que daí resultou, em algumas circunstâncias...

Vozes de deputados das bancadas do PSD e CDS/PP: Ah!

O Orador: Não, mas isso diz-se com toda a clareza.

Deputado João Costa (PSD): Não! Não era isso que diziam!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É insistir no mesmo!

O Orador: ...e que daí resultou, em algumas circunstâncias, um efeito absolutamente contrário ao que era pretendido! Mas isso é fácil de explicar e faz parte da actividade de quem tem de decidir.

Foi entendido, em certo momento, que o investimento público era a alavanca necessária, numa fase particularmente difícil da dinamização da economia portuguesa, para que se recuperasse o estímulo e para que a economia pudesse ter “alavancagem”. Pois esse esforço que, de início, teve algum efeito, acabou por ser, a médio prazo, desadequado ao esforço, que era preciso fazer, de equilíbrio das contas públicas.

Mas isso não significa que o PS não parta para estas eleições com a convicção absoluta de que é capaz e de que é o partido melhor posicionado para enfrentar a difícil situação que Portugal vive.

Deputado Rui Ramos (PSD): Mas por que é melhor posicionado?

O Orador: Vou dizer-lhe porquê: em primeiro lugar, porque o PS não tem dois discursos. O PS não tem um discurso em Portugal...

Vozes de deputados da bancada do PSD: Não tem, não!

Deputado Mark Marques (PSD): Não, não tem! Tem vários!

Deputado Rui Ramos (PSD): Isso é contagioso, Sr. Secretário.

O Orador: ...e um discurso em Bruxelas! Por outro lado, o PS também não tem dois discursos, um em português, para o eleitor português ficar convencido, e outro em inglês, para os mercados e as instâncias internacionais poderem ler. Por outro lado, o PS também não tem dois discursos, um escondido atrás das moitas, daquele que é o verdadeiro programa do governo futuro do PSD, aquele do qual não se pode falar, mas que vai sendo, por circunstâncias várias,

conhecido através da comunicação social, e aquele outro discurso que é o público, o discurso do sonho, o discurso da utopia, o discurso de que é possível fazer de outra maneira, sem nunca se dizer de que maneira é. O discurso de que os portugueses têm de esperar pelo Sr. Dr. Passos Coelho, porque ele é que é o messias...

Deputado Rui Ramos (PSD): O messias está aí!

O Orador: ...mas depois não se diz por que é ele o messias, ou em que é que ele melhorará a vida dos portugueses!

Deputado Rui Ramos (PSD): Os senhores deviam dizer o buraco que deixaram!

O Orador: O PS só tem um discurso, e esse discurso é realista, é consciente e é responsável. O PS só tem um intento, e esse intento é defender o interesse nacional e ajudar Portugal a recuperar. O PS só tem um projecto, e esse projecto é...

Deputado João Costa (PSD): De cobrar de vós próprios.

O Orador: ...o que os senhores todos em conjunto chumbaram na Assembleia da República, fazendo com que se entrasse num período de crise política e fazendo com que o Governo tivesse de se demitir. Esse projecto, curiosamente, como disse e muito bem o Sr. Deputado Berto Messias, vai ser o ponto de partida, a versão *light*, daquilo que o FMI fará e decidirá em relação ao futuro dos portugueses.

Deputado Rui Ramos (PSD): Onde é que o senhor viu isso?

Deputado João Costa (PSD): O senhor está a parecer o ministro de defesa do Iraque.

O Orador: O projecto que os senhores acusavam de ser demasiado duro, demasiado penalizador para os portugueses é a versão *light* daquilo que os portugueses e os açorianos vão ter de enfrentar daqui em diante, por causa da vossa irresponsabilidade política e por causa da vontade que os senhores têm – que já não conseguem disfarçar – de chegar ao poder, seja como for, da forma mais rápida possível.

Deputado Rui Ramos (PSD): Foram os senhores que se foram embora!

O Orador: Estamos em crise política em Portugal, por inacção comprometida do vosso guru espiritual...

Vozes de deputados da bancada do PSD: Quem é?

O Orador: ...e por acção comprometida, interessada e empenhada dos senhores todos em conjunto na Assembleia da República.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: É por isso que nós estamos em crise política!

É muito fácil de perceber que a única coisa que vos consegue unir e que consegue fazer com que decidam da mesma forma é pôr o Partido Socialista fora do governo, fora do poder.

Deputado João Costa (PSD): A bem de Portugal!

Deputado Rui Ramos (PSD): Por que é que os senhores se demitiram?

O Orador: Quando foi a votação das moções que os senhores apresentaram contra o PEC, todos os partidos votaram favoravelmente a parte das moções dos outros partidos, que dizia “chumbe-se o PEC”. Mas, curiosamente, todos votaram contra a parte das outras moções que dizia o que cada um dos partidos iria fazer! Portanto, aí está a prova de que os senhores não se entendem para resolver o problema do país! Os senhores entendem-se para pôr o PS fora do governo! É a única coisa que é capaz de vos fazer unir!

Deputado Rui Ramos (PSD): Diga quanto é que devemos!

O Orador: A época agora – e é bom que os portugueses e os açorianos tenham consciência disso – é de dificuldade, de grande dificuldade. A época será a de quem decide agora o futuro dos portugueses e dos açorianos, quem decide agora...

Deputado Rui Ramos (PSD): O que é que tinham a ganhar?

O Orador: ...a forma como o sacrifício será pedido e a intensidade desse sacrifício, são instâncias externas, instâncias que não estão sensibilizadas nem minimamente preocupadas com as especificidades de desenvolvimento de cada um.

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que concluísse.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Quem vai decidir agora o futuro dos açorianos e dos portugueses, em termos de esforço financeiro...

Deputado Rui Ramos (PSD): Quem é que chamou o FMI?

Deputado João Costa (PSD): Os senhores estão preocupados é com os vossos lugares!

Deputado Rui Ramos (PSD): Explique por que é que o Sr. Primeiro-Ministro se demitiu!

O Orador: ...e de medidas de contenção são entidades que não estão preocupadas, minimamente, com as características específicas!

Deputado João Costa (PSD): Não foi o partido que governou na República?

O Orador: Não, quem fez com que isso fosse possível foram os senhores, ao terem chumbado de propósito, no *timing* em que decidiram, o Plano de Estabilidade e Crescimento que nós tínhamos proposto, que o PS tinha proposto para Portugal!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é falso!

Deputado Rui Ramos (PSD): Foram os senhores que chantagearam!

O Orador: Essa responsabilidade os senhores vão ter de a justificar eleitoralmente, quando chegar o dia!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não acredito que possa acreditar nisso! Não acredito que acredite no que diz!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Acredite, acredite!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Não tenho mais inscrições. Para encerrar o debate, vou passar a palavra ao Sr. Deputado Berto Messias. Mas, antes disso, queria informar V. Exa. que tem cinco minutos, pelo artigo 74.º do nosso Regimento. E V. Exa. vai permitir-me, quando chegar ao quarto minuto, que lhe diga que falta um. Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado, para encerrar o debate.

(* **Deputado Berto Messias (PS):** Naturalmente, sei quanto tempo tenho e, aliás, devo pedir-lhe desculpa por ter excedido os dez minutos iniciais da minha intervenção. Mas naturalmente que esse tempo gasto deve ser retirado ao tempo

global que o Partido Socialista tem no período de tratamento de assuntos políticos, aliás, como todos os deputados nesta casa sabem perfeitamente.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não são os senhores que gerem isso!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não pode!

O Orador: Mas reitero o meu pedido de desculpa por ter excedido os dez minutos iniciais que tinha para a declaração.

Deputado Clélio Meneses (PSD): São dez mais cinco!

O Orador: Quanto àquilo que referi, a minha declaração política foi muito clara. A minha declaração política, a declaração política do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, foi muito clara. E, apesar das manobras de diversão que os partidos aqui trouxeram nas suas respostas, com especial ênfase para o Sr. Deputado Duarte Freitas e para o Grupo Parlamentar do PSD, a verdade é que é inquestionável que a situação dos portugueses vai ser agravada pela irresponsabilidade do PSD...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: ...por ter chumbado o PEC, por ter derrubado o Governo e por ter permitido a entrada do FMI no nosso país.

São várias, apesar das vossas manobras de diversão e do vosso silêncio, as incongruências e as incoerências da liderança actual do PSD nacional, muito pouco abonatórias para o que se espera do maior partido da oposição do nosso país. São várias, e posso dar alguns exemplos. *Wall Street Journal*, um jornal de referência internacional, medidas do PEC 4, entre aspas, a citar Passos Coelho: “Não iam suficientemente longe”.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É verdade!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Leia o resto da notícia, Sr. Deputado, não leia só o título!

Deputado João Costa (PSD): Leia o resto!

O Orador: Mas tenho mais exemplos. No *Expresso*, jornal de enorme credibilidade: “Passos Coelho indisponível para aumento de impostos”; passados poucos dias, no mesmo jornal, na revista do *Expresso*: “Passos Coelho prepara subida do IVA”. Mas temos mais, neste caminho de incongruências!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Continua a ler só o título! Leia tudo! Lê só os títulos!

O Orador: “Passos Coelho chumba novo PEC do Governo” e, passado pouco tempo: “Passos Coelho queria um PEC ainda mais duro”.

Deputado Francisco César (PS): Que confusão!

O Orador: Ainda ontem, na entrevista que o Dr. Passos Coelho deu, tivemos a revelação de mais uma incoerência e, sobretudo, de uma mentira: o porta-voz do PSD dizia que, no âmbito da discussão do PEC 4, o PSD foi contactado telefonicamente. Ontem soubemos, pela voz do líder nacional do PSD, que afinal houve um encontro presencial entre os dois partidos. Portanto, estas incoerências, confirmadas...

Deputado Jorge Macedo (PSD): O que é que isso adianta?

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): E demitir-se não foi exemplo para ninguém!

O Orador: ...nunca desmentidas, são absolutamente inaceitáveis para o maior partido da oposição.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Devo dizer também o seguinte: não queiram, como manobra de diversão e fuga para a frente, comparar o PEC 4 ao FMI! Esta é uma questão de extrema seriedade. Todos nós sabemos, todos nós temos o referencial do que se passou na Irlanda e na Grécia, com o congelamento de pensões, com a redução dos salários mínimos, com a cativação dos 13.º e 14.º meses, com o despedimento de milhares de funcionários públicos, 25 mil funcionários públicos despedidos já na Irlanda e até 2014 querem despedir ainda mais! Portanto, esta é uma questão de grande seriedade, de grande complexidade e para a qual – isso poderá, eventualmente, é o que se espera, acontecer no nosso país devido à intervenção do FMI – a grande responsabilidade da entrada do FMI no nosso país é, naturalmente, do PSD, do maior partido da oposição!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Então não é?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os senhores deviam ser proibidos, os senhores governaram nos últimos catorze anos, é incrível!

O Orador: Devo dizer-lhe também o seguinte: aquilo que temos dito e feito é a abordagem deste e doutros assuntos com grande seriedade e com grande lucidez. Reconhecendo os erros quando os cometemos, corrigindo os erros quando achamos que estão errados.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, tem mais um minuto, agradecia que o gerisse com rigor.

O Orador: Corrigindo os erros quando julgamos que estamos errados. Tem sido essa a lógica da nossa acção, com grande lucidez e com grande responsabilidade, sempre!

Ninguém, e nós temos consciência disso, vive, naturalmente, no país das maravilhas.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Vivemos numa região das maravilhas! A região é o país das maravilhas!

O Orador: Mas não posso deixar de dizer ao CDS, à noiva encalhada à procura de noivo, que a única coisa da história recente do nosso país de que os portugueses se lembram da experiência governativa do CDS/PP é apenas uma palavra: submarinos.

Deputado José San-Bento (PS) e Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem! Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Essa é profunda!

O Orador: Quanto ao PSD Açores, um facto de enorme relevância política, que não pode passar incólume nesta casa: mais uma vez o PSD Açores não respondeu às perguntas que lhe foram colocadas directamente!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, terminou o seu minuto, agradecia que concluísse.

O Orador: Não respondeu a uma única pergunta daquelas que lhe foram colocadas!

Deputado Clélio Meneses (PSD): E as propostas do PS?

O Orador: Fala o senhor da nossa plataforma! Pois os senhores não têm qualquer tipo de plataforma. Continuam escondidos atrás das moitas e atrás dos arbustos, na ânsia desesperada de conseguir chegar ao poder. Da nossa parte,

aquilo que vamos fazer é continuar determinados a defender os Açores, a defender os açorianos e a defender o nosso país, porque é isso que verdadeiramente interessa.

Muito obrigado.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Berto Messias.

Vamos para um intervalo de 24 minutos. Até já.

(Eram 11 horas e 30 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 08 minutos)

Passamos para uma declaração política do Bloco de Esquerda.

Queria lembrar o artigo 74.º, das declarações políticas: todos os que nelas quiserem participar têm de se inscrever logo após a declaração política, à excepção dos Líderes das Representações e Grupos Parlamentares e do Sr. Secretário da Presidência.

Dou a palavra à Sra. Deputada Zuraída Soares.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Estamos a menos de dois meses de eleições antecipadas, de escolhas decisivas, no campo político e económico, para o futuro dos portugueses e portuguesas.

Nos últimos dias, temos assistido a tudo. Desde a quebra da palavra de José Sócrates de que, com ele, o FMI não entrava em Portugal, às maiores reviravoltas, para esconder as reais posições de cada um dos partidos que

fazem, sob a égide de Cavaco Silva, o triunvirato de apoio ao FMI – PS; PSD e CDS-PP.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mais devagarinho!

A Oradora: A acrobacia do PS é lamentável. Agora, tenta arranjar uma agenda de esquerda, em contraponto à agenda liberal do PSD.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não apoiado!

Deputado Berto Messias (PS): Por que é que o seu partido não votou na Assembleia da República?

A Oradora: O PS que corta nos apoios sociais – no contexto da maior crise de desemprego e *boom* de pobreza –, faz, precisamente, o contrário do que é uma política de esquerda. Esquerda é, no mínimo dos mínimos, o apoio aos mais desfavorecidos. E o cúmulo da hipocrisia é – imagine-se! – tentar recuperar o PEC4, como se este tivesse um cariz de esquerda, em contraponto ao programa do FMI.

É bom não esquecermos o que representa o tal PEC bom. Congela pensões, aumenta impostos, promove os despedimentos baratos...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E o FMI é muito melhor? O FMI é dez vezes pior!

A Oradora: ...indicia o roubo do 13.º mês, empacota privatizações e quase liquida o apoio aos desempregados. Este tal PEC4, que o PS quer, agora, fazer passar por bom, não é mais do que a política do FMI, sem a marca do mesmo, como o Bloco de Esquerda denunciou desde sempre.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Já vai ver, já vai ver se é bom!

A Oradora: A direita rejubila, sob o manto protector do programa FEEF-FMI...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

A Oradora: ...porque pode, de uma penada, pôr em prática o seu plano, o mesmo a que o PS, vergado aos interesses do capital financeiro e “rentista”, ajudou a abrir as portas, ou seja:

- Cortar no salário directo e indirecto dos trabalhadores e trabalhadoras portuguesas;
- Congelar e diminuir pensões;
- Diminuir, ainda mais, os apoios sociais, retirando o mínimo a quem já está abaixo do mínimo dos mínimos, para garantir a sua sobrevivência e a dos seus;
- Aumentar os impostos;
- Privatizar, em pacote de saldo, empresas e sectores essenciais para o desenvolvimento e para a democracia do nosso País.

Em suma, acabar a obra do Partido Socialista.

Esta política, como a vida já demonstrou, traz recessão, arrasta para o desemprego cada vez mais trabalhadores e trabalhadoras e generaliza a pobreza.

Estas são as medidas para salvar o país: ou elas, ou o abismo.

Esta é a ideia central que, em conjunto, PS, PSD e CDS – o triunvirato do FMI – tentam impor, numa orquestrada acção de terrorismo informativo, de que os portugueses e portuguesas têm sido alvo e sujeitos, dia após dia, nos últimos tempos.

Nem uma palavra – quanto mais uma medida! –, para fazer pagar imposto a quem nunca pagou; nem uma palavra sobre os escandalosos benefícios fiscais da banca e das grandes empresas, que continuam a acumular lucros fabulosos; nem uma palavra sobre a taxaação das operações via *offshore*.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é mentira!

A Oradora: Se o PS se quer demarcar do PSD, não basta falar de esquerda; é preciso fazer uma política de esquerda.

O Partido Socialista, agora, descobriu uma grande diferença com o PSD: – não aceita a privatização da Caixa Geral de Depósitos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é de agora, já é há muito tempo!

A Oradora: Mas a mentira tem perna curta: – está inscrita nos PEC, nomeadamente no Orçamento de Estado, a privatização parcial da Caixa, assinada por José Sócrates e Teixeira dos Santos.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Veremos quem vai privatizar a Caixa!

A Oradora: No actual contexto, criado pela intervenção do FEEF-FMI, o Bloco de Esquerda exige uma auditoria a toda a dívida externa, pública e privada, de modo a identificar a natureza das parcelas da dívida, as suas maturidades e condições. Só deste modo será possível determinar a reestruturação da dívida.

O Bloco de Esquerda não abdicará de uma reforma fiscal séria, que traga mais de 25% do produto para as contas públicas. Não abdicará da redução das despesas escandalosas, como a das parcerias público-privadas. E o Bloco de Esquerda não abdicará da luta contra as privatizações de saldo, autêntico roubo ao povo português.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Quem vai decidir isso é o FMI, a esquerda não vai dizer nada.

A Oradora: Esquerda, hoje, é obrigar a pagar a dívida a quem mais tem, a quem tem somado milhões com a política de protecção dos seus negócios por parte dos sucessivos governos. Não é esquerda continuar a fazer pagar a crise aos que menos têm, aos mais desfavorecidos, como tem feito o PS, apoiado pelo PSD e CDS.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Percebo a tentação.

A Oradora: Infelizmente, os açorianos e açorianas sentem, nas suas vidas, as consequências destas políticas. Não vai assim tão longe o tempo da promessa de Carlos César, em 2008: “Comigo, no Governo Regional, a crise não chega aos Açores”. Afinal, Sr. Presidente, em que ficamos?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Chega, mas é mais tarde.

A Oradora: Carlos César descobriu, agora, que as políticas recessivas de José Sócrates estão a prejudicar os Açores, pois o continente é o maior parceiro económico da região. Sr. Presidente, seja bem-vindo à realidade.

Mas o que, de facto, lhe é exigido, Sr. Presidente, não é constatar a realidade – aliás, sempre com atraso. É opor-se às políticas que prejudicam a nossa região e

as suas populações. É essa a sua obrigação. Pelo contrário, como vimos pela comunicação social, o líder do PS/Açores é um dos mais fervorosos apoiantes de José Sócrates.

Também, aqui, nos Açores, é preciso clarificação política; e se os açorianos e açorianas devem perguntar de que lado está o líder do Partido Socialista Açores, a mesma pergunta deve ser colocada à líder do PSD/Açores. Porque, Dra. Berta Cabral, não vale esconder-se atrás da retórica do passa culpas...

Deputado Berto Messias (PS): Mas ninguém responde!

A Oradora: ...venha a jogo, diga de que lado está, quais são as medidas que apoia, e que não apoia, do PSD nacional.

O compromisso do Bloco de Esquerda é claro: estamos comprometidos com a luta por um governo de esquerda de combate à crise, de responsabilidade financeira, pela criação de emprego e pela redução da pobreza e da precariedade. Nos Açores, não aceitaremos qualquer corte, nas transferências legais da República para a região e não aceitaremos qualquer suspensão da Lei de Finanças Regionais. Nada poderá justificar que menos de 0,05% do Orçamento de Estado nos seja sonogado...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E a senhora está a dizer isso a quem?

A Oradora: ...a todos e a todas.

Disse.

Deputado Berto Messias (PS): Folgo em saber que a senhora se baseia nas propostas do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada Zuraída Soares.

Está aberto o debate e as inscrições.

Dou a palavra ao Sr. Deputado do Partido Socialista José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente em exercício.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Deputada Zuraída Soares, nós discordamos em absoluto do Bloco de Esquerda, sobre a avaliação da realidade política nacional e sobre o percurso que nos trouxe até ao actual momento que o país vive.

Deputada Zuraída Soares (BE): É isso que nos separa.

O Orador: Sra. Deputada, chega a ser intelectualmente desonesto...

Deputada Zuraída Soares (BE): Olha quem fala!

O Orador: ...que a senhora ignore a maior crise que o mundo viveu, no plano internacional, nos últimos oitenta anos. A senhora ignora propositada e deliberadamente esse facto, duma maneira que retira toda a credibilidade e toda a sustentação política ao discurso do Bloco de Esquerda. Os senhores encaram a realidade, mas não a compreendem, porque o Bloco de Esquerda vive preso a dogmas anacrónicos e, por isso, vivem na lua.

É verdade, Sra. Deputada: o Governo de José Sócrates, o Governo do PS que a senhora tanto critica, é o Governo que actuou e que teve o projecto de reforma para o país assente em três aspectos essenciais e que é muito importante aqui salientar.

Deputada Zuraída Soares (BE): Um milhão e meio de desempregados: é essa a vossa política!

O Orador: Em primeiro lugar, na defesa do Estado Social. É hoje perfeitamente visível...

Deputada Zuraída Soares (BE): Dois milhões de pobres, milhares de desempregados!

O Orador: Se me deixar terminar, é hoje perfeitamente visível, nesta crise, que o Partido Socialista é a única força política a nível nacional que garante a sustentabilidade e o futuro do Estado Social; o futuro da protecção social...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: ...o futuro do regime de pensões de reformas públicas; o futuro do sistema de saúde de acesso universal e gratuito...

(Risos do Deputado Artur Lima)

...e o futuro dum sistema social que também tem, como não pode deixar de ser, na escola pública uma aposta central de distribuição de riqueza e de promoção de igualdade para todos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Nessa luta estamos nós!

O Orador: É o PS, hoje, o único partido que garante esta defesa.

Deputada Zuraída Soares (BE): Agora!

O Orador: Defende o Estado Social da direita que o combate ideologicamente e que quer desmantelá-lo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

O Orador: E defende, também, o Estado Social daqueles, à esquerda do PS, particularmente do Bloco de Esquerda, que encaram o Estado Social numa forma acrítica, o que leva, na prática, à falência do mesmo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eles também são da direita!

O Orador: Portanto, é muito importante que nós salientemos estas características do projecto político do PS para Portugal.

Em segundo lugar, o Partido Socialista é também, Sra. Deputada, o partido que tem tido a coragem de aplicar austeridade. É verdade.

Deputada Zuraída Soares (BE): Assimétrica! Não para todos!

Deputado João Costa (PSD): Em nome de quem?

O Orador: Medidas que criam dificuldades às famílias, medidas que afectaram o rendimento de muitas pessoas, nós sabemos disso. Mas, Sra. Deputada, é o partido que apresentou um programa de austeridade preservando o emprego, não promovendo despedimentos, evitando milhares de despedimentos e, também...

Deputado João Costa (PSD): 11% são 600 mil!

O Orador: ...preservando o financiamento e protegendo as regiões autónomas.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

O Orador: É bom que se diga isso, aqui, com toda a clareza! A governação nacional do PS teve erros, teve algumas medidas que não foram positivas, mas evitou despedimentos na função pública e tentou, a todo o custo, preservar sempre as regiões autónomas e isso tem de ser aqui dito.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Em terceiro lugar, Sra. Deputada, para quem teve aqui o desprate de falar em roubo, de falar em enganar as pessoas, é bom que fique muito claro que, hoje, o Partido Socialista se apresenta a eleições de peito aberto!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é só o peito.

O Orador: Com orgulho do que fez, sem medo de ir a eleições, perfeitamente à vontade com o julgamento dos portugueses! Nós jogamos com as cartas em cima da mesa!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Com transparência! Com total clareza das nossas propostas! O PS não é como o PSD, não é como o partido que, aqui nesta Assembleia, é liderado pelo Deputado Duarte Freitas, que ainda há pouco fez uma intervenção trapalhona e que esconde aquilo que é um escândalo! O PSD tem medo das suas convicções! O PSD tem medo de dizer o que defende!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

(Risos de deputados da bancada do PSD)

O Orador: O PSD não tem coragem de dizer em português aquilo que escreve em inglês.

Para terminar, Sra. Deputada, reconheço que o Bloco de Esquerda, no passado, teve alguma importância na política nacional. Os senhores, depois de usurparem a agenda fracturante e reformista da JS, ajudaram – modestamente, é certo, mas

reconheço que ajudaram – a resolver alguns anacronismos da sociedade portuguesa. Por isso, é verdade e é justo fazermos esse reconhecimento.

Mas também é importante – sobretudo depois desta intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares, e por isso – esclarecermos – e faço aqui um apelo particularmente aos jovens...

Deputada Zuraida Soares (BE): Aos jovens precários!

O Orador: ...particularmente às pessoas que têm uma visão progressista da sociedade e que acreditam no papel do Estado, é importante – que se perceba que nas próximas eleições um voto de protesto à esquerda do PS é objectivamente um voto na direita!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Um voto naqueles que defendem a privatização do Estado, a privatização da democracia e a privatização de Portugal!

Defender Portugal é votar no PS, é votar em José Sócrates!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado José San-Bento.

Passo a palavra para a Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda fez aqui aquele que é o seu discurso tradicional em defesa dos direitos sociais.

Deputada Zuraida Soares (BE): As tradições são consigo, as tradições são desse lado!

O Orador: Mas, Sra. Deputada, deixe-me dizer que partilho muitas das visões em relação à defesa dos mais desfavorecidos. Em relação aos mais desfavorecidos, é necessário, e eu partilho essa preocupação!

Deputada Zuraida Soares (BE): A tradição já não é o que era.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor está a ficar do lado do Bloco de Esquerda!

O Orador: É necessário que se concentrem esforços, no sentido de proteger aquela parcela da população, que é infelizmente cada vez maior, que está completamente desprotegida perante a crise económica e a bancarrota a que o Partido Socialista conduziu o país e ao estado calamitoso a que o Partido Socialista conduziu este país!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Vá ver os resultados!

O Orador: Há pouco disse e não deixarei de o referir sempre nas minhas intervenções: estamos a falar de um partido que, nos últimos dezasseis anos, governou Portugal nos últimos catorze!

Deputado Francisco César (PS): Ainda bem!

O Orador: Nesse sentido, de quem é a responsabilidade, se não do partido que governou, que teve a responsabilidade de conduzir este país nestes últimos catorze anos?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Dezasseis.

Deputado José San-Bento (PS): Já o PPM nunca teve essa oportunidade, Sr. Deputado.

O Orador: Mas quero dizer, Sra. Deputada, o seguinte: para que o país, para que o Governo, para que os portugueses assumam essas responsabilidades sociais, que são essenciais, são necessárias duas coisas, duas coisas que temos vindo a defender: é necessário que o país tenha dinheiro para pagar; e a questão é esta: é preciso que o país cresça do ponto de vista económico.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Para pagar é preciso que haja dinheiro.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Há aqui qualquer coisa que não bate certo.

O Orador: E o Partido Socialista, já se viu, não construiu uma administração pública para servir os portugueses! Construiu uma administração pública que, em muitos aspectos, se serve a si própria! Portanto, nesse sentido, é evidente que...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Vai despedir funcionários públicos?

O Orador: ...uma administração pública que se paga a si própria, que não tem disponibilidade para poder auxiliar, para poder implementar programas de apoio social, porque é tão grande, é tão ineficaz, que deixa de cumprir aquela sua obrigação para a qual foi construída, é evidente que não o pode fazer!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E quantos funcionários públicos vai despedir?

O Orador: O Partido Socialista também não conseguiu fazer crescer o país! Vejam o estado da agricultura deste país, em que Portugal apenas produz 28% das suas necessidades alimentares!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O que tem isso de mal?

O Orador: Em que o país apenas produz 50% das suas necessidades, do ponto de vista da pesca!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor não percebe nada disso! Em economia não funciona assim, Sr. Deputado!

O Orador: Um país que vê o seu sector industrial completamente desmantelado! O que resta desta política económica que destruiu a agricultura portuguesa, que destruiu as pescas, que destruiu a nossa indústria? O que resta? O que resta é um país de joelhos perante a União Europeia! Por isso, considero que o Partido Socialista traiçou gravemente os interesses deste país.

Deputado António Ventura (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Mais do que isto, os senhores traiçoearam gravemente a independência nacional!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, agradecia que concluísse.

O Orador: Considero que a vossa política foi uma política antipatriótica.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): A vossa é que foi.

O Orador: Foi uma política que colocou o país perante a vontade, como estava há pouco o Sr. Secretário da Presidência a dizer: “Nós não podemos dizer nada, o FMI é que nos vai ditar tudo”!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não tenha a mínima dúvida.

O Orador: Isso significa uma traição tremenda aos interesses e à soberania do país! Em Portugal têm de mandar os portugueses!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Queixe-se aí ao lado!

O Orador: E os senhores deixaram uma situação económica tão desastrosa, em que nós afinal decidimos muito pouco, e depois vêm dizer que têm uma política patriótica! Os senhores não têm uma política patriótica! Os senhores têm uma política de entrega do país, de entrega dos sectores produtivos, de entrega aos interesses da banca, de entrega aos interesses do exterior. A verdade é essa!

(Vozes de protesto das bancadas do PS e Governo)

O Orador: O que vou dizer a seguir é forte...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, agradecia que terminasse. Terminou o seu tempo.

O Orador: ...mas até acho que o Sr. Engenheiro Sócrates devia ser julgado por alta traição a este país e à independência nacional!

Termino, para vos dizer...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Um discurso patriótico e de esquerda!

Deputado Francisco César (*PS*): O senhor está pronto para ser Presidente da Guiné!

O Orador: ...o seguinte, também, porque é a última intervenção da manhã: a vossa intervenção, o vosso congresso, a que pude assistir através da televisão, com figuras proeminentes do vosso partido ao lado do Engenheiro Sócrates, foi um congresso que me fez lembrar aquelas imagens da década de 30, do fascismo. Desculpem que vos diga isto. Em que o líder não teve qualquer tipo de contestação, em que não existiu nenhuma democracia e em que o líder só chegou...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, agradecia que terminasse, porque já terminou o seu tempo, largamente.

O Orador: Termino já.

...para vos perguntar uma coisa, e disse mesmo: “Eu só quero saber uma coisa – o Partido Socialista está, ou não está, comigo?”

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E estava!

O Orador: O vosso congresso só serviu, pura e simplesmente, para entronizar aquela figura e não para discutir ideias! E é triste...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Lá isso é, Sr. Deputado, o senhor está a discutir imenso!

O Orador: ...que o Partido Socialista, que teve um papel importante na democracia portuguesa, esteja convertido, neste momento, num partido que não é democrático e que não discute ideias! Um partido que apenas serve...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é uma vergonha!

O Orador: ...para impor a decisão do líder, o líder incontestado, o líder a quem não são assacadas as responsabilidades por ter deixado o país à beira da bancarrota!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Já acabou?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Dou a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata. Sr. Deputado Clélio Meneses, faça o favor.

(* **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O país está a cair aos bocados.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Isso é que é sentido patriótico! É o sentido patriótico que os senhores têm!

O Orador: Está, como todos sentem, na bancarrota.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Já chamaram a AMI!

Presidente: Srs. Deputados, tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

O Orador: O país está...

Deputado Hernâni Jorge (PS): A AMI vai salvar isto tudo!

O Orador: ...na bancarrota, o país está na falência. Rebentaram com o país.

Deputado Francisco César (PS): Rebentaram, pois rebentaram! Os senhores ainda vão aprovar o PEC 4!

O Orador: Os portugueses estão aflitos, os portugueses estão deprimidos, e o que menos querem, do que os portugueses menos precisam...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É de eleições! Era do que eles menos precisavam!

O Orador: ...é deste exercício permanente que o PS faz de repetição, que o PS é o maior. Chegam ao cúmulo de dizer que têm orgulho naquilo que fizeram ao país!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Vou buscar transcrições do Presidente do Governo da Madeira.

O Orador: Chegam ao cúmulo de dizer, com essa desfaçatez, com essa grandessíssima lata, que têm orgulho de fazer o que fizeram ao país! Há esta repetição de que têm orgulho naquilo que fizeram e de que a culpa é dos outros todos, a culpa é, sobretudo, do PSD, que não tem responsabilidade nem culpa nenhuma naquilo que os senhores fizeram ao país.

Deputado Berto Messias (PS): Ah, não tem culpa nenhuma? Que grande humildade, Sr. Deputado!

Deputado José San-Bento (PS): O Sr. Deputado Duarte Freitas pode explicar-lhe.

O Orador: Depois, tentam disfarçar isso, com essa linguagem baixa, com essa linguagem reles, trapalhona...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mas que nível é esse?

O Orador: ...como ainda agora o Sr. Deputado San-Bento utilizou. Trapalhona, na mesma linha do Presidente do Governo Regional, que chama, ao líder de um partido nacional, troca-tintas.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E é o quê?

O Orador: Isso é a vossa baixeza, essa é a vossa linguagem. Isso é a prova da vossa falta de razão e, sobretudo...

Deputado Berto Messias (PS): É a prova da força dos factos.

O Orador: ...da vossa falta de argumentos. É a prova absoluta da vossa falta de soluções e de propostas para Portugal.

Deputado Berto Messias (PS): É preciso ter lata! Diga lá as soluções do PSD!

O Orador: Porque é inadmissível que quem fez o que fez ao país tenha o descaramento de vir para aqui falar e exigir soluções aos outros, e não apresentar uma única!

Deputado José San-Bento (PS): É preciso ter lata!

(Risos de deputados da bancada do PS)

O Orador: O PS Açores não apresenta uma única solução, uma única resposta!

(Aplausos da bancada do PSD)

Não apresenta uma única medida, não apresenta uma única resposta para os problemas dos portugueses! Nem uma única, é esse o descaramento do Partido Socialista nos Açores!

Deputado José San-Bento (PS): É preciso ter lata!

O Orador: Porque o PSD tem um enorme desafio, um enorme desígnio...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Tem, tem!

O Orador: ...o enorme desafio e desígnio de limpar o lixo em que os senhores deixaram Portugal! E lixo não é força de expressão, lixo é a condição e o adjectivo com que as agências de *rating* classificam Portugal e muitas instituições de Portugal!

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É esta a tarefa, a limpeza do lixo em que deixaram Portugal. E a segunda tarefa é reerguer Portugal.

Deputado Berto Messias (PS): Como, como? Diga lá como!

O Orador: E isto tudo tem também de ser feito a um outro nível, ao nível de reerguer quanto à coerência, ao nível de se dizer o mesmo, de ser confiável,

perante os portugueses e quem nós representamos. E, a este respeito, gostaria de citar esta colagem do PS Açores ao PS nacional.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): São os senhores que fazem a colagem.

O Orador: Outra vez o “juntos conseguimos”, outra vez César e Sócrates lado a lado! Outra vez esta colagem do Governo dos Açores em relação ao actual Governo socialista de José Sócrates e, sobretudo, nesta fase de campanha! Nesta fase de campanha, em que está o PS Açores ligado ao PS nacional.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Quer que leia declarações do Presidente da Madeira?

O Orador: Para isso, para não utilizar palavras minhas, vou utilizar outras palavras, palavras de uma outra pessoa, relativamente a esta colagem, PS Açores/PS nacional. Dizia o seguinte: “O aproveitamento ostensivo que Carlos César tem feito da existência de um executivo central rosa parece indiciar que continua a existir apenas um princípio ético-deontológico válido na política portuguesa”, continuo a citar, “o de vale tudo, menos tirar olhos”. Quem dizia isto, em Agosto de 1996, era o actual Secretário Regional da Presidência, André Bradford.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Eu?

O Orador: Era quem dizia que esta colagem excessiva de César a Sócrates era o princípio deontológico de vale tudo, menos tirar olhos. Por isso, eu não diria melhor do que aquilo que o Sr. Secretário da Presidência de Carlos César disse em Agosto de 96.

Deputado João Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: É esta incoerência, dizer uma coisa hoje, outra daqui a uns anos, e outra amanhã, do ataque da falta de credibilidade, que demonstra claramente que a política está como está! E o PSD, para além do desafio de reerguer Portugal, tem o desafio de demonstrar que a governação pode ser feita de acordo com a verdade, com a honra...

Deputado Francisco César (*PS*): Depende, se for para portugueses ou ingleses.

O Orador: ...e com os mais elementares princípios de ética e deontologia. É esse o nosso desafio, é esse o nosso desígnio e é por isso que estamos aqui!

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Deputado Domingos Cunha (PS): Não apoiado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Faça o favor, para um protesto, Sr. Deputado José San-Bento.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Eu protesto. Não vou relevar o tipo de referência que o Sr. Deputado Clélio Meneses fez à linguagem que utilizei. Acho que já sou suficientemente conhecido neste Parlamento...

Deputado João Costa (PSD): Exactamente, o problema é esse.

O Orador: ...e tenho um estilo, se me permitirem. Tenho o estilo que tenho, defendendo um combate frontal, leal e incisivo, quando a situação se impõe. Foi isso que fiz, estou de consciência absolutamente tranquila sobre isso.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

O Orador: O meu protesto não é este e, por isso, não utilizei a figura da defesa da honra, porque há certas acusações que ficam com quem as profere.

Deputado João Costa (PSD): E que figura é essa? Pensava que o senhor ia justificar as declarações do Sr. Secretário antigamente.

Deputado Mark Marques (PSD): Então, qual é a figura?

O Orador: Faço um protesto pelo facto do PSD não ter apresentado uma única proposta...

(Risos de deputados da bancada do PSD)

...a propósito de uma declaração política, apresentada pelo Bloco de Esquerda, em que o PSD não apresentou, sequer, uma única referência a esse facto.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Deputado João Costa (PSD): Que falta de imaginação!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado José San-Bento.

Passo de imediato a palavra ao Sr. Secretário da Presidência, André Bradford.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou fazer uma intervenção neste debate, sem o tencionar inicialmente, sobretudo com dois objectivos.

Primeiro, o de clarificar e deixar bem visível, para toda a casa e para os açorianos, que não se trata duma defesa da honra, uma vez que a minha honra está muito acima da “rasteireza” dos ataques que alguns lhe querem fazer.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Ninguém pôs isso em causa.

O Orador: Particularmente, muito acima de ataques que possam vir do Sr. Deputado Clélio Meneses,

Deputado João Costa (PSD): O senhor foi citado. Foi o que o senhor escreveu.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Está aqui.

O Orador: É preciso ser um bocadinho mais alto para me atingir. Não é o seu caso e, portanto, quanto a isso estamos conversados.

Deputado João Costa (PSD): Grande argumento!

O Orador: Não, mas depois vamos ao argumento substancial. Eu felizmente tenho essa vantagem, Sr. Deputado: a minha vida é um livro aberto.

Deputado Mark Marques (PSD): Neste caso foi um jornal.

(Risos de deputados da bancada do PSD)

O Orador: Politicamente eu escrevo e escrevi em jornais as minhas opiniões políticas, durante julgo que uma década, quase todas as semanas, Sr. Deputado.

Disse sempre o que quis e aquilo em que acreditava e não fui penalizado por isso. Se calhar, do seu ponto de vista, até fui beneficiado por isso.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Do meu ponto de vista?

O Orador: Sim, porque, do senhor, sei que o seu desejo é um dia sentar-se nesta bancada. Vai ser difícil; para si, vai ser particularmente difícil. Mesmo que seja mais fácil para o seu partido, para si vai ser particularmente difícil. Mas esse é o seu desejo, e eu percebo que o senhor tenha essa ambição. É legítima, as pessoas andam na política por causas nobres e por outras causas, menos nobres.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso é que é falar bem! Eu limitei-me a citá-lo.

O Orador: Agora, o que é facto é que eu tenho essa vantagem, Sr. Deputado: as minhas opiniões políticas são conhecidas desde que eu tinha dezoito anos. Sempre foram ditas da maneira que eu entendi, sem ninguém me pressionar. Portanto, já pensei duma maneira, já pensei doutra. Estou aqui hoje a servir os Açores, da maneira melhor que posso, e estou aqui para responder por tudo o que já fiz na vida.

Deputado João Costa (PSD): Então não critique os outros por o citarem.

O Orador: Não me custa nada, Sr. Deputado, é um privilégio!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Posso fazê-lo de peito aberto, com calma. No caso, custa-me fazê-lo a pretexto duma intervenção sua, porque acho que o senhor não é a pessoa mais indicada para me obrigar a explicar alguma coisa, mas faço-o.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas porquê?

Deputado João Costa (PSD): Grandes argumentos!

Deputado Pedro Gomes (PSD): E aos costumes disse nada!

O Orador: Faço-o com gosto, porque aqui a minha missão é servir os açorianos.

Agora, vamos à outra questão de fundo.

Estamos num debate duma declaração política do Bloco de Esquerda. O senhor levantou-se, não disse nada sobre a declaração política do Bloco de Esquerda, ignorou o partido, o grupo parlamentar, que teve a iniciativa...

Deputado Clélio Meneses (PSD): O PS é que ignorou!

O Orador: ...limitou-se a criticar, de forma desbragada, com uma linguagem – até disse que lixo era um adjectivo, quando é um substantivo, mas isso é só um detalhe – assim um bocadinho fora do comum, uma linguagem duma violência extrema...

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Está abrangido pelo novo acordo ortográfico.

O Orador: ...e depois acabou com o *grand finale*. Qual foi o *grand finale* do Sr. Deputado? Um ataque a mim? Um ataque pessoal a mim? Estamos a falar do futuro do país, do futuro dos Açores, do FMI, das dificuldades dos portugueses, do que as pessoas passam na vida...

Deputado João Costa (PSD): Mas que ataque? Qual ataque pessoal? Foi uma citação!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu estava a citar!

O Orador: ...das dificuldades que sentem no seu dia-a-dia, e o senhor acaba a sua intervenção com um ataque pessoal a mim!

Deputado João Costa (PSD): O senhor foi citado e mais nada.

Deputado Mark Marques (PSD): Mas o senhor não se orgulha do seu passado.

O Orador: Acha que algum açoriano percebe que o Sr. Deputado venha para aqui discutir o futuro do país e dos Açores e se limite a chamar nomes à bancada parlamentar do PS e a atacar-me a mim pessoalmente, Sr. Deputado? Acha que isso é um serviço? Acha que é para isso que o senhor é eleito? O Sr. Deputado acha que os açorianos lhe deram a sua confiança – aqueles que votaram em si, que também não foram assim tantos, mas acha que aqueles que votaram em si – votaram para o senhor vir para aqui atacar-me pessoalmente?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não foi um ataque, foi uma citação!

O Orador: O senhor acha que isso é um serviço à sua causa política? Acha que isso é um serviço aos Açores?

Cá por mim, estou tranquilo, mas com muita pena de verificar que há deputados que aproveitam esta casa e a nobre função política que desempenham para fazer ataques às pessoas de quem não gostam! Isso é uma coisa que não faz sentido nenhum, que desvaloriza as instituições autonómicas e que, em particular, desprestigia esta casa!

Deputado João Costa (PSD): Explique lá qual foi o ataque! Foi uma citação!

O Orador: Tenho muita pena que isso assim seja e tenho, sobretudo, também, uma mágoa pessoal de ter sido o senhor o escolhido para me atacar.

Muito obrigado.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Passo de imediato a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Popular, Sr. Deputado Artur Lima.

Sr. Deputado Artur Lima, estou aqui a receber um protesto do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata e vou dar a palavra ao Sr. Deputado Clélio Meneses.

(* **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para um protesto, pela linguagem utilizada e pela forma como tentaram inverter algo que foi aqui referido.

Deputado Francisco César (PS): O senhor ataca e agora...

O Orador: A intervenção do Grupo Parlamentar do PSD, através de mim próprio, visou apenas demonstrar a falácia da argumentação do Partido Socialista e demonstrei-a a vários níveis.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sr. Deputado, não se enterre mais!

O Orador: Também fiz referência a esta colagem entre o PS Açores e o PS nacional, entre o Governo Regional dos Açores e o Governo da República de José Sócrates. Fiz referência a isso e utilizei apenas e só uma citação...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ...expressa, integral, do princípio ao fim, sem trincar nem tirar nada, de algo que foi dito por uma pessoa que está nesta casa! Apenas citei e, se uma citação é considerada um ataque pessoal, estamos entendidos!

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: De facto, revela de forma absoluta e evidente a falta de argumentos, a absoluta falta de argumentos, de alguém que está aqui e, pelos visto, não sabe bem qual é o seu papel.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O meu papel é estar aqui para servir! O senhor é que não sabe qual é o seu!

O Orador: O seu papel é defender o Governo Regional, é ser porta-voz do Governo Regional, não é apenas...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Fazer de saco de pancada.

O Orador: ...fazer esse arzinho de vítima. Não tenho nada de pessoal contra si! A minha questão aqui é apenas política e a questão da minha representatividade política está acima de qualquer das suas vontades.

Limitei-me a citar. De facto, como o senhor bem disse, a sua honra está acima de tudo. Pelos vistos, está acima daquilo que o senhor próprio escreve!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso faz parte da minha honra.

O Orador: E, neste caso concreto, o senhor, por acaso Secretário Regional da Presidência hoje, em 1996 dizia algo com que eu concordo e limitei-me a dizer que concordo com aquilo que o senhor diz. O Sr. Secretário Regional da Presidência, André Bradford, em 1996 dizia que, pelo facto de haver uma colagem, um aproveitamento ostensivo de Carlos César em relação a José Sócrates, que era...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): A José Sócrates? Está muito bem citado.

O Orador: Ao governo central.

Deputado Berto Messias (PS): Em 96!

Deputado João Costa (PSD): José Sócrates também lá estava.

O Orador: E que, por haver esta colagem do Governo Regional ao governo central, António Guterres na altura...

Vozes de deputados da bancada do PS: Ah!

O Orador: ...era apenas um princípio ético-deontológico de política. Dizia o Sr. Secretário da Presidência, em 96, que isto provava que na política portuguesa vale tudo, menos tirar olhos. **Deputado Francisco César (PS):** Mas o que é que isso tem a ver com a declaração?

O Orador: Quem o disse foi o senhor, eu limitei-me a citá-lo. E dizer que uma citação das suas palavras é um ataque pessoal é, de facto, revelador da consideração que o senhor tem pelas suas próprias palavras.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para um contra-protesto, Sr. Secretário da Presidência, André Bradford.

(* Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente, para tentar voltar a esclarecer aquilo que me parece merecer ser esclarecido neste *quid pro quo*, que não é de importância nem de relevância nenhuma para o futuro dos Açores, nem de Portugal.

Deputado João Costa (PSD): Não lhe interessa nada, não é?

O Orador: Eu sei, aliás foi-me dito pela vossa bancada, com um aceno, que tinham um dossier com transcrições dos artigos que eu escrevi, ou terei escrito, ao longo da vida. Foram os senhores os próprios a acenar e a dizer-me isso, sim, sim!

Deputado João Costa (PSD): O dossier é a *internet*.

O Orador: Foi num Plenário, aqui, não sei se foi no último, se no outro anterior. Percebi, com isso, que era uma tentativa – oh, foi aquele dossier – de me limitar no exercício das minhas funções aqui no Parlamento. Ou seja, “o

senhor tenha juízo, senão vamos buscar o que o senhor escreveu”. Estou a dizer-vos que isso não vai funcionar. O que eu queria dizer aqui é que não vai funcionar. Os senhores podem ir buscar os artigos todos, em que eu disse o que pensava naquela altura, podem fazer as leituras que quiserem.

Deputado Pedro Gomes (PSD): A questão não é essa; a questão é saber se o senhor mudou ou não de opinião. Sobre essa, o senhor não disse nada.

O Orador: Podem até acrescentar Sócrates onde estava Guterres, ou outra coisa qualquer...

Deputado João Costa (PSD): Já mudou de opinião.

O Orador: ...que isso não faz diferença nenhuma à minha actuação aqui, à maneira como interpreto o papel de Secretário Regional da Presidência neste Parlamento e em relação ao empenho que eu tenho posto no desempenho das minhas funções. Isso que fique muito claro, Sr. Deputado.

Deputado João Costa (PSD): Mas o senhor mudou de opinião, Sr. Secretário?

O Orador: O senhor pode fazer as citações todas que entender. Pode, com isso, julgar que está a ganhar votos; pode, com isso, julgar que está a contribuir para o desenvolvimento dos Açores; que não será assim, e isso não me afecta. Não há problema nenhum nisso.

Depois, há outra coisa, Sr. Deputado. Os burros é que nascem a dar coices e morrem a dar coices. Todos os outros animais têm a capacidade...

Deputado Mark Marques (PSD): Cada um sabe o que sabe.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): O Dr. Mário Soares é que dizia que só os burros não mudavam de opinião.

O Orador: ...ao longo da vida, de desenvolver outro tipo de pensamento, outro tipo de comportamento, outro tipo de instinto. Eu sou um ser humano, sou capaz disso e, portanto, já dei coices, às vezes não dou coices...

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Mas esses não mudam de opinião, disse Mário Soares.

O Orador: ...no futuro, provavelmente, darei coices, mas tenho essa opção. Felizmente, numa sociedade democrática, posso escrever sem ninguém me fazer nada por causa disso, antes pelo contrário.

Muito obrigado.

Deputado Mark Marques (PSD): Cada cavadela, cada minhoca!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário da Presidência.

Passo de imediato a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Popular, Sr. Deputado Artur Lima.

(* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Depois desta onda de protestos, vou procurar centrar-me na declaração política do Bloco de Esquerda, que aqui trouxe algumas críticas pertinentes à governação socialista, algumas das quais nós também subscrevemos e concordamos.

Agora, Sra. Deputada, eu compreendo que V. Exa. não resista à tentação de sempre meter o CDS no meio daqueles dois guerreiros.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não fui eu que o meti, Sr. Deputado, já estava, esse é que é o problema.

Deputado Francisco César (PS): Já está em campanha!

O Orador: Uma coisa é certa, devo dizer-lhe uma coisa, Sra. Deputada: estamos efectivamente em crise e uma crise grave. Agora, não quero imaginar, sob pena de entrar em coma, um governo do Bloco de Esquerda a governar Portugal. Não quero imaginar!

Deputada Zuraída Soares (BE): Coma, era o mínimo! Um AVC!

O Orador: Entrava em coma e o país, naturalmente, seria uma amostrazinha da Albânia, o que iríamos ver.

Agora, relativamente ao que se tem passado e se passou hoje aqui, foi o PSD que veio dar uma de virgem impoluta, que não teve culpa de nada, não teve nada a ver com isto. Aprovou os PEC todos! O PSD aprovou todos os PEC! O PSD viabilizou o código contributivo e vem aos Açores dar uma de defender os pescadores, fazendo uma proposta de alteração ao código contributivo, quando o aprovaram na República, e com convicção!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Haveremos de falar sobre isso; o senhor vai ter tempo para falar disso.

O Orador: Temos tempo, Sr. Deputado. O senhor é que se especializa em dar conferências de imprensa e, aqui, furta-se ao debate. Disso, nós temos pena.

Vozes de deputados da bancada do PS: É verdade!

Vozes de deputados da bancada do PSD: Não é verdade!

O Orador: Disso tenho muita pena, Sr. Deputado.

Agora, relativamente às tintas e aos troca-tintas, o que tenho para dizer é que os senhores são policromáticos os dois! Trocam bem tintas um com o outro. Até porque ainda hoje anuncia Passos Coelho estar disponível para um grande governo de salvação nacional com o PS.

Deputado Francisco César (PS): E com...?

O Orador: Mas sem Sócrates, pronto, é a condição do Partido Social Democrata. Nessa matéria estiveram de acordo até aqui e vão pôr-se de acordo a seguir. Portanto, o Sr. Deputado Berto Messias vai oferecer o vestido de noiva, mas vai ser a outra força política, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Não, não me parece!

O Orador: Relativamente ao Sr. Deputado José San-Bento, tenho para lhe dizer uma coisa: a mentira, muitas vezes dita, não se vai tornar verdade. Não se vai tornar verdade, Sr. Deputado.

Deputado José San-Bento (PS): Qual mentira?

O Orador: E lamento que o Partido Socialista esteja a fazer uma campanha de credibilizar a mentira. Isso é enganar os portugueses.

O Ministro das Finanças, relativamente ao Plano e Orçamento, dizia...

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Esse não estava no congresso!

O Orador: ...“Se os juros chegarem aos 7%, vem aí o FMI; é preciso aprovar o orçamento!”

Deputado José San-Bento (PS): Não disse nada disso. Não brinque com coisas sérias!

O Orador: O orçamento foi aprovado – o Sr. Ministro das Finanças disse – e, a seguir, veio o PEC 4. As medidas eram suficientes para 2011 e 2012; falso! Falharam redondamente! Veio o PEC 4.

Deputado José San-Bento (PS): Eu já expliquei isso três vezes.

O Orador: O Sr. Ministro das Finanças, a seguir ao dia fatídico de 21 de Março, vem dizer à Judite de Sousa, em entrevista...

Deputado José San-Bento (PS): Não sei quem é essa senhora.

O Orador: ...“Nós não podemos, um governo de gestão não pode pedir a intervenção do FMI. O que quer que eu faça? Telefonar para o FMI, para quê? Não me serve de nada”. Quinze dias depois, o Sr. Ministro das Finanças e o Sr. José Sócrates já podiam pedir a intervenção do FMI. Portanto, não vale a pena enganar mais, as pessoas já perceberam que os senhores as estão a enganar.

Deputado José San-Bento (PS): Mas onde está a mentira? Qual foi a mentira que disse?

O Orador: Oh, senhor, a mentira do Partido Socialista, que o senhor aqui vem defender e forrar de inocente, isso não é falso!

Deputado José San-Bento (PS): Vim esgrimir os meus argumentos.

O Orador: O senhor admita os erros do partido! Admita tudo o que erraram! Admita que levaram o país à falência! Admita que prometeram 150 mil empregos...

Deputado Francisco César (PS): Mas quem chumbou o PEC 4? Foram os senhores que chumbaram o PEC 4!

Deputado José San-Bento (PS): O senhor está a gozar comigo!

O Orador: ...e não conseguiram nenhum! E mais, sobretudo, Sr. Deputado, não ameacem os portugueses com a mentira do FMI! Porque os senhores tomaram todas as medidas que o FMI iria tomar, Sr. Deputado, e o senhor sabe!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: O Sr. Secretário da Presidência dizia, há um bocado, que as medidas vão ser mais drásticas; que vai aumentar o desemprego; o senhor já sabe, hoje, qual é a previsão de desemprego para 2012, antes das medidas do FMI!

Deputado José San-Bento (PS): Eu não sei!

O Orador: Ah, não sabe? Então, informe-se.

Deputado José San-Bento (PS): Diga o senhor, para ficar registado.

O Orador: Já está previsto que o desemprego para 2012 vai chegar a 12%, Sr. Deputado! 12%!

Deputada Zuraida Soares (BE): 12,4.

O Orador: Vai, a maior taxa de desemprego. O que o senhor tem hoje são 800 mil desempregados, em vez de 150 mil novos empregados que os senhores iam criar, 150 mil novos postos de emprego. Essa é que foi a vossa aposta no desemprego, foi o corte nos subsídios sociais.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, esgotou o seu tempo.

O Orador: Portanto, não vale a pena, é desnecessário, estar a camuflar aquela que é a realidade dura que os portugueses sentem na pele, provocada por V. Exas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): “Não estou disponível para governar se o FMI entrar em Portugal”: José Sócrates, 19 de Março!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Artur Lima.

Dou a palavra, para um protesto, ao Sr. Deputado José San-Bento.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente:

Muito rapidamente, Sr. Deputado Artur Lima, pedi a palavra para protestar. O senhor referiu diversas vezes que eu menti. Eu não menti. Aquilo que fiz foi, numa forma muito clara, explicar aquilo que é o projecto do PS.

Deputado João Costa (PSD): Isso não é um protesto, Sr. Deputado.

O Orador: Em relação àquilo que o senhor refere do Ministro das Finanças e do Governo da República, já lhe disse várias vezes, em várias circunstâncias, que nunca foi dito que o Governo deixaria de, posteriormente, reavaliar a situação de acordo com as circunstâncias. Por isso é que o Primeiro-Ministro disse que tudo faria para resolver o problema das finanças públicas, Sr. Deputado.

Portanto, eu não estive aqui a mentir. Eu não disse mentira nenhuma. A questão é outra: o senhor é que tem a consciência pesada, pela responsabilidade que o seu partido tem em nós estarmos na situação em que estamos, ao ter votado contra o PEC 4. Esta é que é a verdade!

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): “Não estou disponível para governar se o FMI entrar em Portugal”, 19 de Março de 2011!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima, para um contra-protesto.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Sinceramente, é só para assinalar...

Deputados Francisco César e José San-Bento (PS): Não é obrigado.

O Orador: ...que o Sr. Deputado José San-Bento procura fazer aqui *faits divers* por tudo e por nada...

Deputado José San-Bento (PS): O *seu* passatempo favorito é o *faits divers*.

O Orador: ...desvalorizando as intervenções dos outros.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Portanto, quem mente, vou dizer-lhe mais uma vez, Sr. Deputado: é o Partido Socialista que mente, é José Sócrates que mente...

Deputados João Costa (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...é o senhor que mente, Sr. Deputado, são os ministros do governo socialista que mentem, e eu assumo e provo, como já lhe provei, Sr. Deputado!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Portanto, não vale a pena vir para aqui...

Deputado José San-Bento (PS): Vale, vale! Não vale a pena? Isso tem de ficar muito bem esclarecido.

O Orador: ...de virgem ofendida, porque não lhe vale a pena, Sr. Deputado! Vou dizer-lhe uma coisa: o Carnaval, Sr. Deputado, já passou. O Carnaval já passou e não precisamos – e agora o senhor pode ofender-se da maneira que quiser, Sr. Deputado – dessas actuações dignas de terceiro mundo e inaceitáveis em democracia. O Carnaval já acabou, portanto não venha o Sr. Deputado para aqui fazer os seus números, em que se especializou, para fugir ao debate, fugir ao tema e fugir à realidade!

Deputado José San-Bento (PS): Estou a fugir ao debate? O senhor não sustenta as suas argumentações, não tem argumentos!

O Orador: E já agora, Sr. Deputado, devia ter-se informado, porque, relativamente ao PEC 4, nós apresentámos um conjunto de propostas, que os senhores votaram contra! Os senhores votaram contra, porque os senhores não querem entendimento! Os senhores querem o poder absoluto e absolutista!

Deputado José San-Bento (PS): Fiz essa acusação ao PSD.

O Orador: É isso que os senhores querem. De democracia estamos conversados, Sr. Deputado. Agora, pelo menos, seja humilde.

Deputado José San-Bento (PS): Não estamos, não.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Artur Lima.

Passo imediatamente para a Representação Parlamentar do Partido Comunista, Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A semelhança, ou melhor, a vacuidade dos projectos políticos do PS e do PSD julgo que ficou muito bem caracterizada, quer durante a primeira declaração política, quer agora nesta. Até porque o PS e o PSD entretiveram-se com protestos e contra-protestos, ataques e tricas pessoais, que julgo não trazerem nem acrescentarem nada, mas rigorosamente nada...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ...à discussão política que, hoje de manhã, tentámos fazer nesta câmara, cujo objecto é a situação política nacional e os efeitos que isso coloca aos portugueses...

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado Aníbal Pires está muito sensível!

O Orador: ...e que coloca aos açorianos. Portanto, digamos que isto não nos adianta nada.

Relativamente à declaração política do Bloco de Esquerda e a algumas coisas que, entretanto, aqui foram ditas, queria dizer o seguinte: há, de facto, caminhos diferentes. Há quem se submeta aos dogmas do mercado...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor vem a falar de dogmas?

O Orador: ...há quem se submeta aos dogmas neo-liberais; e há quem acredite em Portugal, e há quem acredite nos portugueses! Os senhores...

Deputado José San-Bento (PS): E há quem não acredite na esquerda e no PCP.

O Orador: Isso é um problema que, para já, não lhe diz respeito. Porque, aliás, os senhores apenas gingam à esquerda, mas não são de esquerda, como nós muito bem sabemos!

Mas, de facto, e já que falamos de dogmas, os dogmáticos são V. Exas., porque, entretanto, mergulharam num pântano ideológico, a caminho, de facto, daquilo que é a aceitação acrítica – perfeitamente acrítica! – da teologia do mercado, da matriz neo-liberal!

Deputado José San-Bento (PS): Não diga isso!

O Orador: O PS mergulhou nisso, e dificilmente convencerá o povo português do contrário, por muito esforço que agora tente fazer.

Há, de facto, projectos diferentes.

Deputado Francisco César (PS): Há, há! Há projectos diferentes!

O Orador: Há um projecto que acredita em Portugal, há um projecto que acredita nos portugueses e nas portuguesas! Esse projecto tem a ver com a defesa intransigente daqueles que são os interesses do país, coisa que os senhores, o PS, o PSD, o CDS, não têm feito!

Deputados José San-Bento (PS) e Artur Lima (CDS/PP): E o Bloco de Esquerda!

O Orador: Têm vendido o país aos interesses da União Europeia! Têm vendido o país aos interesses da especulação financeira! Isso, os senhores têm feito. Agora, escusam de procurar fugir para todo o lado.

Relativamente ao CDS/PP...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E o Bloco de Esquerda?

O Orador: ...queria ainda dizer o seguinte: o CDS/PP está a assobiar para o lado!

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Vou já terminar, Sr. Presidente.

Assobia para o lado, mas, entretanto, vai fazendo algum barulhinho, para dizer que está presente. O CDS/PP não é, de facto, uma noiva encalhada. Não sendo virgem é, no entanto, a noiva mais disputada.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Não tenho mais inscrições. Para terminar o debate, passo a palavra ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Sra. Deputada Zuraída Soares, tem cinco minutos.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Agradeço todas as intervenções e comentários feitos pelos Srs. Deputados à nossa declaração política. Agradeço mesmo os comentários aos comentários...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Menos os protestos.

A Oradora: ...os protestos e os contra-protestos, porque todos eles foram bastante esclarecedores. Portanto, muito obrigada por isso.

Considero, no entanto, que duas ou três coisas muito importantes ficaram por dizer, e os Srs. Deputados dos diferentes partidos, nomeadamente do PS e do PSD, tiveram a oportunidade para o fazer, no comentário à nossa declaração política. Não o fizeram e, portanto, eu quero aproveitar esta oportunidade, no tempo que ainda me resta, para o fazer.

A primeira questão para a qual devemos alertar, informar os açorianos e açorianas – e os senhores, como o grande partido e o grande partido da oposição, têm a obrigação redobrada de o fazer – é a seguinte: que programa o PS e o PSD vão levar às eleições de 5 de Junho? Esta é a primeira pergunta.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O nosso é conhecido: é o PEC!

Deputada Cecília Pavão (PS): Pergunte ao PSD, Sra. Deputada.

A Oradora: E os senhores, os dois partidos, só têm uma resposta a dar: o mesmo programa! Qual é o mesmo programa? É, dentro da linha da “PECmania”, o PEC 5. O que é o PEC 5? É o PEC 4, agravado pelas imposições do FMI.

Deputado Francisco César (PS): Agravado pelos senhores! Votaram contra, e agora não sabem?

A Oradora: Nem o PS nem o PSD têm um programa diferente para apresentar! Depois, é bom lembrar...

(Apartes inaudíveis da câmara)

A Oradora: Sr. Presidente, eu gostava de não ter de falar quase a gritar para me fazer ouvir.

Presidente: A Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra; agradecia o silêncio das Sras. e Srs. Deputados, para a Sra. Deputada continuar a sua intervenção.

A Oradora: Muito obrigada, Sr. Presidente.

É bom lembrar os açorianos e açorianas que este PEC 4 de que estamos a falar – e que é, assumidamente, já foi publicamente afirmado por José Sócrates e, até, pelo FMI, o ponto de partida para todo o programa que vem entrar no nosso país – foi chumbado na Assembleia da República! Este PEC foi chumbado, legítima e democraticamente, na Assembleia da República. O que quer dizer que, daquele intervalo na democracia, que era apenas de seis meses, era modesta a Dra. Manuela Ferreira Leite, quando pedia seis meses de intervalo na democracia.

Deputado João Costa (PSD): Nunca pediu! Não diga isso, Sra. Deputada!

A Oradora: Açorianos e açorianas, daqui para a frente não são seis meses, são dois, três, quatro anos, o tempo que o FMI entender aqui ficar, a dar cabo do pouco que nos/lhes/vos resta!

Segunda observação que os senhores tiveram oportunidade de fazer e também não fizeram: o que significa o bloco central? Hoje, não há nenhum órgão de comunicação social, as televisões de manhã à noite falam-nos no bloco central. É bom que os açorianos e açorianas saibam que, quando falamos em bloco central, estamos a falar nos tais chamados partidos do arco do governo, ou aquilo a que nós também chamamos o triunvirato do FMI: o PS, o PSD e, neste caso e para o caso, o CDS. O que quer dizer que os açorianos e açorianas, se

votam no PS, levam três em um! Porque, se votam no PS, levam com o PSD e com o CDS. Mas, se votarem no PSD, levam com o PS e com o CDS. E, agora, imaginem todas as possibilidades de composição dentro do bloco central.

Ou seja, aquilo que é pedido aos açorianos e açorianas, aos portugueses e às portuguesas, não é que escolham um governo, não é que escolham uma política, no dia 5 de Junho. É que dêem o seu aval, ou não, às políticas que o FMI quer impor ao nosso país. É isso que está em questão no dia 5 de Junho.

Terceiro item que os Srs. Deputados também tiveram oportunidade de fazer e não fizeram: explicar aos açorianos e açorianas quem vai pagar a dívida. Quem é que a paga? Nós sabemos que Passos Coelho quer ir ao pote, só que ainda não explicou a que pote é que vai. Vai àquele pote, que já está rapado, dos pensionistas, dos desempregados, dos precários, dos jovens, dos dois milhões de pobres que existem neste país?

Deputada Cecília Pavão (PS): Ainda não sabe, Sra. Deputada.

Deputado João Costa (PSD): Por que não ouviu ontem, Sra. Deputada?

A Oradora: É que, se vai a esse pote, que é o pote onde o Partido Socialista andou a rapar durante todos estes anos, os senhores vão ao pote errado!

Deputado João Costa (PSD): A senhora só ouve o que lhe interessa.

A Oradora: Os senhores têm de ir ao pote da banca, que tem quatro milhões de euros por dia de lucro! Açorianos e açorianas: quatro milhões de euros de lucro por dia! E que um dia se levanta de manhã e diz: “Não emprestamos mais dinheiro ao Estado português”! É a este pote que os senhores têm de ir! Têm de ir ao pote das parcerias público/privadas, das grandes empresas, dos grupos financeiros! E os senhores...

Deputado João Costa (PSD): Agradecemos a sua confiança.

A Oradora: ...escolheram o pote errado!

Deputado João Costa (PSD): Não escolhemos, está enganada.

A Oradora: Portanto, PS e PSD andam a rapar no mesmo sítio, ou seja, no desgraçado povo português, que já não tem mais para dar a ninguém.

Finalmente, aproveito...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é demagogia! Demagogia pura!

A Oradora: Não é demagogia, Sr. Deputado...

Deputado João Costa (PSD): Não é demagogia, é falta de audição.

A Oradora: ...é fracturante! Foram os Srs. Deputados José San-Bento e Berto Messias...

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares...

A Oradora: ...que fizeram o favor de recordar que o Bloco de Esquerda tem uma política fracturante. Eu continuo a fracturar, Srs. Deputados, continuamos a fracturar.

(Apartes inaudíveis da câmara)

A Oradora: Directamente para o Sr. Deputado José San-Bento.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, esgotou o seu tempo.

A Oradora: O problema, Sr. Deputado, não é só a austeridade. O problema é a assimetria da austeridade. O problema é os senhores pedirem sacrifícios não a todos os portugueses! Não é a todos! Há uma elite privilegiada que não pagou nunca um cêntimo para esta crise e os senhores nunca lhe pediram dinheiro nenhum! E, quando o Sr. Deputado diz: “O Partido Socialista cometeu erros, o governo socialista cometeu erros”, é preciso reconhecê-los...

Deputado Berto Messias (PS): Sempre dissemos isso!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Hoje é que ele diz.

A Oradora: ...diga quais são! Diga quais foram, porque nós não ouvimos dizer um único! Um único erro! Mas eu digo-lhe, eu ajudo-lhe a memória, Sr. Deputado: são dois milhões de pobres, milhão e meio de precários, 800 mil desempregados, recessão, pobreza e miséria!

Deputado José San-Bento (PS): Não seja demagógica, Sra. Deputada!

A Oradora: São estes os erros cometidos pelo Partido Socialista e pelo governo socialista que, eventualmente, agora, os senhores estão na disponibilidade de reconhecer.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é demagogia barata!

A Oradora: Portanto, açorianos e açorianas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A escolha, no dia 5 de Junho, é claríssima!

Deputado José San-Bento (PS): É o voto no Bloco de Esquerda!

A Oradora: É quem paga a dívida: querem que sejam os mesmos a pagar, votem nos partidos do triunvirato do FMI. Querem que sejam aqueles que nunca deram um cêntimo, que têm usufruído e espoliado este país, e que têm vivido à custa dele? Então, votem nos partidos à esquerda do Partido Socialista, porque a resposta para este país é aí que está.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada Zuraida Soares.

Terminámos aqui o período da manhã. Bom almoço para todos. Recomeçamos às 15 horas.

(Eram 13 horas e 06 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 04 minutos)

(Neste momento, o Presidente da ALRAA retomou o seu lugar na Mesa)

Temos como ponto primeiro da nossa agenda a **Apresentação de um conjunto de iniciativas**, quer legislativas, quer resolutivas, **por parte do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata**. Rege nesta matéria o artigo 81.º do nosso Regimento.

Dou a palavra, para tal, ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Por altura da última discussão orçamental, o Grupo Parlamentar do PSD comprometeu-se a apresentar nesta Assembleia um pacote legislativo visando incrementar a transparência das contas públicas. É este compromisso que, ao abrigo das disposições regimentais, aqui hoje nos traz para apresentar cinco

peças legislativas, que constituem um pacote único, com uma lógica complementar entre os vários diplomas.

Para preparar este trabalho recolhemos opiniões de técnicos especializados e organizámos um Seminário aberto ao público onde consolidámos e aperfeiçoámos as nossas propostas. Este é pois um trabalho amadurecido e participado, mas queremos obter a contribuição dos restantes partidos na Assembleia Regional, de modo a que deste processo possa sair um quadro consensual para o processo orçamental e para a transparência das contas públicas. Achamos que esta é a abordagem correcta para um assunto que assume a maior importância nos sistemas parlamentares actuais e se impõe, incontornavelmente, na nossa autonomia.

A transparência das contas públicas é, em si, um indicador de qualidade da democracia. A transparência das contas públicas deve ser um desígnio do regime.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Não pode ser, pois, redutível a lutas partidárias. Não é para esta legislatura, nem para este poder, ou para esta oposição. É para o futuro dos Açores e para o bem dos açorianos.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É um contributo que nos motiva, mas é especialmente um desafio que deve mobilizar todos aqueles que prezam a democracia e a verdade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos últimos anos em Portugal e nos Açores têm vindo a ser encontradas novas fórmulas e mecanismos de acção política. Por isso, é indispensável um conhecimento amplo das finanças públicas, em todos os domínios em que os recursos públicos são utilizados, nomeadamente por recurso a instrumentos de direito privado ou às novas formas de partilha de risco entre a Região e entidades privadas.

Temos hoje uma administração pública fora do Orçamento. Temos hoje um investimento público fora do Orçamento. Temos hoje responsabilidades financeiras públicas futuras fora dos documentos orçamentais.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não apoiado!

O Orador: Ao realizar-se despesa pública fora do Orçamento, temos obrigatoriamente que atender às responsabilidades financeiras futuras inerentes, também elas verdadeiramente públicas.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso, temos hoje, naturalmente, de nos debruçar também sobre este outro “público” fora do “público” tradicional. Queremos, no entanto, dissipar qualquer dúvida acerca desta matéria: não estamos, à partida, contra qualquer nova forma de financiamento e de investimento público, nem estamos, à partida, contra qualquer nova declinação da administração pública. Não estamos, à partida, contra este novo “público”. O que nos move é a exigência ética, enquanto responsáveis políticos, de garantir a quem nos elege a total transparência na utilização dos recursos públicos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É a chamada conferência de imprensa...

O Orador: É fundamental assegurar que não existe qualquer dúvida acerca das nossas contas públicas. Temos, pois, de eliminar qualquer opacidade e melhorar a informação pormenorizada e consolidada.

Deputados João Costa e Pedro Gomes (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Entendemos que a importância desta matéria impõe um acordo de regime, por isso, apresentarmos este pacote legislativo, renovando a nossa total disponibilidade para receber contributos, críticas e sugestões que melhorem as nossas propostas, de modo a que se culmine numa abordagem o mais consensual possível.

Com as cinco iniciativas legislativas e políticas que compõem este pacote, visamos prosseguir três grandes objectivos:

- Melhorar o controlo da utilização dos recursos públicos;
- Assegurar transparência na gestão pública, e;

– Dotar a Assembleia Legislativa da informação e dos meios técnicos adequados à aprovação do orçamento e das contas públicas.

Em concreto, deste pacote fazem parte cinco iniciativas: uma Anteproposta de Lei, dois Projectos de Decreto Legislativo Regional e duas Propostas de Resolução.

Com a Anteproposta de Lei pretendemos alterar a Lei de Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, garantindo que o Governo Regional apresenta à Assembleia Legislativa informações individualizadas e consolidadas de todo o Sector Público Empresarial Regional, incluindo informações sobre endividamento ou assumpção de responsabilidades de natureza similar fora dos balanços, a curto, médio ou longos prazos não aprovados nos respectivos planos de investimento, e ainda informações sobre as responsabilidades vencidas e vincendas assumidas por parcerias público/privadas.

Propomos um Decreto Legislativo Regional estabelecendo um inovador regime de apresentação de contas pelo Sector Público Empresarial à Assembleia Legislativa, com entrega de planos estratégicos plurianuais, planos anuais de actividade, orçamentos anuais e relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios dos órgãos de fiscalização, bem como os documentos de prestação anual de contas. Prevemos ainda que se efectue um debate anual nesta Assembleia Legislativa sobre o Sector Público Empresarial Regional.

Propomos também um Decreto Legislativo Regional que cria uma Unidade Técnica de Apoio Orçamental no âmbito da Assembleia Legislativa, com a missão de elaborar estudos e documentos de trabalho técnico sobre a gestão orçamental, unidade coordenada pela Comissão Especializada que detenha competência em matéria orçamental.

Propomos ainda uma Resolução que recomenda ao Governo Regional que os mapas que constituem o Orçamento da Região Autónoma dos Açores, especialmente os que se referem a despesas, sejam detalhadamente desagregados, de acordo com o classificador económico em vigor.

Propomos finalmente uma Resolução que recomenda ao Governo Regional que proceda à elaboração de um “Código de Bom Governo” para o Sector Empresarial Regional, tendo por referência os princípios e regras constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2007, de 28 de Março.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nome do futuro dos Açores, convidamos todos os partidos aqui representados a um diálogo e à concertação política, de modo a que a transparência das contas públicas constitua um compromisso da acção política de todos nós.

Deputados Pedro Gomes e Rui Ramos (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: A história e os eleitores julgarão a vontade política de cada partido.

Disse.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Petição n.º 3/2011 – “Não ao projecto de requalificação da Praça Velha sem discussão pública”, apresentada por Teresa Armas Cavaleiro de Ferreira, na qualidade de primeira subscritora.**

Começo por dar palavra ao Sr. Relator da Comissão de Política Geral, para apresentar o respectivo relatório.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

I – INTRODUÇÃO

No dia 1 de Fevereiro de 2011, um grupo de 1074 cidadãos, tendo como primeira subscritora a Dra. Teresa Armas Cavaleiro Ferreira, apresentou na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a petição n.º 3/2011,

cujo objecto é “Não queremos o projecto de requalificação da Praça Velha, sem discussão pública prévia, atendendo a que Angra do Heroísmo ainda é uma cidade património mundial”.

A mencionada petição foi enviada para a Comissão de Política Geral para apreciação da sua admissibilidade, nos termos dos artigos 189.º e 190.º do Regimento, tendo sido admitida, verificadas que foram os pressupostos legais para a sua admissibilidade, como resulta da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto.

Tendo sido admitida, a petição é objecto de posterior apreciação, relato e emissão de parecer por esta Comissão, no prazo fixado para o efeito por despacho de Sua Excelência o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa – 1 de Abril de 2011.

II – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de Petição exerce-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto e dos artigos 189.º e 190.º do Regimento da Assembleia Legislativa.

A apreciação na Comissão exerce-se nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro que aprovou o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e dos artigos 189.º e 190.º do Regimento da Assembleia Legislativa.

Nos termos do disposto no artigo 190.º do Regimento, as petições dirigidas à Assembleia Legislativa são remetidas por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa à Comissão competente em razão da matéria, à qual compete proceder à sua admissão, como decorre da interpretação conjugado do disposto nos números 2, 3 e 4 daquele artigo 190.º.

III – APRECIÇÃO DA PETIÇÃO

A) Da admissibilidade

Recebida a petição, remetida por Sua Excelência, o Sr. Presidente da

Assembleia Legislativa, a Comissão procedeu à verificação da satisfação dos requisitos estabelecidos no artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa, conjugado com o artigo 6.º da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto, a fim de deliberar quanto à sua admissão.

Do exame da petição, verificou-se o cumprimento dos requisitos formais estabelecidos pelo artigo 6.º da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto e pelo n.º 1 do artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que petição foi admitida.

B) Diligências efectuadas

A Comissão deliberou, por unanimidade, ouvir a 1ª subscritora, bem como a Presidente da Câmara municipal de Angra do Heroísmo.

Após a realização daquelas audições, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD apresentaram a proposta de audição do Director Regional da Cultura.

Colocada à votação, a proposta de audição foi rejeitada com os votos contra dos Deputados do Grupo Parlamentar do PS e os votos favoráveis dos Deputados dos Grupos Parlamentares do PSD, CDS/PP e da Representação Parlamentar do PPM.

1. Audição dos Peticionários

A audição dos subscritores da Petição n.º 3/2011 – “Não queremos o projecto de requalificação da Praça Velha, sem discussão pública prévia, atendendo a que Angra do Heroísmo ainda é uma cidade património mundial” teve lugar no dia 15 de Março de 2011, na Delegação da Assembleia Legislativa na cidade de Angra do Heroísmo, tendo estado presentes Teresa Armas Cavaleiro Ferreira, Francisco Maduro Dias, Maria Helena Monjardino e Raul Tânger.

O Presidente da Comissão iniciou a audição, explicando aos Subscritores que a apreciação desta petição obedece ao formalismo legal e regimental, acrescentando que a Assembleia Legislativa se limita, através desta Comissão de Política Geral, a apreciar as petições formuladas pelos cidadãos subscritores, nos seus exactos termos, sem que dela se possa resultar, de modo directo uma iniciativa legislativa.

A primeira Subscritora, Teresa Armas, começou por informar a Comissão que o texto da petição é muito claro quanto às razões que levaram muitos cidadãos a subscreverem-no: os peticionários referem, não apenas o descontentamento com a maioria das decisões tomadas na requalificação da Praça Velha, mas principalmente, a falta de informação da sociedade relativamente àquele projecto, o que impediu que os Angrenses se manifestassem.

Esclareceu que não cabe aos subscritores e num curto espaço de tempo encontrar todas as medidas para evitar que algo desta natureza se repita, disponibilizando-se para ajudar no futuro.

No âmbito da análise crítica do processo de requalificação da Praça Velha, destacou que todo o processo conduz à conclusão de que se torna necessário legislar de modo a estabelecer um regime legal que obrigue a uma verdadeira e prévia discussão pública de projectos com idêntica natureza que se desenrolem em sítios classificados.

Acentuou que Angra do Heroísmo é uma cidade histórica, classificada como património mundial pela UNESCO, pelo que qualquer projecto no futuro deve ter uma justificação e um objectivo, avaliados de forma a determinar-se a sua essencialidade.

Por outro lado, indicou que, quanto à natureza do projecto, deve ser clarificado se é uma reconstrução, uma requalificação, construção, bem como ser conhecido o respectivo orçamento e quanto maior for a obra deverá aumentar a responsabilidade e necessidade de discussão. A escolha do projectista deve ser igualmente uma preocupação.

Com estas precauções tidas em conta, dever-se-á proceder a uma auscultação pública dos residentes, de forma a possibilitar a todos os interessados uma participação activa e atempada. Salientou o facto apenas conhecerem o que é público quanto à requalificação da Praça Velha, desconhecendo a existência de quaisquer estudos.

Por último considerou que a Assembleia Legislativa tem meios eficazes para regular a auscultação pública, permitindo uma participação alargada e abrangente de todos os interessados.

Esclareceu, ainda, que petição de teor idêntico foi enviada à Assembleia Municipal e Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, bem como à Assembleia da República.

O Deputado Cláudio Lopes, do Grupo Parlamentar do PSD congratulou-se pela iniciativa dos subscritores da petição em análise, referindo que era preciso clarificar alguns aspectos, designadamente:

Se a intervenção proposta está de acordo com as competências municipais e se respeitaram as disposições dos instrumentos de gestão territorial em vigor.

Tratando-se de uma zona sensível, que é património mundial e uma mais-valia para a Região, todas as intervenções devem, em consequência, merecer cautelas acrescidas na sua preservação.

O Deputado Cláudio Lopes referiu que, para além duma discussão estética em torno do projecto de requalificação da Praça Velha, há um debate sobre a harmonia da solução proposta para aquele espaço, no quadro duma intervenção numa cidade património mundial. Tal circunstância obriga a uma cuidadosa ponderação da intervenção a realizar, precedida dum amplo debate público e da adequação da solução final à vontade manifestada pelos cidadãos, o que se encontra muito para além do simples cumprimento das leis ou dos instrumentos de planeamento territorial. Referiu, também, que a obra de requalificação deveria ter sido suspensa na sequência da apresentação duma petição com a expressão da que foi entregue na Câmara Municipal.

O Deputado José San-Bento, do Grupo Parlamentar do PS, depois de saudar a iniciativa dos peticionários disse que o PS é muito sensível à participação da população na vida comunitária, acrescentando que a internet, conforme se constata na presente iniciativa, permite melhorar a intervenção e a influência dos cidadãos na vida colectiva das suas comunidades.

Por outro lado, esclareceu que, no tratamento deste assunto, deve-se resistir a declarações públicas de facilitismo e populismo, quanto a matérias que são sensíveis, como é o caso presente, por ser um património importantíssimo para os Açores. Acrescentou ainda que na sua a Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo é uma pessoa sensata e com grande sentido de dever

público, bem intencionada e interessada no desenvolvimento do Concelho. Assim, declarou que gostaria primeiro de ouvir a Câmara Municipal, para, na posse de todos os elementos, se pronunciar acerca do objecto desta petição, designadamente saber se foi extravasada alguma competência municipal neste processo.

O Deputado Manuel Herberto Rosa, do Grupo Parlamentar do PS, interveio para opinar que a matéria em apreço para além de ser eminentemente autárquica se deve enquadrar nas preocupações regionais, pelo que considerou que os munícipes deveriam ser ouvidos. Referindo-se à possibilidade dos cidadãos poderem participar nas reuniões dos órgãos deliberativo e executivo municipal, nos termos legais, pretendeu perceber se os peticionários recorreram a este mecanismo para serem ouvidos pelos órgãos autárquicos.

Por seu lado, o Deputado Paulo Estêvão, da Representação Parlamentar do PPM, considerou que se trata de um tema de interesse regional, cujo âmbito supera as fronteiras municipais, pelo que a Câmara Municipal deveria ter agido com redobrado cuidado na concretização deste processo de interesse colectivo. Embora o tempo útil já estar esgotado, importa, mais do que verificar se foi cumprida a legislação, que o tema fosse debatido pela população, devendo assegurar-se que no futuro possa haver a participação das pessoas nos assuntos de intervenção em zonas de património classificado.

O Deputado Abel Moreira, do Grupo Parlamentar do CDS/PP, considerou que a apresentação de uma petição idêntica à que agora se aprecia, na Câmara Municipal deveria ter determinado a imediata interrupção das obras em curso, de modo a que os argumentos aduzidos pelos cidadãos fossem devidamente ponderados, já que traduzem a expressão duma significativa parcela da vontade popular. A continuação da obra, mesmo perante uma tão expressiva petição é um acto de teimosia política. Acrescentou que, infelizmente, o debate agora realizado nesta Comissão não dispõe do condão de interromper o decurso da obra. Alertou, finalmente, para que as intervenções a realizar no resto da cidade de Angra deveriam ser repensadas e ter em atenção a auscultação dos cidadãos.

O Presidente da Comissão considerou que a petição teve o mérito de deslocar este assunto para o plano regional e que esta obra se insere numa área que é património mundial, pelo que se deve olhar com redobrado cuidado e atenção para a sua valorização e salvaguarda, de modo a preservá-la e legá-la às gerações futuras.

2. Documentos

A solicitação da Comissão de Política Geral, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo remeteu os seguintes documentos à Assembleia Legislativa:

- a) Documento caracterizador da requalificação da Praça Velha;
- b) Pedidos de parecer à Direcção Regional da Cultura;
- c) Documento orientador de intervenção estratégica no centro histórico.

Os documentos referidos nas alíneas a) e b) encontram-se em anexo ao presente Relatório, dele fazendo parte integrante. O documento referido na alínea c) faz parte integrante do presente Relatório, estando já depositado nos Serviços da Assembleia Legislativa devido à sua dimensão. Contudo, poderá ser acedido através de <http://www.alra.pt/cpg/cpg-a4.pdf>.

IV – AUDIÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

A audição da Sra. Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Dra. Andreia Cardoso, teve lugar na Delegação da Assembleia Legislativa, na cidade de Angra do Heroísmo, no dia 16 de Março de 2011. A Sra. Presidente da Câmara Municipal fez-se acompanhar da Vereadora Raquel Silva.

A autarca na sua explanação sobre as obras que estão a ser levadas a cabo na Praça Velha esclareceu que esta intervenção de requalificação assenta num quadro de acção que define a estratégia de intervenção na Zona Classificada de Angra do Heroísmo, numa perspectiva integrada das necessidades urbanas.

Informou que Autarquia pretende reorganizar o espaço, através da colocação e recolocação de mobiliário urbano e dinamizar e valorizar a principal Praça da

Urbe, perspectivando o futuro, sempre com o respeito pelo seu passado e valor urbano.

A Presidente da Câmara assumiu uma aposta crescente na valorização de espaços públicos, como pontos de confluência, de convívio, de atracção turística ou cultural, e está também na base dos pressupostos desta requalificação.

A implantação do Quiosque teve por finalidade, não só a sua localização primitiva, atender ao enquadramento central em relação à praça, criando um conjunto mais harmonioso, fazendo com que este novo quiosque faça parte integrante do espaço, libertando e desafogando a área em frente ao edifício dos Paços do Concelho.

Os bancos existentes, já nada têm a ver com os originais colocados na praça Velha projectada pelo Mestre Maduro Dias, e portanto procedeu-se à escolha de mobiliário urbano moderno para o local, respeitando de alguma forma a sua colocação original.

O novo mobiliário urbano, assume uma organização de espaço dinâmica, e tenta pela sua forma de linhas puras e simples, uniformizar -se com a envolvente urbana.

Quanto às árvores no espaço público, estas não se encontravam nas melhores condições fitossanitárias. Pretende-se com esta intervenção e com base e novos conhecimentos técnicos, corrigir estas situações e substituir por árvores de fruto, o que é uma novidade e de médio porte e que encaminhem as raízes para o subsolo, o que permitirá o nivelamento da caldeira das árvores, permitindo que se utilize, como passeio, as laterais da Praça, conforme conceito original.

A Presidente da Câmara Municipal esclareceu os Deputados Cláudio Lopes, José San-Bento, Abel Moreira e Paulo Estêvão de que, no entendimento da Câmara Municipal, a intervenção projectada e em curso é legal, respeitando o ordenamento jurídico em vigor, mais esclarecendo que, quanto à petição dirigida à Câmara Municipal, a sua actuação imediata foi a de pedir aos serviços da autarquia um parecer jurídico quanto às acções a adoptar face à circunstância de se tratar duma primeira petição recebida na Câmara Municipal.

Acrescentou, ainda que face ao processo público de debate promovido pela Câmara Municipal e aos ajustamentos ao projecto inicial, entendeu não ser necessário suspender a obra, perante a petição recebida.

Referiu, finalmente, questionada pelo Deputado José San-Bento que os peticionários nunca participaram em reunião pública da Câmara Municipal nem solicitaram qualquer reunião consigo a este propósito.

V – CONCLUSÕES

A Comissão de Política Geral efectuou as audições entendidas como necessárias, dando seguimento aos procedimentos regimentais, tendo em vista a elaboração do presente relatório.

A Comissão de Política Geral concluiu, por unanimidade, o seguinte:

1. A matéria objecto da presente petição é da competência municipal, nos termos do disposto na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que estabelece o regime jurídico do funcionamento dos órgãos municipais e das freguesias, assim como as respectivas competências.

2. Os cidadãos peticionários expressam uma legítima preocupação de cidadania não apenas quanto ao descontentamento com a maioria das decisões tomadas na requalificação da Praça Velha, mas principalmente com a falta de informação relativamente àquele projecto, o que, no seu entender, impediu que os Angrenses se manifestassem de modo cabalmente informado.

3. Os cidadãos peticionários desconhecem quaisquer estudos relativos às projectadas obras de requalificação da Praça Velha, para além do que é público.

4. A Câmara Municipal de Angra do Heroísmo entende que as obras que estão a ser levadas a cabo na Praça Velha apenas dizem respeito a uma intervenção de requalificação que assenta num quadro de acção que define a estratégia de intervenção na Zona Classificada de Angra do Heroísmo, numa perspectiva integrada das necessidades urbanas, respeitando o

ordenamento jurídico em vigor.

5. No entender da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, a reorganização do espaço, através da colocação e recolocação de mobiliário urbano, visa dinamizar e valorizar a principal Praça da urbe.

6. A Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, muito embora tenha recebido petição idêntica à entregue na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, não suspendeu as obras em curso, não ouviu os peticionários nem procedeu a qualquer diligência, excepto quanto a pedido de parecer jurídico formulado aos seus serviços para determinar o modo de actuação perante a petição formulada.

7. O presente Relatório deve ser remetido aos subscritores da Petição.

Em consequência, a **Petição n.º 3/2011 – “Não ao projecto de requalificação da Praça Velha sem discussão pública prévia”**, foi apreciada nos termos e para os efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 191.º e nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 192.º, ambos do Regimento da Assembleia Legislativa, **está em condições de ser debatida em Plenário.**

Ponta Delgada, 31 de Março de 2011.

O Relator, António Pedro Costa.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Pedro Gomes.

Presidente: Está, efectivamente, em condições de ser debatida em Plenário, é o que passamos a fazer. Aceito inscrições. Rege o artigo 192.º, pode falar um representante de cada Grupo ou Representação Parlamentar, por 10 ou 5 minutos, consoante seja grupo ou representação.

Dou a palavra ao Sr. Deputado António Ventura.

Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membro do Governo:

Todas as petições têm um motivo e um objectivo.

Esta nasce, simplesmente, porque as pessoas que vivem no Concelho de Angra e fora dele se **sentiram enganadas**, ultrapassadas na sua vontade de opinar sobre determinada acção da governação local. Em Angra, a Câmara Municipal

de Angra do Heroísmo e o executivo do PS, no âmbito de um processo de requalificação da Praça Velha, promoveram uma **falsa participação pública**. Se quisermos, um faz de conta.

Esta petição resume-se a isto: é, acima de tudo um **protesto de cidadania**, do direito das pessoas em opinar.

É uma falsa participação porque, por exemplo:

- O dia do convite à discussão foi o dia da discussão;
- Quando a Câmara apresentou o projecto, o mobiliário urbano já estava comprado;
- Existiram personalidades em Angra que se sentiram utilizadas;
- E a maioria dos vereadores da Câmara de Angra só na véspera tiveram em pormenor conhecimento do projecto.

Deputado Berto Messias (PS): Não apoiado!

O Orador: Está em causa um **comportamento e uma atitude de governar em Angra**. Governar é, acima de tudo, encontrar consensos com todos, para as melhores decisões. Governar não é esconder informação, não é **fugir ao confronto de ideias**, e não é aceitar a diferença das opiniões. Em Angra, o executivo do PS na Câmara de Angra, convive mal com a democracia.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não apoiado!

O Orador: Foi imperante, em todo este projecto, a teimosia. Uma teimosia que foi contrariada e só valeu pela presença dos vereadores do PSD e do CDS que, pelas suas propostas, contrariaram aquilo que estava em curso e recolocaram a verdadeira participação pública neste projecto. Assistimos em Angra àquilo a que o PS já nos habituou, ao PS no seu melhor. E o seu melhor é aplicar o lema: “Quero, posso e mando”. Só que em Angra a realidade eleitoral não beneficia este lema e o PS não sabe governar sem maioria.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Oh, senhor, vá para eleições! O senhor perdeu as eleições, perdeu e vai perder!

O Orador: Esta petição representa inequivocamente uma reclamação ao atropelo à cidadania e, na consequência, uma afirmação da necessidade de continuarem a existir valores como a informação e a participação pública, que foi negada pelo Executivo do PS na Câmara de Angra.

Tenho dito.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado José Cascalho, tem a palavra.

(*) Deputado José Cascalho (BE): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Congratulamo-nos, obviamente, com esta iniciativa de um grupo de cidadãos, iniciativa que felizmente teve eco na Câmara Municipal de Angra e a fez recuar em relação à sua intenção inicial.

Como já foi referido, este grupo de cidadãos contesta o projecto de remodelação da Praça Velha, uma legítima contestação, que tem o condão de revelar a forma, infelizmente recorrente, como se realizam projectos em espaços públicos: sem ouvir os cidadãos, não abrindo espaço para reflexão, sem oportunidade para discussão de ideias nem para apresentação de soluções alternativas.

No caso relatado, o projecto foi apresentado ao público no dia 18 de Janeiro de 2011, e as obras anunciavam-se para o início de Fevereiro. Em menos de um mês após a apresentação da decisão tomada sobre a remodelação da praça, que é, nem mais nem menos, o centro da cidade de Angra, deu-se lugar ao início da obra. Quanto ao mobiliário, parte integrante e principal deste projecto, já estava adquirido há muito tempo. Um facto consumado, portanto. As exigências dos peticionários, quer a exigência por uma discussão pública do projecto, quer a exigência por um maior rigor no processo de requalificação de um espaço da cidade património mundial, são exigências que consideramos mais do que legítimas.

Queria chamar a atenção para o facto de esta petição ser um pedido *in extremis* à região e à câmara. Não teria sido mais natural que tivessem existido mecanismos de participação dos cidadãos nesta decisão, sem que estes tivessem de recorrer a uma petição para reclamar, em litígio com a câmara, por uma

solução diferente? Ao invés, a câmara primeiro argumentou que tinha ouvido diferentes personalidades com créditos firmados, para vir mais tarde, por intermédio de uma vereadora, afirmar que não há propriamente um projecto, mas sim uma intervenção e uma substituição. Ou seja, um projecto sem nome, para uma praça central duma cidade património mundial. Primeiro, invoca-se o peso de personalidades que, afinal, não tinham sido propriamente convidadas para dar um parecer e, depois, desvaloriza-se o projecto de intervenção, para justificar o facto de este não ter sido posto à discussão.

Sras. e Srs. Deputados, a questão que aqui se discute não se prende com o carácter legal da decisão, como alguém procurou fazer valer na comissão. Não há nenhuma ilegalidade; há, sim, uma forma de fazer política, de que os subscritores da petição reclamam, exigindo mais proximidade aos cidadãos, exigindo mais reflexão e mais transparência. Esta é, de facto, uma questão política, dizemos nós. E vamos reclamar por formas diferentes de fazer política, outras formas diferentes desta aqui relatada, em que os cidadãos são convidados a tomar partido e a acompanhar o processo de tomada de decisão e em que, por essa razão, há transparência no processo. E em que as decisões não são contra a vontade dos cidadãos, são, isso sim, a favor dos cidadãos.

Um exemplo de outra forma de fazer política é o processo de decisão associado ao orçamento participativo que urge implementar nos Açores.

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso!

O Orador: Na verdade, eu, como cidadão da cidade de Angra, entendo que os 60 mil euros gastos no mobiliário comprado para aquela remodelação, o quiosque e os bancos, foram mal gastos. Entendo que esse dinheiro poderia ter sido melhor gasto noutras obras, noutros projectos mais urgentes. E esta minha avaliação teria sido tomada em conta, se a decisão sobre a remodelação dos espaços urbanos fizesse parte do conjunto de decisões incluídas no pacote do orçamento participativo.

Finalmente, Sras. e Srs. Deputados, anotem a forma como o poder político, quer ele seja camarário, quer ele seja de índole regional, tem vindo a tomar decisões

noutros dois projectos, também localizados em Angra, fechando-se em copas, sem querer ouvir os cidadãos:

O primeiro, o Mercado Municipal de Angra: também, e cito, “um simples projecto de remodelação”, segundo a mesma vereadora referida anteriormente, e para o qual também não houve discussão pública. Os vendedores não foram convidados para discutir as soluções encontradas. Os cidadãos, que usufruem do espaço, também não foram ouvidos, etc., etc., etc. O projecto é apresentado como um projecto contemporâneo, que vai dignificar a cidade de Angra. Como se o objectivo último fosse tornar Angra bonita, sem pensar no papel que o mercado deve ter na cidade, sem enquadrar a funcionalidade do novo espaço. É caso para perguntar: o que é que a câmara já pagou? Que compromissos já fez? E quando é que os fez?

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

O Orador: O segundo, o terminal de cruzeiros em Angra. Com o estudo de impacto ambiental já adjudicado, não temos nenhum eco sobre o que efectivamente o Governo pretende fazer. Não se sabe se vão, ou não, considerar a hipótese veiculada pelos cidadãos que, por iniciativa própria, lançaram uma discussão pública sobre ideias para a construção deste terminal. Não se sabe qual a abertura que o poder político terá para acolher os comentários e críticas. E o mais provável, digo eu, é que o Governo entenda que todo esse processo vai atrasar o projecto, que deve estar pronto quanto antes, um pouco antes, mesmo, das próximas eleições legislativas regionais.

Estas inevitabilidades, estas correrias, estes projectos sem nome não são de todo compatíveis com as necessidades de uma cidade património mundial. Não promovem uma cidade que vai ao encontro das necessidades dos cidadãos que lá habitam. E não são mesmo nada coerentes com o aprofundamento duma prática democrática, em que se procura aproximar os cidadãos da participação política activa. Saúdo, portanto, estes cidadãos de Angra, que nos relembram a importância da cidadania activa e como ela pode fazer a diferença numa cidade e numa região.

Disse.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado José Lima, tem a palavra.

Deputado José Lima (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero louvar esta iniciativa, apresentada por este grupo de cidadãos, uma vez que é através destes e outros meios que se permite melhorar a intervenção dos mesmos, bem como a influência na vida colectiva das suas localidades e comunidades em geral, de forma responsável.

A Praça Velha mantém-se, com todo o seu esplendor, na sua traça original e manter-se-á após as obras de requalificação, como está à vista de todos. Os trabalhos que estão ali a ser realizados eram necessários e urgentes, numa praça que é o lugar mais nobre e principal da nossa cidade, que se encontrava num estado de degradação que se poderia considerar pouco digno, com as árvores a morrer de podres, em más condições fitossanitárias, com o seu pavimento em mau estado de conservação, bem como o mobiliário que ali existia.

A requalificação da zona mais nobre da nossa cidade de Angra vem trazer melhores condições para todos os que usam aquela praça e, ao mesmo tempo, vem manter e qualificar o património da Praça Velha e de todo o património arquitectónico em seu redor. Não vem trazer nem implementar modernices, fora do contexto arquitectónico, como já muitos em declarações públicas totalmente demagógicas vieram apregoar, mas sim melhorar um espaço, mantendo toda a sua traça original, o qual tem grande importância para os angrenses e para todos os terceirenses em geral, fazendo parte dum património importantíssimo da nossa região.

Esta requalificação está dentro de um quadro de acção definido pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, o qual define a estratégia de intervenção para a Zona Classificada de Angra do Heroísmo, assumindo uma aposta na melhoria

e na valorização dos espaços públicos dentro duma cidade que é Património Mundial.

Deputada Cecília Pavão (PS): Muito bem!

O Orador: Não posso deixar de dizer que praticamente nada mudou na Praça Velha, tudo se mantém. Só mudaram as árvores, requalificou-se o pavimento na sua traça original, mantendo-se os bancos que lá existiam, melhorou-se a iluminação e colocou-se um quiosque que se adequa à nobreza do espaço.

Disse.

Deputadas Cecília Pavão e Benilde Oliveira (PS): Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra, cinco minutos.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A história desta petição é fácil de descrever. A Câmara Municipal, a Sra. Presidente da Câmara Municipal, convidou os angrenses para serem ouvidos sobre uma obra que já estava decidida e cujos materiais já estavam comprados. É esta a ideia de participação pública no âmbito das decisões que devem ser elaboradas e decididas pelos munícipes e pela Câmara Municipal. É esta a ideia de democracia e de participação popular por parte dos socialistas em Angra do Heroísmo. E também é, podemos dizer, uma perspectiva, infelizmente geral, do Partido Socialista em toda a região.

Deputado Berto Messias (PS): Mais democracia do que nós temos na região?

O Orador: Diga-se, em abono da verdade, que a intervenção, que eu tive oportunidade de analisar, é de um mau gosto brutal!

Deputado Francisco César (PS): Mas quem é o senhor para dizer isso?

O Orador: Evidentemente que a população, que centenas de pessoas e centenas de munícipes disseram: “Isto é uma aberração, nós não concordamos com isto!” E, no mínimo, o que disseram os senhores? Os peticionários: “Queremos ser ouvidos, queremos dizer que não concordamos com esta questão”. E o que fez a Sra. Presidente da Câmara? Ignorou completamente uma petição que foi assinada por centenas de pessoas! Centenas de pessoas! É esta a questão! Isto

demonstra, de facto, a falta de transparência e a falta de abertura democrática do Partido Socialista, principalmente do Partido Socialista na Terceira, à participação das pessoas!

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: No mínimo dos mínimos, as pessoas deveriam ter tido o direito de ser ouvidas! A Presidente da Câmara poderia, depois, decidir: “Eu já vos ouvi, não concordo com os senhores e decido permanecer com esta intervenção”. Tem esse direito democrático. Agora, não tem é o direito democrático de negar a participação e de se negar a ouvir as pessoas em relação àquele problema, que elas queriam discutir e em que queriam participar. Portanto, penso que temos aqui um problema de défice democrático evidente, temos aqui um problema de participação democrática, e temos aqui um problema que não se resolve.

O Presidente do Partido Socialista na região tem uma fórmula. O Presidente do Partido Socialista acha que se aumenta a democracia e a participação das pessoas obrigando as pessoas a votar. Esta é a fórmula do Sr. Presidente do Governo Regional. Eu considero que, se calhar, a fórmula mais correcta é a de permitir às pessoas participarem e, no mínimo dos mínimos, quando centenas e centenas de pessoas lhe pedem uma reunião para que lhe possam expressar o seu ponto de vista, que as receba! É tão simples quanto isto! Isto é que seria verdadeiramente positivo para a democracia. E, aí sim, as pessoas têm vontade de participar.

Agora, quando lhes dizem, mesmo que sejam centenas de opiniões e muitas delas avalizadas e bem preparadas: “Nós não vos queremos ouvir, os senhores não têm de dizer nada e eu nem sequer vos recebo” e, pior ainda, nem sequer se calendariza uma recepção ou uma audição, então está tudo dito em relação ao que os senhores pensam sobre a participação das pessoas nos problemas das comunidades e sobre a participação na democracia açoriana.

Presidente: O Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Faça o favor.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Muito rapidamente, tendo em conta as afirmações do Sr. Deputado Paulo Estêvão que, não se cingindo à discussão da petição que está aqui em causa, derrapa para outras questões e tece algumas considerações que, do nosso ponto de vista, são inaceitáveis, em termos de prática democrática na região, faço esta interpelação para dizer que faremos chegar à Mesa a lista de conselhos consultivos, em vários sectores da governação na região, que discutem com o Governo a partilha de ideias, de medidas e de soluções, em vários sectores da governação, criando, dessa forma, uma dinâmica aberta e partilhada de soluções para a nossa região.

Deputado João Costa (PSD): E, já agora, a composição desses conselhos!

O Orador: Portanto, faremos chegar essa lista à Mesa, para que seja entregue à Representação Parlamentar do PPM.

Muito obrigado.

Presidente: Sim senhor, Sr. Deputado Berto Messias.

Vamos continuar, então. O Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra, cinco minutos.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Quero começar por saudar e congratular-me com mais esta iniciativa popular, de intervenção na vida cívica da região e, no caso particular, da vida de uma cidade e da transformação, ou da requalificação, de um dos mais emblemáticos espaços públicos regionais.

Queria dizer, também, o seguinte: por parte da Representação Parlamentar do PCP, entendemos que o objecto da petição que estamos a analisar é, digamos, da competência estrita dos municípios e respeitamos essas competências. O que, tendo-nos sido dirigida esta petição, não nos deve inibir de nos pronunciarmos sobre ela. Antes pelo contrário, julgo que é um dever.

Deputado Berto Messias (PS): Não percebi.

O Orador: De facto, apesar daquilo que o Sr. Deputado José Gaspar veio dizer – e, com certeza, até concordo ou até poderei concordar com aquilo que o Sr.

Deputado José Gaspar veio dizer –, da necessidade da requalificação, enfim, pelos motivos que ele aduziu, a questão julgo que não reside aí. A questão reside no facto de a Presidente da Câmara e de a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo terem tomado uma atitude, digamos, pouco democrática.

Deputado António Ventura (PSD): Essa é que é a questão.

Deputado Berto Messias (PS): Nós não referimos a questão da petição, o Sr. Deputado Paulo Estêvão é que referiu.

O Orador: Com certeza; mas, Sr. Deputado Berto Messias, essa questão é com a Representação Parlamentar do PPM. Os senhores haverão de a resolver da melhor maneira. Eu não me vou meter nessas lutas.

O que gostaria de dizer, ou de reafirmar, é que do que se trata aqui, de facto, é de uma característica da governação do PS...

Deputado Berto Messias (PS): Farei chegar a lista também ao Sr. Deputado!

O Orador: Faça-o!

...da governação autárquica do PS, porque, de facto, é disso que se trata.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Do que se trata não é da necessidade ou na da requalificação da Praça Velha. Do que se trata...

Deputado Francisco César (PS): E em Ponta Delgada? E os esquemas das empresas?

O Orador: Em Ponta Delgada será a mesma coisa!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Parece que em Ponta Delgada fazem reuniões com o PCP!

O Orador: Oh, Sr. Secretário, quando for para falar de Ponta Delgada cá estaremos! No caso vertente, estamos a falar duma petição que tem a ver com a requalificação da Praça Velha! E Angra do Heroísmo é, efectivamente, governada pelo Partido Socialista. Portanto, é disso que se trata!

E aquilo que a petição sugere efectivamente e demonstra claramente é que, sobre esta situação, não houve discussão pública, houve apenas apresentação de um projecto e, quando é feita a apresentação desse projecto, é já sobre um facto consumado! Não está em causa, nem vou tecer considerações sobre se deveria

ser assim ou se deveria ser doutra maneira. E a necessidade da requalificação até a apoio. A questão é esta: a democracia faz-se com os cidadãos e o Partido Socialista não exerce o poder com os cidadãos. Exerce o poder nos corredores, exerce o poder nos gabinetes, e não fala com as populações, não envolve os cidadãos. Julgo que é tempo de o Partido Socialista fazer esse acto de contrição e procurar o envolvimento dos cidadãos nas decisões que devem ser tomadas!

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Isso não é verdade!

O Orador: Quer ao nível autárquico, quer ao nível regional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Muito mal!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, presumo que para uma interpelação?

(* **Deputado Berto Messias (PS):** Devo voltar a pedir uma interpelação, mas é só para dizer que a mesma lista, que peço seja entregue ao PPM, seja também entregue ao PCP.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Dispensio, conheço os conselhos consultivos!

Presidente: Muito bem.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra, faça o favor.

(* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Berto Messias, espero que também não tenha uma lista para me oferecer.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Conhece a lista?

O Orador: Vou arriscar fazer a minha intervenção, correndo, pese embora, o risco de V. Exa. também me querer devolver a sua lista.

Deputado Berto Messias (PS): Mas eventualmente far-lha-ei chegar com muito gosto!

O Orador: É pena, Sras. e Srs. Deputados, que a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Angra não tenha olhado, prezado e respeitado uma lista: uma lista de mais de mil cidadãos de Angra, que assinaram uma petição. Dessa é que é pena que a Sra. Presidente não tenha feito caso, que lhe tenha faltado ao

respeito e que a tenha desprezado. Inclusivamente, numa reunião de câmara, o desprezo, por um instrumento democrático de participação cívica, de participação dos cidadãos, que devem exercê-lo sempre que entenderem que o devem fazer em democracia, foi ao ponto de dizer que aquela petição não valia de nada, porque até a Minnie, a Margarida e o Pateta a podiam assinar.

Deputado António Ventura (PSD): É verdade!

O Orador: Eu, curiosamente, estava a olhar para o executivo camarário, a Minnie, a Margarida e o Pateta...

(Risos do Deputado António Ventura)

...vi duas senhoras e um senhor e disse: “Que curiosa analogia! Será que aqui não estarão a Minnie, a Margarida e o Pateta?”

Deputada Cecília Pavão (PS): Que deselegância, Sr. Deputado!

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito mau gosto!

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento e Sr. Deputado Domingos Cunha, não é de mau gosto. Não é de mau gosto, Srs. Deputados! De mau gosto é o que os senhores fazem: faltar ao respeito aos cidadãos e não respeitar os instrumentos democráticos das pessoas.

Deputado Domingos Cunha (PS): Discuta abertamente, não vá por esse caminho! O senhor tem formação para isso.

O Orador: O que eu disse foi, Sr. Deputado, que vocês estão a tornar-se especialistas...

Deputado Francisco César (PS): Vocês?

O Orador: Os senhores estão a tornar-se especialistas...

Deputada Zuraída Soares (BE): E as senhoras!

Deputada Cecília Pavão (PS): Vocês, é uma casa de família!

Deputado Mark Marques (PSD): Depende da família!

O Orador: As senhoras e os senhores, para a Sra. Deputada Zuraída Soares não ficar ofendida: as Sras. e Srs. Deputados, estão a ficar especialistas na vitimização.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Vozes de protesto da bancada do PS)

O Orador: Vitimização pura!

Deputada Cecília Pavão (PS): O senhor é o primeiro, Sr. Deputado! Respeite o voto, Sr. Deputado!

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores dão-nos motivos para isso!

O Orador: Mas, Sr. Deputado José do Rego, vou repetir. O senhor parece que não percebeu bem, mas eu vou explicar-lhe melhor.

Deputado José San-Bento (PS): Estamos enternecidos com a sua intervenção Sr. Deputado.

O Orador: A Sra. Presidente da Câmara, referindo-se aos peticionários, à petição e às pessoas respeitáveis e sérias que a assinaram, desvalorizou a petição e disse que...

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): E pelo facto de ser *on-line* apareceram assinaturas falsas.

O Orador: ...até a Margarida, a Minnie e o Pateta a podiam assinar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é que é lamentável!

O Orador: E eu olho para o executivo camarário e vejo duas senhoras e um senhor, Sr. Deputado José do Rego. As conclusões, o senhor tira-as da maneira que quiser.

Deputado António Ventura (PSD): E foi publicitada no dia da apresentação.

O Orador: A seguir, portanto, o que foi, foi o desprezo, foi a prepotência absoluta!

Deputada Cecília Pavão (PS): Não é verdade!

O Orador: A prepotência e o desrespeito pela democracia que aconteceram em Angra do Heroísmo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Francisco César, ouça com alguma atenção! Não muita, mas ouça!

Deputado Berto Messias (PS): Se só diz coisas erradas...

O Orador: E mais, além da falta de respeito pelos eleitores, e muitos deles, que assinaram a petição, *socialistas*, muitos deles filiados no Partido Socialista e simpatizantes do Partido Socialista que assinaram a petição...

Deputado Francisco César (PS): Somos democratas, Sr. Deputado!

O Orador: ...foram tratados pela Sra. Presidente como a Minnie, a Margarida e o Pateta.

Deputado Berto Messias (PS): Nós não fazemos perguntas, nós não perseguimos militantes, nem dirigentes!

O Orador: A seguir, Sras. e Srs. Deputados, a oposição apresentou propostas! No dia 21 de Janeiro deu entrada uma proposta do CDS para suspender o projecto de requalificação da Praça Velha e a Sra. Presidente recusou-se a agendar a proposta para a reunião de câmara!

Deputado José Lima (PS): Isso não é para aqui!

O Orador: Recusou-se – ouçam bem – a agendar a proposta de um vereador da oposição para a reunião de câmara, para ser discutido o assunto! Falta de respeito aos eleitores, falta de respeito aos eleitos.

Deputado Francisco César (PS): Porquê, Sr. Deputado?

O Orador: Recusou-se, argumentando que era da sua exclusiva competência a requalificação dos espaços urbanos e que o executivo camarário não tinha competência para se pronunciar sobre a matéria!

Deputado Berto Messias (PS): Não foi bem assim!

Deputado António Ventura (PSD): E depois teve de recuar!

Deputados Alexandre Pascoal e José Lima (PS): Não apoiado!

O Orador: Perante isto, argumentámos que a senhora não tinha razão. A senhora, na sua birra constante, a que já nos habituou, prolongou, prolongou, prolongou, até pedirmos um parecer jurídico.

Deputado Francisco César (PS): Muito gostam os senhores...

O Orador: Taxativo! Elucidativo! O órgão executivo, obviamente, tem competências para se pronunciar sobre a requalificação do espaço urbano da sua cidade e do seu município! Uma vergonha, essa atitude de não aceitar uma

proposta da oposição! Finalmente, e depois de um parecer jurídico, a Sra. Presidente viu-se obrigada, dois meses depois, a agendar...

Deputado Francisco César (PS): Agendou porque quis!

O Orador: ...a proposta do CDS. Isto é lamentável!

E vou dizer-lhes mais, Srs. Deputados.

Deputado Berto Messias (PS): O PP é uma força de bloqueio ao desenvolvimento de Angra, essa é que é essa!

O Orador: A Sra. Presidente da Câmara, que foi eleita em minoria, devia...

Deputado Berto Messias (PS): Fizeram uma força de bloqueio à gestão da Câmara de Angra!

O Orador: ...pelo menos, saber procurar entendimentos e consensos com a oposição. Devia, pelo menos, saber e devia, pelo menos, aprender com aquilo que é feito pelo Presidente do Governo Regional dos Açores que, estando em maioria, mesmo assim...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sejam coerentes!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado António Ventura; faça o favor de continuar, Sr. Deputado Artur Lima.

O Orador: Presumo que parou o cronómetro.

Sr. Deputado Berto Messias, V. Exa. ainda é um jovem e, portanto, na altura não se lembrava das forças de bloqueio, mas olhe que essa frase tem direitos de autor! Era, exactamente, usada pelo antigo Primeiro-Ministro e actual Presidente da República como as forças de bloqueio que os senhores tanto criticaram.

Deputado Berto Messias (PS): Mas aplica-se bem agora.

O Orador: Portanto, estamos a falar do modo de exercício do poder! Nesse é que não há diferença palpável!

Mas dizia eu que, pelo menos, a Presidente da Câmara de Angra podia ter aprendido com o Presidente do Governo Regional dos Açores, porque, estando em maioria aqui, é capaz de fazer entendimentos, sobre determinadas matérias, com a oposição.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: E a Sra. Presidente, estando em minoria, não é capaz de os fazer. E isso é lamentável em democracia. Porque não os procura, Sr. Deputado! Porque, quando foi necessário – e não quero desviar-me do assunto –, eles foram feitos e isso é público.

Agora, no que se insiste é numa requalificação de Angra, mas põe-se uns bancos de latão na Rua da Esperança, vai-se pôr uns bancos de cimento armado na Praça Velha...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma coisa horrorosa!

(Risos de deputados da bancada do PSD)

O Orador: ...e vai-se pôr um outro banco no Largo de São Lázaro. E, efectivamente, nada têm a ver com a praça urbana de Angra! Foram comprados – estamos a falar dum executivo minoritário – em Abril ou Maio, Sr. Deputado! Para depois se vir apresentar ao executivo camarário, quando já tinham comprado cinco meses antes, por 60 mil euros, uma roulotte sem rodas...

Deputado José Lima (PS): Essa discussão já passou, Sr. Deputado!

O Orador: ... – é o que está lá, é uma roulotte sem rodas – e uns bancos de cimento. Depois, apresenta-se ao executivo camarário, numa reunião à tardinha, o projecto, sem dizer nada.

Deputado José Lima (PS): O senhor não viu o que se comprou!

O Orador: “Olhem, está aqui, vejam, comam”. Depois, no outro dia de manhã, faz-se uma conferência de imprensa para apresentar o projecto à comunicação social, com pompa e circunstância. E o mais ridículo disto tudo, da falta de respeito, é que nesse mesmo dia, ao fim da tarde, se convoca a sociedade angrense para uma discussão pública, sobre uma coisa que já tinha sido apresentada à comunicação social, de manhã, como definitiva! A isto chama-se gozar com os angrenses! Não há outro termo que se possa dizer.

Mas o que a Sra. Presidente da Câmara quer é fazer uma SRU, que é para esbanjar mais dinheiro: uma Sociedade de Reabilitação Urbana.

Deputado José San-Bento (PS): Não diga isso!

Deputado Francisco César (PS): Não diga isso, tem muitos bons efeitos.

O Orador: Uma Sociedade de Reabilitação Urbana para Angra, portanto, uma SRU, que é para “desorçamentação”, para esbanjamento e para gastar dinheiro. E essa SRU terá de ser muito bem ponderada, porque cheques em branco...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não está na assembleia municipal!

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente.

Sr. Deputado José San-Bento, eu não estou na assembleia municipal, estou na Assembleia Regional e, ao contrário de V. Exa., sei muito bem fazer o meu papel lá e cá.

Muito obrigado.

E, agora, peça um protestozinho, faça o favor.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputada Cecília Pavão (PS): Não parece, Sr. Deputado!

Presidente: É sempre bom saber que a nossa velha Angra desperta paixões.

Terminámos o nosso debate, vamos passar para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 2/2011 – “Regime Jurídico da atribuição de bolsas de estudo e formação pela Região Autónoma dos Açores”** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados Artur Lima e António Parreira)

Presidente: Já terminámos a discussão sobre Angra, Srs. Deputados!

Rege, nesta matéria, a grelha acordada em conferência de líderes. Dou a palavra ao apresentante, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, à Sra. Deputada Piedade Lalanda, para apresentar o diploma, faça o favor.

(*) Deputada Piedade Lalanda (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Sr. Membros do Governo:

O Projecto de DLR “Regime Jurídico da atribuição de bolsas de estudo e formação pela Região Autónoma dos Açores” visa, em primeiro lugar, a uniformização do regime de atribuição de bolsas na Região Autónoma dos

Açores, e revoga, por esse motivo, um conjunto significativo de outros diplomas que versavam a mesma matéria. Mas, para além disso, essa uniformização expressa-se sobretudo pela definição de critérios uniformes de atribuição de bolsas, critérios comuns às várias áreas de apoio ao nível do estudo do ensino superior, ou pós-secundário. São, essencialmente, três os critérios ou princípios que estão contidos e consagrados neste regime e que destaco:

Em primeiro lugar, é com base nas necessidades do mercado laboral, definidas de forma prospectiva, que são listadas as bolsas que o Governo se dispõe a apoiar. O critério essencial e generalizado do nível socioeconómico dos candidatos, dando prioridade às famílias mais carenciadas desse ponto de vista. E, finalmente, um terceiro critério, que é o mérito dos candidatos, quando for necessário ordená-los e, de alguma forma, até, desempatar situações em que duas pessoas estivessem na mesma posição para a atribuição da bolsa.

Em relação a esta definição das necessidades do mercado de trabalho na região, importa precisar que o diploma define que, anualmente, o Governo Regional deverá publicitar o número máximo de bolsas que vai apoiar e as áreas de formação em que essas bolsas irão ser atribuídas. Terá como base para essa definição o Observatório de Emprego, a Comissão Permanente do Conselho Regional de Concertação Estratégia e, também, a comissão parlamentar com competência em matéria de trabalho.

O diploma inicial que deu entrada, que depois iremos com certeza analisar do ponto de vista da especialidade, apontava como critério para definição do agregado, das carências socioeconómicas, o montante em vigor do rendimento mínimo na região vezes 1.2 por agregado familiar. E, para clarificar essa atribuição, o Partido Socialista, para além de outras alterações, irá na especialidade depois explicar qual é, essencialmente, a grande mudança que propõe a este diploma, que é da sua autoria mas que, nesse ponto, era pouco claro.

Muito obrigada.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Rui Ramos, tem a palavra.

(* **Deputado Rui Ramos** (*PSD*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O regime da atribuição de bolsas de estudo e formação pela Região Autónoma dos Açores encontrava-se, efectivamente, disperso por diversos normativos e socorria-se de diferentes formas de atribuição, bem como as majorações que eram diferentes, que eram díspares. Portanto, o reunir, digamos assim, num único diploma, dos princípios gerais para a atribuição de bolsas de estudo e formação na região parece, ao Partido Social Democrata, uma iniciativa que tem o seu mérito. É, assim, fundamental proceder à uniformização de critérios de atribuição de bolsas de estudo e de formação na Região Autónoma dos Açores, passando – e é esse um dos objectivos do diploma – a reger-se por vários princípios.

Desde logo, a ponderação relativa à situação socioeconómica dos candidatos, destinando-se em primeiro lugar as bolsas para aqueles que mais necessitam. Por outro, o mérito também nos parece bastante positivo e, portanto, deverá ser um factor de discriminação, também ela, positiva. Por outro lado, também o critério de avaliação das áreas do mercado em que a Região Autónoma dos Açores é carenciada. A estes critérios – e pode ler-se no final do preâmbulo – alia-se um último, a importância em considerar um limite na sua atribuição, atendendo à necessidade de acautelar recursos financeiros públicos.

Sobre esta matéria, nós temos uma proposta de alteração, no sentido de clarificar e de aperfeiçoar o próprio diploma. Mas, para já, é um diploma que, aos nossos olhos, é positivo.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa, tem a palavra.

(* **Deputado Paulo Rosa** (*CDS/PP*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, saúdo esta iniciativa do Grupo Parlamentar do PS, que surge no sentido de operacionalizar um Projecto de Resolução que foi votado nesta casa em Janeiro, por iniciativa do CDS/PP, e que pretendia que houvesse

uniformização e transparência na atribuição de bolsas. Uniformização de critérios, uniformização de penalizações e transparência, nomeadamente quanto à publicitação e publicação dos cursos que seriam, digamos, objecto de atribuição de bolsas pela região. Este Projecto de Decreto Legislativo Regional assenta claramente nesses princípios e os critérios que são elencados parece-nos que são, de facto, os mais justos e essenciais no universo de recursos limitados e finitos que, obviamente, estão ao dispor da região.

As carências laborais da região vão balizar as áreas nas quais devem ser atribuídas bolsas e serão definidas anualmente, mediante os dados apresentados pelo Observatório de Emprego, com periodicidade mensal. Os candidatos mais necessitados a nível socioeconómico são, de facto, aqueles que mais necessitam de bolsas, e o esforço de atribuição de bolsas deve ser, obviamente, orientado para quem efectivamente precisa delas. E o mérito académico como factor discriminatório positivo na “elencagem”, na sequenciação dos candidatos e no ordenamento das candidaturas. Até aqui, tudo bem. Portanto, clarifica-se, uniformiza-se, compila-se e presta-se um efectivo serviço aos açorianos, neste caso.

Portanto, na generalidade, é um bom diploma. Congregou esforços construtivos e, há que dizê-lo, de várias forças partidárias, que se empenharam nesta construção colectiva, entre as quais esteve e está o CDS/PP, desde a primeira hora. Houve discussão, houve abertura, deu-se um bom exemplo de democracia, deu-se um bom exemplo de trabalho parlamentar e, deste ponto de vista, na generalidade, nós somos claramente favoráveis a este diploma.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda dará, obviamente, o seu voto favorável a este Projecto de Decreto Legislativo Regional do Partido Socialista.

Aliás, ao fazê-lo e porque o faz, retirou um diploma da sua autoria, cujos objectivos versavam mais ou menos os mesmos que os deste diploma do Partido Socialista, embora consideremos este diploma do Partido Socialista

ainda mais abrangente. Daí, termos retirado o nosso, o que é prova da nossa concordância. E nem outra coisa ou de outra maneira poderia ser, uma vez que este diploma pretende trazer mais transparência, mais rigor, mais justiça social e mais exigência a um âmbito e a uma matéria onde, aqui e ali, havia toda a legitimidade para pôr em dúvida que tal existisse. Portanto, também nós nos congratulamos com esta iniciativa.

Temos uma dúvida, que já colocámos em sede de comissão, aquando da discussão deste diploma. Na altura, os esclarecimentos recebidos não nos convenceram, no sentido de que não nos tranquilizaram. Daí, aproveitar a oportunidade para voltar novamente a colocá-la e esperar que haja um esclarecimento mais convincente da parte do Partido Socialista.

Quando nós falamos em necessidades profissionais e em competências da região, evidentemente que estamos a excluir o apoio a uma quantidade de áreas do saber que são tão legítimas quanto aquelas que, de forma imediata, a curto ou a médio prazo, fazem falta à região. Posso referir-me, por exemplo, às artes, ou à música, ou às ciências humanas, que todos nós sabemos que não vêm dar resposta a necessidades prementes do mercado de trabalho, mas que dão resposta a outro tipo de necessidades duma região, até em termos culturais, por exemplo, e artísticos.

Portanto, a questão do Bloco de Esquerda permanece e é esta: haverá outros âmbitos e outras áreas do saber que possam ser contemplados por esta bolsa da região, mesmo que não estejam identificados no tal levantamento anual das carências profissionais e de trabalho para a região, ou não? É esta a pergunta que deixo e gostaria de ver esclarecida.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade, tem a palavra.

(*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

O Governo apenas pede a palavra para se associar a esta iniciativa do Partido Socialista que, em boa hora, veio a esta casa, e que está a colher a aprovação das Sras. e dos Srs. Deputados.

Tal como o Governo disse na discussão em comissão, o Governo vê-a com bons olhos porque, de facto, uniformizam-se critérios e torna-se mais transparente a atribuição das bolsas de estudo, que são, como sabem, imensas na Região Autónoma dos Açores. Portanto, desta forma, o Governo associa-se a esta iniciativa, saudando-a e dando dela conta no futuro próximo.

Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do Partido Socialista vai ter o apoio da Representação Parlamentar do PCP. Aliás, não poderia deixar de o ter, até porque, e como já foi referido, ela resulta duma recomendação que foi aqui apresentada em Janeiro e aprovada por unanimidade, iniciativa do CDS/PP. De facto, a iniciativa que o PS nos traz aqui, digamos, cumpre aquilo que era a recomendação aprovada pelo Parlamento. Como tal, iremos dar o nosso apoio a esta iniciativa.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico também irá votar favoravelmente esta iniciativa.

Registamos que, de facto, é uma das poucas vezes em que o Partido Socialista serve de bombeiro ao Governo Regional. E, nesta matéria...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Então, não dizia que não havia diálogo?

O Orador: O Sr. Secretário não ouviu o que eu disse! O que eu lhe disse foi que...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Basta passarem dez minutos e o senhor diz o contrário!

O Orador: ...é das poucas vezes, nesta Legislatura, em que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista é um bombeiro eficaz. Porque esta questão estava incendiada na região...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não estava nada incendiado na região!

O Orador: ...e a forma como a questão está a ser resolvida penso que é por um caminho correcto. Evidentemente, quando assim é, e quando as coisas são feitas de forma correcta, justa e honesta, o PPM apoia este género de iniciativas.

Portanto, estamos aqui a dar o nosso voto favorável a esta iniciativa.

Presidente: Sra. Deputada Piedade Lalanda, tem a palavra.

(*) Deputada Piedade Lalanda (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

É um pouco para responder à dúvida existencial da Sra. Deputada Zuraida Soares.

É evidente que este regime vai alterar um pouco a ideia de apoiar qualquer tipo de formação superior, porque partimos deste pressuposto, que é uma avaliação prospectiva das necessidades da região. Agora, a senhora, de alguma forma, faz uma análise imbuída de um juízo de valor, que é o juízo de valor comum, do senso comum. Ou seja, que as artes e as ciências humanas, para não dizer a filosofia...

Deputada Zuraida Soares (*BE*): E a música.

A Oradora: ...e a música, são cursos que não dão emprego. Aquela visão tradicional de que só dá emprego a engenharia, a informática, sei lá, eventualmente a história na vertente de ensino, que já não dá muito, também. Mas penso que essa hierarquização das áreas prioritárias é evidente que vai ter em conta aquela que será a avaliação anual que vai ser feita, prospectiva, e poderá perfeitamente incluir também estas áreas, que a senhora considera que são, eventualmente, menos valorizadas do ponto de vista estratégico.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): E não são?

A Oradora: Para além disso, uma das coisas que eu referi na comissão e que penso ser uma recomendação que se poderá dar ao Governo Regional, é: uma vez que este regime vai ser regulamentado, digamos, como está aqui previsto no artigo 17.º, o Governo Regional pode perfeitamente, no montante e no número de bolsas a atribuir anualmente, reservar um número de bolsas sem área específica de formação, e entender que há duas ou três bolsas – estou aqui a levantar uma hipótese – que vão ser apoiadas para pessoas carenciadas, mas não há, à partida, a definição do curso para essas bolsas, há três bolsas que serão com essa finalidade. Penso que é algo que se pode perfeitamente recomendar desta bancada ao Governo Regional e, em sede de regulamentação deste diploma, poderá ser prevista esta hipótese.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não sei se esta recomendação feita pela Deputada Piedade Lalande não terá de ser transformada em projecto de resolução, porque ainda no Plenário passado houve também uma recomendação, feita com toda a boa fé, da parte do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, e a resposta que recebemos da bancada do Governo foi: “Ponha isso em projecto de resolução”. Certo, Sr. Secretário Regional da Presidência?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sim, senhora.

A Oradora: Portanto, outra dúvida: é necessário, ou não, que esta recomendação, uma vez que tem uma via mais directa para o Governo, tenha de ser colocada em projecto de resolução? Se assim for, o Bloco de Esquerda assume o compromisso de o fazer, com carácter de urgência. Essa era a primeira questão.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Nós depois vemos.

A Oradora: Depois, só lembrar que, em sede de comissão, a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social, quando questionada exactamente sobre a hierarquização dos critérios de atribuição de bolsas, foi muito clara, quando disse que, se tivesse de hierarquizar esses critérios, colocaria em

primeiro lugar as necessidades do mercado de trabalho. Portanto, esta afirmação, – legítima, é um critério perfeitamente aceitável, mas que – dá razão acrescida à dúvida formulada pelo Bloco de Esquerda.

Portanto, a pergunta que deixo, não sei se ao Governo, se ao Partido Socialista – agradecia que alguém, de alguma maneira, respondesse –, é se é ou não preciso um projecto de resolução para fazer a recomendação, em letra de forma, formulada, e bem, pela Sra. Deputada Piedade Lalanda.

Muito obrigada.

Presidente: Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade, tem a palavra.

(*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sem prejuízo de cometer aqui alguma dúvida que possa vir a surgir relativamente à regulamentação, penso que o artigo 17.º é suficientemente vasto para permitir uma observação, ou melhor, para permitir caber aquela observação que a Sra. Deputada Piedade Lalanda fez. Efectivamente, como o diploma tem de ser regulamentado, acho que nada obsta, sem prejuízo de não estar aqui a levantar nenhum problema jurídico, a que possa ser considerada essa situação muito específica.

Deputada Zuraída Soares (BE): O Governo vai fazê-lo?

A Oradora: E o Governo poderá vir a fazê-lo, sem problema nenhum, porque efectivamente o mercado de trabalho oscila e aquilo que hoje é necessário amanhã pode não ser.

Por exemplo, neste momento temos muita necessidade de técnicos ligados às questões ambientais, técnicos para trabalhar nas centrais de resíduos, engenheiros com essa especialidade. Ainda não os temos. Vamos ter de os formar, porque, efectivamente, estamos a fazer investimentos nessa área e precisamos de ter esses técnicos.

Portanto, como o mercado de trabalho é flexível, evolui e ainda bem que assim é, tal como fizemos um esforço, ultimamente, para as energias renováveis –

porque o mercado necessitava, não há nenhum desempregado, por exemplo, com essa especialidade e ainda precisamos de mais –, penso que se torna perfeitamente perceptível que, no futuro, nós possamos alterar e flexibilizar, e isso deve ficar previsto no decreto regulamentar.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Não tenho mais inscrições, Sras. e Srs. Deputados. Assim sendo, vamos passar para a votação, na generalidade, deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Na generalidade, o Projecto foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar ao debate e votação na especialidade.

Faço uma pergunta: até este momento, não recebi qualquer subscrição, por escrito, de um conjunto de propostas de alteração que vem da comissão.

Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista assume as propostas que constam do relatório, o documento está a ser ultimado e ser-lhe-á entregue dentro de minutos.

Presidente: Muito bem, muito obrigado.

Diga, Sr. Deputado Paulo Rosa?

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Sr. Presidente, solicito um intervalo regimental de trinta minutos.

Presidente: Muito bem, assim será. Regressamos às 16 horas e 45 minutos.

(Eram 16 horas e 16 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 16 horas e 54 minutos)

No debate e votação na especialidade da proposta de diploma, há um conjunto de alterações advindas da comissão especializada permanente competente, a

Comissão de Assuntos Sociais, que já foi subscrito pelo Grupo Parlamentar do PS. Eu ia começar a nossa votação, se não houver oposição.

Sra. Deputada Piedade Lalanda, para uma intervenção, tem a palavra.

(*) Deputada Piedade Lalanda (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Só para fazer uma apresentação, em bloco, das alterações propostas pelo Partido Socialista.

Como poderão verificar, essencialmente a grande alteração ao diploma inicial prende-se com o montante da bolsa. Como foi referido no início da apresentação, o montante base é escalonado em cinco escalões, passe a repetição, começando por um montante que vai até 25% do rendimento em vigor na região vezes a ponderação 1.2, até um máximo de 100%. Só para terem alguma noção dos valores a que estamos a fazer referência, 25% *per capita* do rendimento da região significa um *per capita* de cerca de 150 euros, que dará direito ao montante máximo da bolsa.

Queria também referir uma outra alteração, que tem a ver com a renovação da atribuição da bolsa. Portanto, a bolsa é anual e é renovável, na medida em que os critérios de atribuição se mantiverem.

Outro artigo que é introduzido neste diploma inicial prende-se com a aceitação, que era um dado que não estava no diploma inicial, a obrigação que os beneficiários têm de aceitar trabalho na Região Autónoma dos Açores, de se demonstrarem disponíveis para trabalhar na Região Autónoma dos Açores.

Há também aqui uma alteração que foi acordada em comissão e que o PS introduziu nas suas propostas, que tem a ver com o pagamento da bolsa não ser trimestral, mas sim mensal, para facilitar, até, ao estudante bolseiro a gestão da verba dessa bolsa.

Desde já, o PS pode confirmar que irá votar favoravelmente a proposta de alteração para o artigo 12.º, que tem a ver com situações de indemnização.

Presidente: Muito bem. Não havendo mais intervenções, coloco à consideração da câmara, atendendo àquilo que me parece ser um consenso, se posso colocar à votação todas as propostas de alteração advindas da comissão para o diploma.

Creio que sim, não há oposição. Vamos então votar as propostas de alteração advindas da comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: As alterações apresentadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Se houvesse também consenso, colocava à votação as propostas do diploma do artigo 1.º ao artigo 11.º. Há consenso. Assim sendo, vamos votar os artigos 1.º a 11.º do Projecto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Relativamente ao artigo 11.º, havia uma proposta de alteração do CDS/PP que foi retirada, por isso não a coloco à votação. Vamos passar para o artigo 12.º, para o qual há uma proposta de alteração do PSD.

Sr. Deputado Rui Ramos, tem a palavra.

(* **Deputado Rui Ramos (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, nós tínhamos uma proposta a que, por lapso, faltava referir uma questão. Portanto, a proposta de alteração que nós temos para o artigo 12.º deve ser lida do seguinte modo – a proposta de alteração é no n.º 1, alínea d) –: “Desistam, nos termos do artigo 11.º, salvo razão ponderosa devidamente fundamentada”.

É uma proposta de alteração que atende a várias situações, desde logo identificadas em sede de Comissão de Assuntos Sociais, quer por nós, quer pelo CDS/PP, “salvo razão ponderosa, devidamente fundamentada”. Na discussão que houve em comissão, esta também era uma preocupação, quer nossa, quer do CDS/PP. Portanto, é esta a alteração que nós fazemos, neste momento.

Muito obrigado.

Presidente: Neste caso, aceita-se esta proposta de rectificação. Chama-se a atenção da comissão de redacção final.

O Sr. Deputado Paulo Rosa pede a palavra, faça o favor.

(* **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Vou tentar ser breve.

Nós, obviamente, retirámos a nossa proposta de alteração, que tinha exactamente a ver com o artigo 11.º e com a questão das desistências e das indemnizações, porque a redacção que o PSD, por lapso, tinha apresentado tornava o cenário absoluto. Ou seja, num caso de desistência, fosse ele qual fosse, a região tinha de ser indemnizada pelos bolseiros e nós achámos que isso seria uma solução radical.

Deste ponto de vista, a proposta que o PSD tinha, de facto, para apresentar vai de encontro à proposta que nós tínhamos para o artigo 11.º, em que obviamente se o candidato desistisse da sua bolsa teria de justificar a razão e, se fosse por uma razão plausível – por exemplo, uma não adaptação a um meio diferente, ou ao curso em questão –, desse ponto de vista não haveria lugar a indemnização. Mas poderia conter algumas perversões, por exemplo, um aluno que estivesse à beira duma segunda retenção, em que tinha de indemnizar a região, desistia simplesmente e, obviamente, essa situação era perversa. Não é duvidar das pessoas, é, no fundo, blindar o interesse da região em servir melhor os açorianos, é tornar o diploma ainda mais justo.

Deste ponto de vista, nós abdicámos, digamos, da paternidade de apresentar aqui a proposta, pondo o interesse dos Açores e dos açorianos acima da questão partidária. Obviamente que o entendimento com o PSD foi bom, foi muito bom, nesse aspecto e releva aqui uma forma de fazer política, que é a nossa, que é construtiva na busca das melhores soluções a favor dos açorianos, mesmo que, para isso, tenhamos de anular, digamos, em parte, a questão partidária. Os Açores estão acima de tudo, inclusive das questões partidárias.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Isto, no fundo, é um pouco repetir uma discussão que já foi tida em sede de comissão sobre esta matéria. Mas eu permito-me continuar a ter dúvidas sobre esta razão ponderosa, por dois motivos que passo a levantar e a pedir esclarecimento:

Primeiro, eu não sei o que é uma razão ponderosa. É preciso especificar uma razão ponderosa e quem decide se a razão é ponderosa ou não. Qual é o leque que o candidato tem, para invocar o ponderoso da sua decisão?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Discricionarietà.

A Oradora: Depois, perguntar muito concretamente: se um aluno à beira de terminar a sua formação invocar uma razão ponderosa e, portanto, desistir da bolsa, qual é o critério que lhe é aplicado? É algum que o penaliza? Ou, pelo contrário, dado que ele apresentou uma razão ponderosa, já não é obrigado a ressarcir a região? Ou, dito de outra maneira: tal como defendemos em sede de comissão, o Bloco de Esquerda considera que as situações de indemnização elencadas pelo artigo 12.º cobrem aquilo que nos configura ser justo e razoável. Tudo o mais faz parte da imponderabilidade da vida, que às vezes nos confronta com razões ponderosas, mesmo quando elas chegam em momentos o mais, enfim, pouco aconselháveis possíveis.

Eu pergunto, por exemplo: uma mulher, ou uma jovem, confrontada com uma gravidez, tem de ir arranjar um trabalho e ganhar a vida, porque tem uma criança; se isso acontecer quando está mesmo a acabar a sua formação...

Deputado João Costa (PSD): É uma razão ponderosa!

A Oradora: ...qual das duas ponderabilidades é aplicada? É essa a pergunta.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Rui Ramos, tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estão presentes, no articulado do diploma, nomeadamente nas alíneas 2 e 3, razões que levam à indemnização da região. Todavia, o artigo 11.º parecia-nos que poderia ser mais clarificado. Portanto, foi nesse sentido que nós fizemos a proposta de alteração.

Sra. Deputada Zuraida Soares, uma razão ponderosa é, efectivamente, uma razão que nos parece ser demasiado forte e, portanto, justificativa, que justifica, digamos assim, a necessidade da pessoa, neste caso do formando, devolver à região o dinheiro. Vou dar-lhe dois exemplos. Um deles foi dado pela própria

Sra. Deputada, nomeadamente no caso de uma gravidez, que obriga a pessoa a sair do curso e a tomar conta do filho, ou mesmo a ingressar no mercado do trabalho. Mas dou-lhe outro, por exemplo, a morte de um familiar, que pode provocar desequilíbrios ao nível socioeconómico do núcleo familiar e, portanto, pode obrigar nesse momento o formando a ingressar no mercado de trabalho.

Deputada Zuraída Soares (BE): À beira de terminar!

O Orador: À beira de terminar, pode acontecer.

Portanto, nós queremos salvaguardar. Não queremos também que haja aqui um corte radical, isto é, que haja uma legislação absolutamente cega. Mas queremos deixar aqui a abertura para salvaguardar determinadas situações, ponderosas, obviamente, como é o caso da morte de um familiar, como é o caso duma gravidez. É só nesse sentido, salvaguardar e acautelar estas situações.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais intervenções, vamos votar a proposta de alteração, com a respectiva rectificação, apresentada para o artigo 12.º pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do BE.

Presidente: Se não houver oposição da câmara, eu poria à votação em conjunto os projectos de artigo 12.º a 19.º, inclusive, do Projecto.

Não havendo, as Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos passar agora, Sras. e Srs. Deputados, à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito bem, Sras. e Srs. Deputados, passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 11/2010 – “Bolsa regional aos estudantes do ensino superior”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.** Vale aqui a grelha de tempos que temos vindo a usar.

Dou, naturalmente, a palavra à proponente, para apresentar o diploma. Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O nosso Projecto de Decreto Legislativo Regional, que tem por epígrafe “Bolsa Regional aos Estudantes do Ensino Superior”, pretende exactamente, e como o próprio título especifica, estabelecer a atribuição e critérios de apoio a estudantes universitários dependentes de agregados familiares com pessoas em situação de desemprego e carência económica, e/ou a estudantes universitários com estatuto de trabalhador-estudante que se tenham confrontado ou estejam confrontados com uma situação de desemprego, por razões cuja responsabilidade não lhes é directamente imputada.

Parece-nos que esta nossa proposta é um instrumento, entre outros – como bem diz o parecer da Comissão de Assuntos Sociais, na sua apreciação na generalidade, é um instrumento, entre outros –, que permitirá fazer face aos custos associados – aos elevados custos associados, permito-me acrescentar – à frequência do ensino superior. Sobretudo, num contexto de crise económica e financeira, como aquele em que nós vivemos, com taxas de desemprego elevadas. Esta nossa proposta potenciará, certamente, o investimento na formação desejada e necessária dos nossos recursos humanos, permitindo aos estudantes que se vejam confrontados com estas duas situações não se sentirem obrigados pela inevitabilidade, palavra hoje tão em moda, de terem de desistir da sua formação superior.

Subscrevemos, concordamos e aceitamos as propostas de alteração apresentadas pelo Partido Socialista em sede de comissão. Consideramos que especificam e

concretizam, dentro do espírito do nosso projecto, aquela que era a nossa pretensão, a pretensão deste Grupo Parlamentar.

Portanto, não temos mais nada a acrescentar sobre esta matéria.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Piedade Lalanda, tem a palavra.

(*) Deputada Piedade Lalanda (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

O Partido Socialista votou favoravelmente este Projecto em sede de comissão, o que não invalidou que apresentasse, como foi referido pela Sra. Deputada Zuraída Soares, algumas propostas de alteração, até dado o facto de se ter aprovado, há pouco, o regime jurídico de atribuição das bolsas do ensino superior. Portanto, de alguma maneira, para não haver sobreposições entre estes dois diplomas, mas sim complementaridade.

Consideramos que merecem todo o apoio por parte do Governo Regional as pessoas, os jovens, que assumem a condição de trabalhador-estudante, particularmente aqueles que estão inseridos em famílias carenciadas, porque revelam o tal espírito empreendedor que se pede hoje em dia aos jovens, de lutarem pelos seus objectivos. E, numa situação de desemprego, é óbvio que esses trabalhadores-estudantes ficam eventualmente condicionados a não poderem prosseguir os seus estudos superiores. Nesse sentido, parece-nos de justiça que haja uma medida dirigida particularmente a esses estudantes do ensino superior.

Presidente: Sr. Deputado Rui Ramos, tem a palavra.

(*) Deputado Rui Ramos (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

O presente diploma, Decreto Legislativo Regional, pretende estabelecer a atribuição de critérios e apoios a estudantes do ensino superior, com estatuto de trabalhador-estudante, que estejam em situação de desemprego e sejam dependentes de agregados familiares em situação de carência económica.

Numa altura em que o desemprego, infelizmente, aumenta significativamente, numa altura em que as dificuldades das famílias são cada vez mais prementes,

faz todo o sentido apresentar aqui um Projecto de Decreto Legislativo Regional que acautele, precisamente, a possibilidade de alunos nessas circunstâncias não terem necessariamente de desistir dos seus estudos. Tanto mais que esse investimento é um investimento pessoal, mas é também um investimento que deve ser acautelado pela Região Autónoma dos Açores.

Portanto, do ponto de vista do Partido Social Democrata, daremos o apoio a esta iniciativa.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Este Projecto de Decreto Legislativo Regional que agora analisamos incide nos trabalhadores-estudantes em situação de desemprego e nas famílias com carência económica, o que é uma protecção social muito justa e que, ao contrário do que se pensa, não é um exclusivo da esquerda parlamentar, mas é uma preocupação transversal a todas as forças políticas com representação parlamentar.

Esta iniciativa – e é justo que se diga isto, Sra. Deputada, porque temos provas dadas nesse campo e provamos isso a qualquer um –, em comissão, este Projecto de Decreto Legislativo Regional foi conformado com o que acabámos de aprovar. Não conflitua com ele, contempla especificamente aqueles jovens que caem numa situação de desemprego, com o estatuto de trabalhador-estudante. Obviamente, nós não temos nada a opor a este diploma. Antes pelo contrário, temos é de felicitar o Bloco de Esquerda por o ter trazido a esta casa e merecerá, obviamente, a nossa aprovação.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PCP vai dar apoio a esta iniciativa que estamos a apreciar, uma vez que ela visa apoiar alunos que estão em situação de grande fragilidade, de grande carência.

No entanto, não posso deixar de referir aqui o seguinte. As alterações que foram efectuadas à Lei do Financiamento do Ensino Superior, e cuja responsabilidade é do PS e do PSD, levaram a que os encargos com a formação superior se transferissem quase completamente para as famílias. Para os alunos e para as famílias. E isso afasta do acesso, ou veda, digamos, o acesso, à formação superior a muitos jovens açorianos, muitos jovens portugueses. E é bom, também, que esta responsabilidade seja imputada a quem a criou, o PS e o PSD. Quanto ao diploma que estamos a apreciar, como já disse, vamos dar o nosso apoio, votando favoravelmente.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da parte da Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico, também veiculamos o nosso apoio a esta iniciativa do Bloco de Esquerda.

Até porque, de facto, devido ao contexto económico em que vivemos, é necessário acautelar este tipo de situações, na medida em que é bastante previsível que a situação económica se venha a deteriorar mais. E é necessário que, de facto, estas famílias que vão passar, e que já estão a passar, por necessidades económicas e também os trabalhadores-estudantes tenham a possibilidade de continuar a prosseguir os seus estudos. Não só no sentido da valorização desses estudantes, mas também da valorização do país e da região.

Por tudo isto, o Partido Popular Monárquico apoia, obviamente, a iniciativa, e votá-la-á favoravelmente.

Presidente: Neste momento, não tenho mais inscrições. Creio não haver.

Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação, na generalidade, deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Na generalidade, o Projecto foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar, então, ao debate e votação na especialidade.

Há um conjunto de propostas, vindas da Comissão de Assuntos Sociais, que são subscritas por um conjunto de deputados regionais, de mais do que um partido. Designadamente, pelo que aqui vejo, do PS e do Bloco de Esquerda. Creio não estar a faltar à verdade. Pergunto à câmara se posso colocar este conjunto de propostas advindas da comissão à votação em bloco. Creio não haver oposição. Não havendo, vamos então votar as propostas de alteração da comissão em bloco.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: As propostas de alteração anunciadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Também faria o mesmo relativamente aos artigos do Projecto. Colocaria à votação os artigos 1.º a 9.º em bloco, se não houver oposição. Não há, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos passar, então, à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Petição n.º 10/2010 – “Constituição dos horários da educação pré-escolar, da educação e ensino especial e do 1.º ciclo do ensino básico, em funcionamento nas unidades orgânicas da RAA”, apresentada por António José Calado Lucas, na qualidade de primeiro subscritor.**

Começo, naturalmente, por dar a palavra à Sra. Relatora da Comissão de Assuntos Sociais, para apresentar o respectivo relatório.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

CAPÍTULO I

No passado dia 19 de Outubro de 2010, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição intitulada “Constituição dos horários da Educação Pré-Escolar, da Educação e Ensino Especial e do 1.º Ciclo do Ensino Básico, em funcionamento nas Unidades Orgânicas da Região Autónoma dos Açores”, que reúne um total de 674 assinaturas em suporte de papel e 319 assinaturas na versão online. A referida petição é apresentada pelo Sindicato dos Professores da Região Açores, representado pelo Professor António José Calado Lucas, Presidente da Direcção do Referido Sindicato, que se assume como primeiro subscritor.

Os peticionários alegam incumprimento do estipulado no Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2009/A, de 21 de Julho, na organização dos horários dos docentes da Educação Pré-Escolar, da Educação e Ensino Especial e do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Dirigem a petição à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a solicitar que esta recomende ao Governo Regional que “proceda à correcção imediata da irregularidade que está na base da constituição dos horários” dos referidos docentes em exercício de funções nas Unidades Orgânicas da Região Autónoma dos Açores.

A referida petição foi submetida à Comissão de Assuntos Sociais, por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, datado de 20 de Outubro de 2010, para apreciação, elaboração de relatório e emissão de parecer até 20 de Dezembro de 2010.

Foi solicitada prorrogação do prazo determinado para emissão de parecer, ao abrigo do disposto no artigo 125.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

A prorrogação foi concedida e estabelecido um novo prazo para emissão de parecer até 30 de Janeiro de 2011.

Foi solicitada nova prorrogação de prazo, a fim de dar cumprimento a uma deliberação tomada pela Comissão, na sua reunião de 11 de Fevereiro de 2011, no sentido de solicitar o parecer escrito da Inspeção Regional da Educação.

A prorrogação foi concedida, alargando o prazo para emissão de parecer até 17 de Março de 2011.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

A petição em apreciação enquadra-se no exercício do direito de cidadania constitucionalmente consagrado. Com efeito, a Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto, no seu artigo 52.º com epígrafe “Direito de petição e direito de acção popular” estabelece, que: “todos os cidadãos têm o direito de apresentar, individual ou colectivamente, aos órgãos de soberania, aos órgãos de governo próprio das regiões autónomas ou a quaisquer autoridades petições, representações, reclamações ou queixas para defesa dos seus direitos, da Constituição, das leis ou do interesse geral e, bem assim, o direito de serem informados, em prazo razoável, sobre o resultado da respectiva apreciação.”

As condições para o exercício deste direito de petição encontram-se fixadas na Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Leis n.º 6/93, de 1 de Março, Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho, e Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto.

A este propósito importa referir o artigo 14.º da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto, que dispõe: “sem prejuízo do disposto em especial para a Assembleia da República, os órgãos de soberania, de governo próprio das regiões autónomas e das autarquias locais [...] organizarão esquemas adequados de recepção, tratamento e decisão das petições recebidas.”

Por sua vez a Lei 2/2009, de 12 de Janeiro, que aprova o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores dispõe, no seu artigo 73.º, n.º 4, que “as petições dirigidas à Assembleia Legislativa são apreciadas pelas comissões ou por comissão especialmente constituída para o efeito, que pode

ouvir as demais comissões competentes em razão da matéria, bem como solicitar o depoimento de quaisquer cidadãos”.

Os termos pelos quais o direito de petição é exercido perante a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores bem como as condições de admissão e o processo de apreciação encontram-se definidos nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de Novembro.

CAPÍTULO III

Apreciação

1. Análise preliminar

Verificada a conformidade da petição com os requisitos definidos para o exercício do direito de petição no âmbito do artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Comissão de Assuntos Sociais deliberou, por unanimidade, admiti-la tendo identificado o primeiro subscritor assim como o respectivo domicílio.

No exercício da competência de apreciação da petição pela Comissão prevista no Artigo 191.º do referido Regimento, a Comissão de Assuntos Sociais deliberou, igualmente por unanimidade, proceder à audição do primeiro subscritor, bem como do membro do Governo Regional com competência em matéria de educação.

Reunida a 10 de Dezembro de 2010, a Comissão procedeu às audições no peticionário e da Secretária Regional da Educação e Formação.

Na sua reunião de 11 de Fevereiro de 2011 a Comissão deliberou, por unanimidade solicitar o parecer escrito da Inspeção Regional da Educação, designadamente no que se reporta aos horários de docentes da educação pré-escolar, do 1.º ciclo do ensino básico e do ensino especial.

Reunida novamente a 31 de Março de 2011, a Comissão procedeu à emissão de parecer e à aprovação do relatório.

2. Audição do primeiro subscritor:

O primeiro subscritor, Professor António José Calado Lucas procedeu a um breve enquadramento histórico sobre as orientações referentes à elaboração de horários de docentes do Pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico na Região.

Lembrou, concretamente, o projecto designado por “inter-ciclos” implementado no 1.º ciclo do ensino básico, primeiro na ilha das Flores e depois generalizado a todas as escolas da Região por via da aprovação do Estatuto da Carreira Docente nos Açores.

Considerou tratar-se de um projecto que acabava com o modelo da monodocência e criava equipas multidisciplinares, com horários segmentados compostos por 30 segmentos de 45 minutos cada.

De acordo com o peticionário, os horários dos docentes do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico não estão a ser elaborados em cumprimento do disposto na lei. Acrescentou que, na prática, os docentes do 1.º ciclo e do ensino pré-escolar não estão a cumprir 25 mas sim 30 segmentos semanais.

Reafirmou que na prática das escolas, os horários destes docentes estão segmentados, como se pode verificar pela consulta dos livros de ponto e dos respectivos sumários.

Referiu que, quando confrontada com esta situação, a Secretária Regional da Educação e Formação refere que os horários destes docentes perfazem 22,5 horas lectivas e cumprem o disposto na legislação em vigor.

No entendimento do peticionário, os horários em causa deviam contemplar 25 segmentos lectivos, sendo que a prática das escolas tem sido de elaborar horários com 30 segmentos.

No que se reporta aos docentes de educação especial afirmou que os horários foram diferenciados, por grupo de recrutamento até à aprovação do Estatuto da Carreira Docente nos Açores. O referido diploma estipulou a uniformização dos horários destes docentes. No entanto existem situações díspares.

Em conclusão afirmou que a petição surge da constatação de situações de incumprimento da lei na elaboração dos horários dos docentes da educação pré-escolar, do ensino especial e do 1.º ciclo do ensino básico e visa alertar a Assembleia Legislativa da Região Autónoma para o facto.

Seguiu-se um período destinado a esclarecimentos no qual intervieram os Deputados Graça Teixeira, Piedade Lalanda e Francisco Álvares.

A Deputada Graça Teixeira lembrou que a educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico se regem por um regime de monodocência, sendo que esta pode ser coadjuvada por docentes de inglês e de educação física. Acrescentou que não existem, nestes níveis de educação e de ensino, horários segmentados e que o registo de sumários a que o peticionário fez referência devem ser entendidos enquanto explicitação dos conteúdos a ministrar e dos objectivos a alcançar.

Referiu que, por princípio, a educação pré-escolar e o primeiro ciclo do ensino básico se encontram organizados em termos de conteúdos programáticos sendo que os horários destes níveis de educação e de ensino apenas pretendem discriminar que áreas programáticas serão leccionadas em que dias e tempos. Considerou que confundir a discriminação de conteúdos programáticos com a adopção de um regime de horários segmentados constitui uma leitura enviesada da realidade.

Concluiu que as situações anómalas detectadas no passado ano lectivo, foram remetidas para a inspecção da educação e mandadas alterar, em conformidade com a Lei. Acrescentou que todos os horários que consultou se encontram em conformidade com a Lei e lembrou que o Estatuto da Carreira Docente nos Açores tem de ser lido em conjugação com a Lei de Bases do Sistema Educativo.

A Deputada Piedade Lalanda teceu algumas considerações sobre as vantagens do regime de monodocência na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico. Em seu entender a permanência de um mesmo docente com o grupo turma representa benefícios para as crianças nestes escalões etários.

Considerou que o professor do primeiro ciclo não pode ser entendido enquanto mero prestador de serviços e que as reivindicações dos docentes não podem por em causa os interesses dos alunos.

Assim, questionou se a transformação da abordagem de diferentes conteúdos programáticos, de forma integrada, por um mesmo docente, que caracteriza a

monodocência em horários segmentados não colocará em causa o melhor interesse das crianças.

Em resposta aos argumentos aduzidos, o Peticionário afirmou que a experiência designada por inter-ciclos, que introduziu a pluridocência no 1.º ciclo, foi iniciativa do Governo Regional e lembrou que, nessa altura o Sindicato manifestou as mesmas reservas que agora lhe são apresentadas.

Questionou como se compatibiliza um horário de 25 segmentos dos docentes com um horário de 25 horas dos alunos? Considerou que a solução foi atribuir aos docentes horários de 30 segmentos, em incumprimento da lei.

O Deputado Francisco Álvares solicitou confirmação das afirmações do peticionário quanto à existência de escolas que cumprem a lei e outras que se encontram em incumprimento e quis saber quais as diferenças entre umas e outras.

O Peticionário clarificou que, em seu entender, todas as escolas estão a violar a lei no que se reporta aos horários dos docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico. As diferenças existentes reportam-se aos horários dos docentes de educação especial uma vez que se verifica uma grande heterogeneidade de horários de escola para escola.

A Deputada Graça Teixeira reafirmou que o regime legal em vigor, designadamente o Estatuto da Carreira Docente dos Açores em conjugação com a Lei de Bases do Sistema Educativo, preconizam horários de 25 horas para a educação pré-escolar e para o primeiro ciclo do ensino básico.

A finalizar quis saber se, no presente ano lectivo, subsistem situações de horários de docentes dos referidos ciclos que contemplem mais de 25 horas semanais.

O Peticionário respondeu não ter conhecimento de horários com mais de 25 horas.

3. Audição do membro do Governo Regional com competência em matéria de educação:

A Secretária Regional da Educação procedeu à apreciação da Petição afirmando que a mesma data de Outubro de 2010 e que qualquer situação de irregularidade que possa ter ocorrido, já se encontra ultrapassada.

Informou também que o facto de os horários dos docentes do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico apresentarem com decomposição de conteúdos para cada segmento não implica qualquer alteração ao nível da matriz curricular. Tal facto deveu-se, exclusivamente, à adopção de uma formatação única pelo programa informático utilizado na elaboração dos horários dos docentes dos diferentes ciclos.

Acrescentou que o horário semanal dos docentes do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico contemplam 2,5 horas de intervalos.

Finda a intervenção seguiu-se um período para esclarecimentos.

Não houve qualquer inscrição.

4. Parecer da Inspeção Regional da Educação

O referido parecer foi submetido à Comissão a 11 de Março de 2011, encontra-se anexado ao presente relatório, do qual faz parte integrante.

CAPÍTULO IV

Parecer

Concluída a apreciação da petição e o processo de audições, tendo em conta as pretensões dos peticionários e considerando o conteúdo da audição efectuada ao membro do Governo Regional competente em matéria de Educação, assim como o parecer da Inspeção Regional da Educação pode concluir-se o seguinte:

1. A petição objecto de análise pelo presente relatório cumpre com os requisitos definidos para o exercício do direito de petição no âmbito do artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em conjugação com o disposto no artigo 6.º da Lei 43/90, de 10 de Agosto.

2. As pretensões dos peticionários encontram-se salvaguardadas pelo regime legislativo em vigor designadamente pela Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, que aprova a Lei de Bases do Sistema Educativo, alterada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro, pela Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto e pela Lei n.º 85/2009, de 27 de Agosto, em conjugação com o Estatuto do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário dos Açores aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2007/A, de 30 de Agosto, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2009/A, de 20 de Abril e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 112/2009, de 21 de Julho.

3. Tendo por base a informação colhida pela Comissão, não é possível confirmar a existência de situações de horários de docentes da educação pré-escolar, da educação e ensino especial ou do 1.º ciclo do Ensino Básico com mais de 25 horas semanais, nas Unidades Orgânicas do sistema educativo da Região Autónoma dos Açores, no ano lectivo 2010/2011.

4. A Petição reúne um total de 674 assinaturas em suporte de papel e 319 em suporte digital, e encontra-se em condições de ser apreciada em reunião plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos regimentais aplicáveis.

As referidas conclusões foram aprovadas por unanimidade.

Tendo em conta que decorre um processo negocial entre a Secretaria Regional da Educação e Formação e os Sindicatos representativos do pessoal docente do qual resultará a alteração do Estatuto do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário dos Açores aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2007/A, de 30 de Agosto, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2009/A, de 20 de Abril e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 112/2009, de 21 de Julho;

Atendendo a que parecem existir interpretações diferentes do disposto no referido Estatuto, designadamente no que concerne aos horários dos docentes da educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico,

A Comissão entendeu oportuno emitir a seguinte recomendação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda que o Governo Regional, no âmbito do processo de revisão do Estatuto do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário dos Açores, actualmente em curso, proceda à clarificação dos conceitos com impacto na construção dos horários dos docentes, designadamente de “hora” e “segmento”, por forma a evitar interpretações diferenciadas por parte dos órgãos executivos das unidades orgânicas.

A recomendação foi aprovada por unanimidade.

Do presente relatório, e da recomendação, deve ser dado conhecimento aos subscritores e à Secretaria Regional da Educação.

Vila do Porto, 31 de Março de 2011.

A Relatora, *Nélia Amaral*.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente, *Catarina Furtado*.

Presidente: Obrigado, Sra. Relatora.

Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados, de acordo com o nosso artigo 192.º do Regimento, de vós bem conhecido, já lhe demos uso hoje, façam o favor.

Sr. Deputado Paulo Rosa, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Saúdo os peticionários por mais este exercício de cidadania, embora seja obviamente motivada por razões corporativas, claramente. De qualquer maneira, é sempre saudável que a sociedade civil intervenha e marque, digamos, a agenda política.

O que está no epicentro desta questão é, de facto, a ambiguidade conceptual entre hora e segmento. Obviamente, é essa ambiguidade que despoleta este processo, que despoleta esta petição e que leva a que haja interpretações diversas em unidades orgânicas diversas na nossa região. E que, obviamente, de acordo aliás com as conclusões que foram consensualmente aceites em comissão, deve ser consensualizada e deve ser clarificada. Não deve haver

colegas do mesmo nível de ensino com cargas lectivas diferentes em unidades diferentes da nossa região. Este princípio parece-nos que tem, obviamente, de ser acautelado. Aproveitando a negociação da tutela com as estruturas sindicais, neste momento, parece-nos ser o momento oportuno para que se acabe com isso de uma vez por todas.

Depois, a questão do projecto inter-ciclos. Acabar com o projecto inter-ciclos, do nosso ponto de vista, foi claramente um erro. Porque quem lidou de perto com o programa inter-ciclos sabe que foi uma experiência de sucesso, em termos pedagógicos. Acabou-se com ele sem haver uma avaliação séria à luz de outros quaisquer interesses. E, a partir do momento em que se acaba com o inter-ciclos, em que havia segmentação, e se regressa à monodocência quase pura, obviamente que a questão se coloca de outra maneira, que o caos se instala e esta petição surge.

Portanto, o que releva daqui, em termos muito concretos e práticos? Que é inatacável que os docentes do pré-escolar e do primeiro ciclo, nomeadamente, têm de facto uma carga lectiva superior aos colegas dos restantes níveis do ensino básico e do ensino secundário. Obviamente que, tendo uma carga lectiva superior e estando abrangidos pelo mesmo chapéu legislativo, que é o Estatuto da Carreira Docente, terá de haver a humildade de reconhecer que estes colegas, que trabalham mais com alunos, terão de ser alvo de outro tipo de benefício, se não se conseguir reduzir essa carga lectiva. E esse benefício, essa compensação, poderá ser, nomeadamente, a redução dos anos de carreira, ou outro qualquer modelo em que se compense os docentes que, de facto, trabalham mais horas com os seus alunos e se sujeitam a um maior desgaste para formar os açorianos e as açorianas de amanhã. Uma tarefa nobre que, muitas vezes, é denegrida por muitos agentes que tinham responsabilidades, obviamente, de elevar essa nobre função, que é a função de ser docente.

Muito obrigado.

Presidente: Aguardamos inscrições.

Sr. Deputado Rui Ramos, tem a palavra.

(* **Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Saudando o exercício de cidadania dos peticionários, importa dizer que a petição aqui trazida tem, efectivamente, uma razão de ser e uma história. Na sua verdadeira origem está, precisamente, um Estatuto da Carreira Docente pouco claro, pouco objectivo, que possibilita uma diversidade de interpretações, promovendo desigualdades, inclusivamente reconhecidas pela tutela, ao dizer que “qualquer situação que possa ter ocorrido já se encontra ultrapassada”, e estou a citar. Ultrapassada ou não, a verdade é que ela aconteceu e não devia ter acontecido.

Com efeito, Sras. e Srs. Deputados, de acordo com o parecer veiculado pela Inspeção Regional da Educação, constata-se que, para a contabilização da carga horária da componente lectiva na educação pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico, dever-se-á ter em consideração se aquela é efectuada em regime de monodocência ou se a mesma é segmentada, tendo neste caso cada segmento a duração mínima de 45 minutos. Neste caso em particular, a controvérsia põe-se, precisamente, na consideração de os docentes estarem ou não na situação de monodocência.

Todavia, a actual Directora Regional afirmou, em declarações patentes no relatório proveniente da Comissão de Assuntos Sociais, que a educação pré-escolar e no primeiro ciclo se rege por um regime de monodocência, sendo que esta pode ser coadjuvada por docentes de inglês e de educação física. Mais disse que não existem, nesses níveis de educação e de ensino, horários segmentados, em contradição mais ou menos evidente com as preocupações evidenciadas no parecer da Inspeção Regional da Educação. De acordo ainda com o parecer, a Inspeção Regional da Educação tem verificado, e passo a citar, “alguma diversidade de critérios nas unidades orgânicas da região, relativamente à constituição da componente lectiva dos docentes”. Face a isso, factos são factos, Srs. Deputados, e não vale a pena fingir que tal não existiu.

Para além disso, diz ainda o parecer que “tal evidência parece-nos resultar – estou a citar – também de alguma ambiguidade de conceitos, nomeadamente segmentos e horas lectivas, a nível do próprio Estatuto da Carreira Docente.

Nomeadamente, no que diz respeito ao caso da hora lectiva”. A este propósito, para nós, as preocupações e dúvidas que aqui e por diversas vezes a bancada do PSD levantou sobre esta questão dos horários dos professores tinham, como é bom ver, razão. Teve, mais uma vez, o PSD razão no tempo certo. Não fomos ouvidos e o resultado é o que se vê, neste domínio em particular. Confirmado, aliás, pelo próprio parecer da Inspeção Regional da Educação.

Nesse sentido, Sras. e Srs. Deputados, a presente petição interpela especialmente a maioria que existe nesta Assembleia – que não foi, na altura, sensível aos problemas que levantámos –, para que reconheça a necessidade de ser implementado um conjunto de medidas preventivas e correctivas, cujo objectivo vise melhorar e aperfeiçoar as condições de desempenho docente, devendo, a nível legislativo, clarificar e expurgar do Estatuto da Carreira Docente conceitos que criem ambiguidades, definindo com maior rigor o conceito de hora lectiva e respectiva duração. Do mesmo modo, deve também o Governo, a nível administrativo, determinar superiormente a uniformização dos procedimentos, que deverão ser seguidos pela totalidade das unidades orgânicas, a fim de se acabar definitivamente com as desigualdades, que têm efeitos desmotivadores e injustos, com evidentes prejuízos para os nossos alunos.

Se houver esta disponibilidade, e se se agir em conformidade, estamos certos de que se estará a contribuir activamente para a melhoria da qualidade do ensino, gerando mais motivação e mais energia em prol dos alunos e da nossa região. Em suma, em prol do futuro da nossa terra e do futuro do povo açoriano.

Muito obrigado.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

A justeza e a oportunidade da petição que temos ora em mãos, e que foi subscrita por mais de mil cidadãos e cidadãs, está bem patente no parecer da Inspeção Regional da Educação, pelo seguinte.

Quando os peticionários solicitam a esta Assembleia que recomende ao Governo Regional que proceda à correcção imediata da irregularidade que está na base da constituição dos horários da educação pré-escolar, da educação e ensino especial, e do primeiro ciclo do ensino básico – em funcionamento, evidentemente, nas unidades orgânicas da Região Autónoma dos Açores –, a primeira resposta que, de alguma maneira, surge ao longo do parecer da comissão é que qualquer situação que tenha ocorrido, qualquer irregularidade, qualquer ilegalidade até, que tenha ocorrido deste ponto de vista – portanto, na elaboração dos horários – está ultrapassada e, logo, está-se a cumprir o Estatuto da Carreira Docente.

Ora, esta certeza parece-me, de alguma maneira, posta em causa, quando o relatório da Inspeção Regional da Educação, datado de Fevereiro de 2011 – portanto, há pouco mais de um mês – é o próprio a reconhecer que, no âmbito das acções inspectivas que esta Direcção tem realizado, tem encontrado alguma diversidade de critérios nas unidades orgânicas da região, relativamente à constituição da componente lectiva dos docentes. Ou seja, não é só justo, como é oportuno, como é verdadeiro, aquilo que os peticionários afirmam no corpo da sua petição. Esta mesma Inspeção Regional conclui que esta situação lhe parece resultar de alguma ambiguidade, ou da ambiguidade existente – não sei se há *alguma* ambiguidade, a ambiguidade ou existe, ou não existe, ou é toda ou não é alguma; portanto, da ambiguidade existente – entre os conceitos a nível do próprio Estatuto, entre os conceitos de horário e de segmento, ao nível do próprio Estatuto da Carreira Docente.

Parece-nos, portanto, que a recomendação feita como conclusão em sede da Comissão de Assuntos Sociais faz todo o sentido. É uma resposta, mas é também o reconhecimento da razão que assistia aos peticionários. E, quanto ao Bloco de Esquerda, não pode ter outra resposta senão um acolhimento claro e sem discussão da parte da tutela, no caso, da Secretaria Regional da Educação e Formação, aproveitando o momento que está instalado de reavaliação, renegociação e, portanto, de discussão do próprio Estatuto da Carreira Docente com as instituições e as entidades representativas dos professores.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, queria solicitar um intervalo regimental de quinze minutos.

Presidente: Retomamos às 17 horas e 50 minutos.

(Eram 17 horas e 38 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos, agradece que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 18 horas e 01 minuto)

Vamos continuar com o debate da petição que estávamos fazendo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, queria saudar e congratular-me com mais esta iniciativa de cidadãos que, dizendo respeito a uma classe profissional, não deixa de ter um mérito que devemos relevar. Por outro lado, aproveito a ocasião para, digamos, desafiar os cidadãos a utilizarem este tipo de iniciativas populares, uma vez que elas são, para além de um direito, o exercício da sua cidadania plena.

Relativamente ao objecto da petição, julgo que esta petição serviu para – ao que julgo saber, e que, aliás, vem como recomendação da comissão a disponibilidade da Secretaria Regional da Educação e Formação – clarificar de uma vez por todas aquilo que tem sido, ou que foi, um objecto de grande diferendo entre os professores e os seus representantes e, até há pouco tempo, a tutela da educação e formação na Região Autónoma dos Açores. Com a clarificação do conceito de segmento e de tempo lectivo, julgo que estas questões serão ultrapassadas. E, só por isso, já valeu a pena esta iniciativa dos cidadãos.

Muito obrigado.

Presidente: Aguardo inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Sra. Deputada Vera Bettencourt, tem a palavra.

(* **Deputada Vera Bettencourt (PS):** Obrigada, Sr. Presidente da Assembleia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar gostaria, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, de enaltecer a iniciativa de participação cívica dos peticionários.

A petição que está agora a ser apreciada nesta Assembleia tem como objecto que a Assembleia recomende ao Governo Regional que proceda à correcção imediata da irregularidade que está na base da constituição dos horários da educação pré-escolar, da educação e ensino especial e do primeiro ciclo do ensino básico, em funcionamento nas unidades orgânicas da Região Autónoma dos Açores. Este foi o meio escolhido pelos peticionários para manifestarem as suas preocupações, se bem que, quando estas chegaram ao conhecimento desta Assembleia, já tinham sido regularizadas pelas vias normais...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ora aí está!

A Oradora: ...através da Direcção Regional da Educação e da Inspecção Regional da Educação, assim que estas tiveram conhecimento das situações.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Realmente, é uma coisa impressionante! Ora bem!

A Oradora: Prova disso, tal como foi exposto pela leitura do relatório da comissão, aquando da audição do primeiro peticionário, este referiu não ter conhecimento de subsistirem situações de horários de docentes dos referidos ciclos que contemplassem mais de 25 horas semanais, bem como da audição da então Sra. Secretária Regional da Educação e Formação, que informou que qualquer situação de irregularidade que possa ter ocorrido até àquele momento se encontrava ultrapassada.

Aqui, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer salientar que as situações de incumprimento que decorreram, neste âmbito, pelas unidades orgânicas da nossa região podem ter surgido no sentido do detalhe que pretendiam imprimir no cumprimento do disposto na lei, e não com o sentido de prejudicar os

docentes. Neste sentido, também o parecer emitido pela Inspeção Regional da Educação vem reforçar a eficácia dos meios normais existentes, reiterando que, tendo presente o teor da petição, é provavelmente incorrecta a alegada existência de trinta ou trinta e uma horas de leccionação por parte dos docentes dos ciclos já mencionados. Também se deve deixar claro que o parecer da Inspeção Regional da Educação decorre do acompanhamento efectivo e da atenção permanente que esta faz ao Sistema Educativo Regional, que é o pretendido.

A Inspeção Regional da Educação, no entanto, alertou para os benefícios da clarificação de alguns conceitos no Estatuto da Carreira Docente. Atendendo ao alerta da Inspeção Regional da Educação, e por estar aberto um processo de negociação entre o Governo Regional e os parceiros sociais para alterações ao documento em causa, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propôs, em sede de comissão, o que foi aceite unanimemente, que esta Assembleia recomende ao Governo Regional que proceda à clarificação dos conceitos com impacto na construção dos horários dos docentes, designadamente de hora e segmento, de modo a evitar interpretações diferenciadas por parte dos órgãos executivos das unidades orgânicas.

Tenho dito.

Deputado João Costa (PSD): Não era essa a intenção?

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta petição era e é muito pertinente. É tão pertinente, que a comissão considerou que era bastante relevante clarificar as coisas:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda que o Governo Regional, no âmbito do processo de revisão do Estatuto do Pessoal Docente da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário dos Açores, actualmente em curso, proceda à clarificação dos conceitos com impacto na construção dos horários dos docentes, designadamente de «hora» e

«segmento», por forma a evitar interpretações diferenciadas por parte dos órgãos executivos das unidades orgânicas”.

Isto é o reconhecimento de que o problema existia, queurgia e que era, de facto, importante clarificar estes conceitos, de forma a evitar este tipo de situações, ou seja, as tais interpretações diferentes que estavam a ser realizadas nas diferentes escolas da região. Bem, a Sra. Deputada Vera Bettencourt chegou lá...

Deputado Rui Ramos (PSD): Mas foi devagarinho!

O Orador: Foi.

...e, antes disso, “nós recomendamos; mas recomendamos o que já está feito; recomendamos o que o Governo, entretanto, já fez”. Mas não foi bem assim, até porque, evidentemente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista recomenda aquilo que faz sentido e só recomenda aquilo que não está feito, acho eu. Por isso é que subscreveram, também, esta recomendação – e o Partido Socialista recomendou e assinou –, recomendando aquilo que não está a ser realizado. Outra coisa não é lógica, não é?

Deputada Catarina Furtado (PS): Nem sempre subscreve o que o Partido Socialista quer, o que quer dizer que nem sempre temos razão.

O Orador: Portanto, considero que a petição era válida. A descrição que foi feita desta situação era, de facto, duma injustiça gritante. E a recomendação da comissão é muito válida também.

Nesse sentido, é esta a resposta que temos de dar aos peticionários, uma resposta positiva. Portanto, eu subscrevo, na íntegra, a conclusão da comissão, como é evidente. O Partido Socialista também subscreveu, não pode é agora aqui envergonhar-se de a ter subscrito.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Furtado (PS): Não subscreveu, propôs!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Projecto de Resolução n.º 1/2011 – “Recomenda ao Governo que desenvolva as diligências necessárias com vista à criação de um núcleo museológico aeronáutico na Ilha de Santa Maria”,**

apresentado pela Representação Parlamentar do PCP. Vale aqui, igualmente, a grelha de tempos que temos vindo a usar.

Dou, naturalmente, a palavra, para apresentar o Projecto, ao proponente. Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não vai à tribuna?

O Orador: Hoje não, vou amanhã.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Relativamente a este Projecto de Resolução, vou-me dispensar de tecer grandes considerações sobre a importância da aeronáutica em Santa Maria, mas centrar-me no seguinte.

Este Projecto de Resolução do PCP surge como, digamos, a interpretação de uma necessidade sentida pelo perigo que pende sobre património, quer património móvel, quer património imóvel, que deixou de ser utilizado, quer pela navegação aérea, quer pela ANA, e que, se não for atempadamente acautelado, corre perigo de sair da região, se é que algum não saiu já. Não pretende, de maneira nenhuma, alterar qualquer filosofia relativamente à rede dos museus ou à museologia nos Açores, mas tão-somente despertar as autoridades regionais...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E gastar dinheiro, e gastar dinheiro, e gastar dinheiro!

O Orador: ...nomeadamente o Governo Regional, sobre esta questão.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E câmaras municipais.

O Orador: De tal maneira, que o primeiro ponto da parte resolutiva dá indicação para que se proceda a um levantamento sistemático e exaustivo do património relevante sobre aeronáutica civil em Santa Maria. E, depois desse inventário feito, que se proceda à criação de um núcleo museológico aeronáutico, ligado a um roteiro que faça a ponte entre aquilo que é o espólio que, enfim, pode integrar esse pólo museológico, e um roteiro que ligue o passado ao presente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Duarte Moreira, tem a palavra.

(* **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Projecto de Resolução que a Representação Parlamentar do PCP aqui nos traz, na sequência de uma visita que o Sr. Deputado Aníbal Pires fez a Santa Maria – e permita-me aqui dizer que é sempre muito bem vindo à Ilha de Santa Maria, tal como todos os outros deputados desta casa –, é um Projecto de Resolução que recomenda ao Governo a criação dum núcleo museológico ligado à aeronáutica, à história do aeroporto de Santa Maria e à história da aviação da Ilha de Santa Maria. Como todos sabemos, Santa Maria tem uma história de mais de meio século na aeronáutica. Foi uma importante entrada, a principal, na altura a única entrada e saída dos Açores por via aérea. Nós concordamos plenamente que essa história e esse património têm de ser preservados para as gerações vindouras.

No entanto, isto tem um pequeno senão. Nós poderíamos, à partida, até concordar com o Sr. Deputado Aníbal Pires, não fora o seguinte: aquando das eleições para as regionais, em 2008, o Partido Socialista colocou no seu manifesto eleitoral – que tenho aqui comigo – um ponto...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não cumpriu!

O Orador: Sr. Deputado, espere, que já lhe vou demonstrar que isso não é verdade. Essa mania de dizer que o Governo não cumpriu é sempre uma coisa de que os senhores têm o hábito, para tentar encobrir aquela que é a realidade. Mas deixe ouvir-me e, depois, peça a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Com certeza.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Passo a dizer, e está no nosso manifesto: “Construir o edifício para extensão do Museu de Santa Maria em Vila do Porto”. É isto que consta do nosso manifesto eleitoral.

Pouco mais de um ano depois, já no ano de 2010, em Abril, aquando da visita estatutária do Governo Regional à Ilha de Santa Maria, o Governo decidiu, em

Conselho de Governo – e está escrito no comunicado do Conselho de Governo do dia 30 de Abril –, este ponto, e logo no primeiro ponto, no ponto um: “Mandar elaborar o programa museológico do Museu de Santa Maria, que contemplará aspectos relacionados com a formação geomorfológica da ilha, com a história da sua descoberta e povoamento, bem como com o aeroporto e o desenvolvimento aeronáutico”. Na sequência desta determinação do Governo, passou-se em concreto à fase de aquisição dos imóveis e dos terrenos.

Aliás, o Sr. Deputado Aníbal Pires sabe perfeitamente que esses procedimentos já foram realizados e já foram concretizados pelo Governo Regional. Inclusivamente, já uma equipa foi trabalhar para essas residências. Portanto, o Governo Regional está pondo já em marcha este compromisso que assumiu para com a Ilha de Santa Maria.

Aquilo que o Sr. Deputado Aníbal Pires fez foi ir a Santa Maria e, na falta de melhor, ou por desconhecimento – no que não acredito –, tentou fazer um número, uma peça de teatro. Talvez pensando que os marienses e os deputados da Ilha de Santa Maria – no caso, os deputados do Partido Socialista – estariam a dormir...

Deputado João Costa (PSD): É uma forma de estar.

O Orador: ...e não têm vindo a trabalhar com o Governo Regional nesta como noutras matérias. Aliás, diga-se que esta questão...

Deputado Mark Marques (PSD): Está ciumento!

O Orador: ...relacionada com o Museu de Santa Maria, no que diz respeito à aeronáutica, foi uma questão proposta pelos deputados do Partido Socialista pela Ilha de Santa Maria, e que foi aceite pelo Governo Regional.

Portanto, por esta forma, por esta peça de teatro de má qualidade que o Sr. Deputado Aníbal Pires tentou fazer em Santa Maria, nós não vamos, obviamente, viabilizar esta iniciativa.

O Sr. Deputado tem toda a legitimidade para apresentar as iniciativas que quiser, respeitantes a todas as ilhas, respeitantes a Santa Maria. Nós estaremos cá, também, para aprovar, quando entendermos que essas iniciativas devem ser aprovadas. Mas, no caso em concreto, Sr. Deputado, não podemos obviamente

viabilizá-la. Porque, como está aqui demonstrado, o Governo Regional – e o Sr. Deputado sabia disso – está já no terreno a concretizar precisamente aquilo que o Sr. Deputado agora vem recomendar, como se nada disto se passasse ou se estivesse a passar.

Deputado João Costa (PSD): Parola! Parola!

O Orador: Desta forma, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar contra este Projecto de Resolução.

Obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Aida Santos, tem a palavra.

(*) Deputada Aida Santos (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com a implementação da extensão do Museu de Santa Maria em Vila do Porto, reveste-se de grande importância a musealização de um espaço dedicado à história do aeroporto de Santa Maria, no contexto político, económico, social e cultural da época, passando pela sua construção e consequente utilização pela aeronáutica civil, como uma mais valia para a projecção da Ilha de Santa Maria num contexto arquipelágico, nacional e internacional dos Açores. Na extensão museológica deverá existir uma área em que se aborde e contextualize a história do nosso aeroporto e das instalações criadas após a saída dos norte-americanos, caso do Clube Asas do Atlântico, mas nunca descurando os aspectos históricos relacionados com o povoamento inicial de Santa Maria, em particular de Vila do Porto, como primeiro burgo populacional do arquipélago. A musealização deste espaço do aeroporto teria como objectivos principais a salvaguarda e a exposição de um riquíssimo espólio, que faz parte da memória colectiva dos marienses e que é fundamental para o enriquecimento do contexto histórico da Ilha de Santa Maria e dos Açores.

No entanto, conhecendo a zona do aeroporto como eu conheço, estamos perante algo mais do que meros equipamentos que possam vir a ser recolhidos como espólio para esta extensão. Assim, há que acautelar não só os equipamentos existentes, mas também as poucas infra-estruturas remanescentes, como a

antiga torre de controlo, por exemplo, visto que daquela tipologia só existem duas na Europa: em Santa Maria e outra na Islândia.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

A Oradora: Podemos, assim, falar de um museu vivo, que urge preservar, embora já não tenha a mesma aparência de décadas anteriores. Dentro de oito anos, entramos num período de comemorações relacionadas com a aeronáutica, e o nosso aeroporto tem de estar preparado para fazer parte essencial desse período comemorativo, visto que seria de todo absurdo passarmos ao lado dessas celebrações. Em jeito de repto, por que não recuperar a antiga torre de controlo e englobá-la num circuito museológico, como ponto central da história que se pretende contar do aeroporto de Santa Maria?

Deputados João Costa e Pedro Gomes (PSD): Muito bem! Muito bem!

A Oradora: E por que não preservar igualmente uma das antigas casas de chapa, legado deixado pelos norte-americanos, que está agora completamente ao abandono, quando não já destruído?

Deputado José San-Bento (PS): Aquilo tem nome, não é casa de chapa!

A Oradora: A musealização *in situ* de parte da área envolvente do aeroporto, uma tentativa de salvaguardar algumas das infra-estruturas de apoio ainda existentes, que urge serem salvaguardadas para memória futura, visto que nos últimos anos muitas dessas infra-estruturas não têm sido valorizadas, encontrando-se parte delas, como já referi, destruídas, e as restantes em adiantado estado de degradação.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: No entanto, sabemos que se trata de tarefa ingente reposicionar o aeroporto com a aparência de outros tempos. As novas tecnologias permitem reconstruir essa mesma história de forma apelativa e mais vocacionada para o visitante.

Uma coisa parece certa: urge reposicionar o nosso aeroporto nas rotas internacionais da história, sob pena de nos deixarmos ficar para trás. Toda a zona do aeroporto é história viva, que nos faz recuar até à década de quarenta do século XX. É essa história que, de alguma forma, está por contar.

Independentemente de existir uma nova extensão do museu, um núcleo dedicado à temática...

Deputado José San-Bento (PS): Já está feito, Sra. Deputada.

A Oradora: ...temos todo um universo de espaço à disposição para se proceder a uma forma racional mas integradora da história do nosso aeroporto. Não deixemos que essa história se perca, sob pena de perdermos um dos nossos referenciais identitários, que está consubstanciado na memória do mariense como algo de importante e onde todos nós nos revemos.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Na nossa opinião, uma coisa é a instalação de um núcleo da nova extensão do museu, que não é necessariamente contra o aproveitamento dos equipamentos e infra-estruturas ainda existentes para a realização *in situ* de um percurso aeronáutico produtivo e apelativo. Assim, o PSD votará a favor do Projecto de Resolução.

Deputados João Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Secretário Regional da Presidência, tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo só não se associa a este Projecto, a esta iniciativa do PCP, diria eu, por razões formais, mais do que pela sua substância.

Deputado João Costa (PSD): O Governo não vota!

Deputado Pedro Gomes (PSD): O Governo não pode! Pode associar-se à intenção!

O Orador: Porque, do ponto de vista da substância, seria completamente ilógico que o Governo não fosse um apoiante do conteúdo do documento. Porque o que o documento propõe é que o Governo faça exactamente o que o Governo já decidiu fazer há algum tempo...

Deputado João Costa (PSD): Mas ainda não fez! O que pretendemos é que o Governo faça o que ainda não fez!

O Orador: ...e já está a executar. E o Sr. Deputado sabia. É público, é notório, foi divulgado por diversas vezes, foram dados passos sucessivos no processo, foram adquiridos imóveis, foram adquiridos terrenos e, portanto, não é nada que o Sr. Deputado não soubesse quando decidiu tomar esta iniciativa.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Mas ainda não fez.

O Orador: O que significa que nós, tal como o PCP, pretendemos e estamos a fazer um núcleo museológico dedicado à temática da aeronáutica e até, de um ponto de vista mais global, do papel da Ilha de Santa Maria como ilha porta de saída dos Açores durante largos anos, nomeadamente no contexto das migrações.

Portanto, obviamente, estamos de acordo com o conteúdo. Achamos é que, quanto à forma, o senhor podia ter feito, por exemplo – permita-me a sugestão – um voto de congratulação. Seria talvez mais adequado, congratular-se com aquilo que o Governo já está a fazer e que corresponde inteiramente aos seus desejos para a Ilha de Santa Maria.

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

Aí, estaríamos absolutamente de acordo.

Vou abster-me de voltar a ler o que diz o comunicado do Governo da visita estatutária do ano passado a Santa Maria, porque já foi feito e seria chover no molhado. Mas gostava também de lhe dizer que, do nosso ponto de vista, uma questão é esta, da extensão do museu com este tipo de preocupação quanto ao conteúdo; outra coisa é a questão que levantou a Sra. Deputada Aida Sousa, sobre...

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Santos, Santos!

O Orador: Santos, peço desculpa.

...o património imobiliário associado ao aeroporto, que até usou como justificação para o voto favorável do PSD a esta proposta, quando esta proposta diz algo completamente diferente do aproveitamento do património imobiliário do aeroporto. Mas, de qualquer maneira, sobre esse aspecto não me

pronunciarei. Gostava só de lhe dizer que o Governo tem consciência do valor de algum desse património.

Aliás, tem conhecimento, sabe o valor arquitectónico, sabe que lá se encontram alguns exemplares raros de um determinado tipo de arquitectura, até dum determinado período histórico, tem essa preocupação. Aliás, essa preocupação também está patente na solução encontrada para a extensão do Museu de Santa Maria porque, mais uma vez, como já tinha acontecido com a pousada da juventude, como já tinha acontecido com o centro ambiental, como vai acontecer também com o equipamento de creche, o Governo tem a preocupação de instalar todo esse tipo de equipamentos na zona histórica de Vila do Porto que é, também ela, um património que urge preservar. E, podendo juntar equipamentos e infra-estruturas modernizantes para a Ilha de Santa Maria à recuperação e requalificação do património arquitectónico bastante valioso de Vila do Porto, nós optamos sempre por essa solução.

Portanto, também esta solução do núcleo museológico é uma forma de valorizar e requalificar a zona histórica de Santa Maria.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à argumentação feita pelo Deputado Duarte Moreira, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, enfim, já a tinha ouvido e hoje esperava que viessem novos argumentos, para aduzir a rejeição da proposta do PCP. Afinal de contas, a criatividade do Deputado Duarte Moreira não passa além da cassette do manifesto eleitoral e do comunicado do Governo.

(Vozes de protesto da bancada do PS)

O Orador: Agradeço ao Sr. Deputado Duarte Moreira o facto de me desejar as boas vindas quando vou a Santa Maria. Agradeço, sei que o diz de uma forma sentida. Até porque, quando lá vou, tem sempre oportunidade de ter algum

protagonismo, nem que seja para responder às afirmações que eu faço e para, mais a sua colega Bárbara Chaves, sair da inércia onde normalmente estão.

(Vozes de protesto da bancada do PS)

O Orador: Aliás, isto só me acontece, mesmo, em Santa Maria. Porque nas outras ilhas, quer o PS, quer o PSD, enfim...

Deputado Domingos Cunha (PS): Não existem!

Deputado Mark Marques (PSD): Ah, pois! Pois claro!

O Orador: ...em todas elas, nomeadamente São Jorge, onde estarei ainda este mês.

Portanto, Sr. Deputado Duarte Moreira, não é, de facto, de teatro, não, porque eu não tenho, digamos, vocação para actor.

Deputado Francisco César (PS): Isso, nós já percebemos que não tem, mas tentou!

O Orador: Não tenho vocação para actor e, portanto, não é um golpe de teatro. Desconhecimento, ou falta de melhor, também não me parece. Conheço – até porque me desloco frequentemente a Santa Maria, tenho alguma propriedade para dizer isto, conheço – a realidade mariense. Sei quais são as necessidades e qual é o sentir dos marienses, relativamente à forma como o PS tem tratado aquela ilha. Relativamente ao desconhecimento, não tenho; falta de melhor, também não. Aliás, há de lembrar-se que outras iniciativas tenho tomado relativamente à Ilha de Santa Maria.

Depois, há uma coisa de que tenho a certeza e conheço muito bem.

O Sr. Presidente não se importa, só para olhar para o Deputado Duarte Moreira, porque eu queria dirigir-me agora, se me ponho assim ligeiramente de lado...

Deputado Mark Marques (PSD): Os anjos não têm costas.

Deputado Pedro Gomes (PSD): E diz o Sr. Deputado que não é actor!

Deputado Mark Marques (PSD): Imagina se fosse!

O Orador: Não se importa, Sr. Presidente?

Presidente: Sr. Deputado, continue.

Deputado Duarte Moreira (PS): O Sr. Deputado tem a mania que é desagradável.

O Orador: É o seguinte, Sr. Deputado, há uma coisa que eu não desconheço; nem eu, nem os marienses: é que aquilo que os senhores escrevem no manifesto eleitoral não é, na maior parte das vezes, cumprido!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso não é verdade!

O Orador: Nem é garantia de cumprimento! Mais, Sr. Deputado: aquilo que resulta dos conselhos de Governo e que é escrito nos comunicados do Governo, sei eu, e sabem os marienses, e sabem os açorianos, que nem sempre é cumprido!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Francisco César (PS): Por isso é que sempre ganhámos as eleições lá!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ganharam?

Deputado Francisco César (PS): Os senhores só ganharam uma vez lá!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Alguns factos a aduzir a esta discussão.

O primeiro é, obviamente, o papel inquestionável de Santa Maria, ligada à aeronáutica, a partir da II Guerra Mundial, nomeadamente com o peso que teve, não só na história da própria ilha, mas da região, do país e mesmo da aeronáutica internacional. E, obviamente, associada ao reconhecimento deste peso, a pertinência da salvaguarda, da valorização e da musealização do património ligado à aeronáutica internacional.

Da tramitação deste Projecto de Resolução, quero fazer ressaltar alguns paradoxos que surgiram, nomeadamente na audição ao Sr. Director Regional da Cultura, confrontada com a audição ao Sr. Presidente da Câmara de Vila do Porto. Não resulta destes paradoxos grande esclarecimento em relação ao actual momento. Diz o Sr. Director Regional da Cultura que o Governo Regional está a fazer mais e que recomendar ao Governo o que o Governo está a fazer não faz

sentido; diz o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto: “A iniciativa faz todo o sentido”. Diz o Sr. Director Regional da Cultura: “O Governo Regional tem vindo a negociar com a ANA”; diz o Sr. Presidente da Câmara de Vila do Porto: “Não conheço os compromissos entre o Governo Regional e a ANA”. Diz o Sr. Director Regional da Cultura: “A ANA tem armazenado o património ligado às telecomunicações”; diz o Sr. Presidente da Câmara de Vila do Porto: “Há património que já saiu da ilha e cujo paradeiro desconheço”. Isto é preocupante.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E ele deixou? Não disse nada? Esteve à espera de quê?

O Orador: Depois, nunca é demais dizê-lo aqui, o Governo Regional e o Partido Socialista recorrem sistematicamente ao mesmo argumento, o argumento do “estamos a fazer, já está a ser feito, porque – pasme-se – já foi anunciado num comunicado”. **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Isso é tudo conversa fiada.

O Orador: Como se todos nós não soubéssemos que os comunicados do Conselho de Governo que resultam das visitas estatutárias são, com honrosas pequenas excepções, as mesmas coisas ano após ano, ano após ano.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso não é verdade.

Deputado José San-Bento (*PS*): É mentira, Sr. Deputado.

O Orador: E, muitas vezes, em legislaturas diferentes. Portanto, o argumento de que o Governo Regional está a fazer, e que o que está a fazer é sempre melhor e é sempre maior do que o que os outros propõem...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Eu não disse isso.

O Orador: ...é, neste caso concreto, puramente património imaterial. Património cultural imaterial.

Sr. Deputado Duarte Moreira, permita-me que lhe diga que isto não é uma coutada. O Sr. Deputado Aníbal Pires e qualquer deputado desta casa têm o direito e têm o dever de propor o que muito bem entenderem, independentemente de o Governo estar ou não a fazer. O facto de o Governo

dizer que está a fazer não inibe nenhum deputado desta casa de propor seja o que for.

Deputado Duarte Moreira (PS): Eu disse isso?

O Orador: Esse argumento é um não argumento.

O esclarecimento final tem a ver com as circunstâncias em que surge este Projecto de Resolução. Nós, em princípio, somos perfeitamente favoráveis a todas as razões invocadas pelo PCP. Agora, o actual *timing* e a actual conjuntura, do nosso ponto de vista, não são propícios a este tipo de investimento. Não é um investimento reprodutivo no imediato, não é um investimento estratégico no imediato.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas é!

O Orador: Desse ponto de vista, concordando com a necessidade da preservação deste património, não concordamos com o *timing* em que ele surge. Por essa mesma razão, vamos abster-nos.

Deputado Berto Messias (PS) e Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Grande cambalhota, Sr. Deputado!

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Mais claro, não posso ser.

Presidente: Sr. Deputado José Cascalho, tem a palavra.

(*) **Deputado José Cascalho (BE):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós vamos acompanhar este Projecto, por aquilo que já aqui foi dito e pela apresentação que teve, pela discussão que houve aqui pela Deputada Ainda Santos e também pelo Deputado Paulo Rosa, apesar dessa surpreendente abstenção, no final, depois de um discurso que elogiava esta iniciativa.

O que eu queria referir relativamente a este Projecto é que me parece ser difícil votar contra. Parece-me que o Partido Socialista aqui vai votar contra e eu não consigo perceber porquê. Até porque, mesmo pegando nos argumentos do Deputado Paulo Rosa, que argumentou não ser um investimento reprodutivo...

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): No imediato.

O Orador: ...no imediato, nós sabemos que o Governo está disponível e já tem, até, dotação financeira para avançar com um projecto semelhante, ou parecido, para construir este núcleo museológico.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O projecto está em curso.

O Orador: Portanto, não faz sentido nenhum que não houvesse uma votação favorável a esta iniciativa, que é proposta pelo Partido Comunista.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A bola é minha! A bola é minha!

O Orador: Agora, há aqui aspectos que eu queria realçar, que têm a ver com este aspecto que considero importante e que já foi aqui também referido por diferentes deputados. Quando se propõe um “levantamento sistemático exaustivo do património relevante relacionado com a actividade aeronáutica e tome as medidas imediatas pertinentes para a sua protecção”, ora nós ouvimos aqui que, de facto, há situações que merecem cuidado e preocupação e é preciso actuar rapidamente. Portanto, esta proposta vem realçar este aspecto, que acho ser de louvar.

Assim, nós vamos aprovar esta proposta.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, então não sabia que o que estava no programa do Partido Socialista não se pode propor?

(Risos das bancadas do PSD, CDS/PP, BE e PCP)

Se está no programa do Partido Socialista não se pode propor. Se não estiver no programa do Partido Socialista, também não se pode propor!

(Risos das bancadas do PSD, CDS/PP, BE e PCP)

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Já pode ir antecipando!

O Orador: Porque é, exactamente, a resposta que o Sr. Director da Cultura me deu. Eu propus um museu, porque o Sr. Presidente do Governo Regional dizia: “Uma terra sem museu pode ser confundida perigosamente – até decorei a frase – com uma terra sem história”!

Deputada Catarina Furtado (PS): Ainda não é esse disco!

O Orador: Bom, eu achei que ele tinha toda a razão e propus a construção de um museu no Corvo. O que me responderam? “Não, não está no nosso programa. Não está no nosso programa, os senhores não podem propor”.

(Risos das bancadas do PSD, CDS/PP, BE e PCP)

Agora, o senhor vai propor uma coisa que está no programa deles, também não pode ser.

(Risos das bancadas do PSD, CDS/PP, BE e PCP)

Sr. Presidente, a pergunta é: o que estamos aqui a fazer? Torna-se, de facto, muito difícil esta tarefa legislativa.

Deputada Catarina Furtado (PS): De facto.

O Orador: Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do CDS, já está tudo feito, portanto não é dinheiro que se está a gastar. Podem votar a favor, porque afinal o museu penso que já está, toda essa recolha já foi feita. Agora até é um desperdício não o fazer e deixar tudo encaixotado.

É evidente, meus senhores, que este tipo de posições é muito difícil de suportar do ponto de vista de quem quiser fazer uma análise racional e séria deste tipo de assuntos. Porque, depois, torna-se complexo discutir as coisas neste patamar de subjectividade.

Sr. Deputado Aníbal Pires, obviamente que é uma necessidade; obviamente que, se calhar, as coisas não estavam tão programadas; e, obviamente, se o Partido Socialista até concorda com a sua proposta, deveria votar a favor. Até porque há um interesse muito objectivo para o desenvolvimento, que não só a

defesa da cultura. Mesmo em tempos de crise é fundamental a defesa do património e da cultura. Mas ainda há outra coisa que é fundamental: a cultura também é um veículo de desenvolvimento económico. A cultura também é um veículo – se tivermos uma cultura forte, se tivermos um património protegido, –, é um elemento de desenvolvimento da região.

Portanto, nesse sentido, o Partido Popular Monárquico dá o seu apoio a esta iniciativa, que considera muito válida, com certeza.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Moreira, tem a palavra.

(*) Deputado Duarte Moreira (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este é um assunto típico daquilo que as pessoas não compreendem na actividade política. Isto é dizer a qualquer um de nós que deve cortar a relva do jardim, quando eu já estou lá com a máquina a cortar a relva do meu jardim.

Deputado Berto Messias (PS) e Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem! Muito bem!

O Orador: No caso em concreto, isto não são só intenções. Se este museu, se o núcleo museológico de aeronáutica, estivesse só no comunicado do Governo, se o Governo nada estivesse a fazer, ou se nunca tivesse proposto... Todos nós temos aqui um princípio básico, que é reconhecermos a importância que o aeroporto de Santa Maria tem para os Açores e tem para a nossa ilha!

Deputado João Costa (PSD): São coisas que só existem nos comunicados do Governo!

O Orador: É necessário preservar a memória e a história daquele aeroporto. Acho que todos nós fomos claros nesse ponto de vista. Agora, o Governo Regional não se limitou a escrever um comunicado, e o Partido Socialista não se limitou a pôr no seu manifesto eleitoral.

Deputado João Costa (PSD): Mas é costume!

O Orador: Neste caso, como noutros, Sr. Deputado Aníbal Pires, terei muito gosto em debater consigo as questões da Ilha de Santa Maria, o que foi feito, o que está feito, quais são os compromissos. Santa Maria raramente ou nunca viu

tanto investimento em simultâneo a ser realizado, como aquele que está a ser feito na ilha, nesta legislatura, e nas últimas legislaturas do Partido Socialista!

Vozes das bancadas do PS e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

O Orador: E a ver vamos. Nós vamos continuar a investir em prol do desenvolvimento da ilha, não tenha dúvida absolutamente nenhuma desse facto. Relativamente ao museu, foram já adquiridos os imóveis para a sua instalação. Posso dizer que já se iniciaram as prospecções arqueológicas nesses terrenos, foram iniciadas já durante o presente ano. Posso adiantar também que foram já contactadas, quer a NAVE, quer a ANA, no aeroporto de Santa Maria, pela Direcção Regional da Cultura, directamente através do Sr. Director Regional da Cultura, no sentido de informar e preparar o processo de avaliação e de levantamento dos bens históricos que possam ter utilidade para aquilo que pretendemos preservar no futuro da ilha.

Admito que o Sr. Deputado Aníbal Pires não conheça a realidade de Santa Maria. Dizer que os deputados do PS são letárgicos ou não agem... Os marienses sabem qual é a nossa postura. Os marienses sabem que nós trabalhamos com o Governo Regional dia a dia, trabalhamos com as nossas instituições da ilha e com os marienses, tentamos resolver os assuntos e temos ajudado a resolver os assuntos da Ilha de Santa Maria.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Não precisamos para isso de, uma vez por ano, quando lá vai o Sr. Deputado Aníbal Pires, chamar a comunicação social, gritar alto e propor aquilo que, afinal, já está a ser realizado e está a ser cumprido. Nós não temos problema nenhum em aprovar situações como já foi aprovada, nesta casa, noutra altura, uma outra iniciativa sua, relativamente ao aeroporto de Santa Maria. Não temos esse tipo de problemas. No caso em apreço é demagogia isto que o senhor foi fazer a Santa Maria. Quis ter o seu momento de antena, a sua peça de teatro na ilha.

Portanto, mais uma vez, para que se perceba a situação: o PS comprometeu-se com a extensão do Museu da Ilha de Santa Maria no centro histórico da Vila do Porto. O Governo Regional comprometeu-se com essa construção, incluindo na extensão uma valência relacionada com a história do aeroporto de Santa Maria e com a sua aeronáutica. O Governo Regional adquiriu as casas onde vai ser instalada essa extensão do Museu de Santa Maria. Já se iniciaram os contactos com as empresas que têm afecto esse património, quer a ANA, quer a NAVE, naquela ilha. Iniciaram-se os trabalhos de prospecção arqueológica nos terrenos. O Governo Regional tem inscrita, no plano, uma verba de 319 mil euros, para 2011, para este processo que, obviamente, não estará concluído durante o ano de 2011.

Portanto, Sr. Deputado Aníbal Pires, querer apagar isto que está a ser feito e passar uma esponja, como se nada ocorresse, era essa a sua esperança, mas não é assim.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: Está a ser cumprido e vai ser concretizado o Museu de Santa Maria, com uma valência de aeronáutica e da história da Ilha de Santa Maria.

Mas permita-me, Sr. Presidente, que também diga aqui o seguinte: a argumentação utilizada pelo PSD e pela Sra. Deputada Aida Santos, a minha amiga Sra. Deputada Aida Santos...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Oh, *minha amiga*!

Deputado Mark Marques (*PSD*): Imagina se não fosse!

O Orador: ...para aprovar este Projecto de Resolução é que não faz muito sentido. A sua argumentação podia caber aqui numa discussão sobre as questões relacionadas com o aeroporto de Santa Maria, com os terrenos, com as casas, situação que o Governo Regional também está a resolver, porque é sabido que os terrenos irão passar para o património da região e essa situação está a ser equacionada, como a senhora bem sabe. Portanto, quando quiser, tenho todo o gosto em ter aqui uma discussão sobre as questões do aeroporto, sobre as questões de Santa Maria, quaisquer que elas sejam.

No caso em apreço, sinceramente, tendo o PSD um deputado pela Ilha de Santa Maria e que deve, à partida, acompanhar a realidade da ilha, sabe perfeitamente que isto do museu está a ser cumprido, está a ser executado. Daí, não perceber, sinceramente, como é que o PSD viabiliza esta iniciativa.

Muito obrigado.

Vozes das bancadas do PS e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na realidade, não ia intervir sobre este Projecto de Resolução do PCP, porque o meu colega Deputado José Cascalho já clarificou qual é a posição do Bloco de Esquerda, mas não resisto a fazê-lo, no seguinte sentido.

Após aquele momento de humor caricatural, trazido a esta câmara pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, muito próximo daquilo a que costumamos chamar um tesourinho deprimente...

(Risos do Deputado Artur Lima)

...mas verdadeiramente genial em termos de caricatura, eu gostaria contudo de afirmar, para memória futura – e esta memória futura pode ser já amanhã –, que, para o Bloco de Esquerda, o investimento na cultura é sempre reprodutivo e criador de riqueza. É esta clarificação que eu pretendia fazer.

Tanto mais que este próprio Projecto de Resolução, no seu ponto dois, levanta a hipótese e recomenda ao Governo a criação de um roteiro cultural ligado à aeronáutica civil e militar na Ilha de Santa Maria, depois de, também num dos pontos do próprio corpo do Projecto de Resolução, chamar a atenção para a possibilidade de este núcleo museológico se vir a converter num factor de atracção turística e cultural relevante para a economia mariense e, portanto, para

a economia regional. Daí que, apenas para clarificar – e, como disse, para memória futura, que pode ser muito breve – que para nós a cultura não é uma perda de dinheiro e não é um desperdício de dinheiro. Quando é feita de uma maneira razoável e planeada...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Faltava essa parte!

A Oradora: ...é sempre um factor de riqueza e de desenvolvimento em qualquer região. Repito: quando é feita de uma maneira planeada, pensada e sabendo exactamente o que se quer e o que se tem para gastar com isso. Para memória futura.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Faltava esse pormenor, Sra. Deputada.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Relativamente à questão de que este investimento possa ser ou não reprodutivo, penso que, quer o Deputado Paulo Estêvão, quer a Deputada Zuraida Soares acabaram por defender o carácter reprodutivo que esta iniciativa pode ter. Julgo que isso ficou bem claro e sobre isso não vou adiantar mais nada.

Há pouco, não tive oportunidade de responder ao Sr. Secretário Regional da Presidência, para lhe dizer o seguinte: cá estarei. Aceito o desafio e cá estarei, logo que o Museu de Santa Maria seja inaugurado com esta valência de aeronáutica civil, para fazer um voto de congratulação por isso, desde que ocorra nesta Legislatura.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Pois, porque não se sabe se cá estará na próxima. Na próxima pode não estar cá!

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): É mais seguro.

O Orador: Portanto, assim farei.

Aliás, Sr. Secretário Regional da Presidência, não é a primeira vez e, como sabe, a atitude da Representação Parlamentar do PCP é, quando tem de apoiar e quando tem de o fazer, fá-lo, sem nenhum tipo de preconceito. Sejam as vossas

iniciativas, quer do Governo, quer do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, quer de qualquer outra bancada! Aliás, o nosso acervo é esse mesmo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas qual acervo?

O Orador: Temos apoiado iniciativas vindas de todas as bancadas e também do Governo, com certeza, Sr. Secretário Regional. Não queria perder muito tempo com esta questão.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor não conhece Santa Maria?

O Orador: Não, com a argumentação do Deputado Duarte Moreira. Porque, de facto, veio repetir aqui alguns argumentos e veio insistir nesta coisa da minha visita, que eu precisava de espaço mediático.

Deputado João Costa (PSD): O senhor precisa de um passaporte!

O Orador: Sr. Deputado Duarte Moreira, como sabe, eu não preciso de ir a Santa Maria, nem para falar de Santa Maria, nem para ter espaço mediático. Julgo que o senhor devia entender isso muito bem.

Deputado Duarte Moreira (PS): Não é isso que o Sr. Deputado tem dito.

O Orador: Pelos vistos, parece que não percebe.

Mas há outra coisa que o senhor não percebe e que não me custa nada explicar. Há uma coisa, de facto, que as pessoas, os cidadãos, designadamente os marienses, não compreendem: a atitude dos deputados do Partido Socialista eleitos pelo círculo eleitoral de Santa Maria. E há outra coisa que os marienses não compreendem: que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista esteja a rejeitar uma proposta que apenas recomenda ao Governo aquilo que é uma intenção do Governo.

Deputado Duarte Moreira (PS): Não, eles percebem muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, isso está a ficar registado no Diário das Sessões.

O Orador: Aliás, esse é um problema que o senhor vai ter de enfrentar em 2012! É em 2012 que o senhor vai ter de enfrentar esse problema. E a vossa inércia, aquele descansozinho a que se remetem em Santa Maria, depois vão pagá-la certamente bem cara em 2012.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*) e **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Olhe que não.

O Orador: Isso é que os marienses não percebem.

Queria dizer-lhe só o seguinte, Sr. Deputado Duarte Moreira, para os marienses – para os marienses não é preciso dizer, porque eles sabem, mas –, para as açorianas e os açorianos: a Representação Parlamentar do PCP tem mais iniciativa sobre Santa Maria do que têm os dois deputados eleitos pelo PS, pelo círculo eleitoral de Santa Maria!

(Vozes de protesto das bancadas do PS e Governo)

O Orador: É aí que reside a diferença e é isso que vos incomoda! É isso que o deixa doente do fígado quando eu vou a Santa Maria!

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Moreira, tem a palavra.

Deputado Berto Messias (*PS*): Espero que esteja cá amanhã às três da tarde, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Cá estarei.

(*) Deputado Duarte Moreira (*PS*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, só para dizer e referir o seguinte desta iniciativa: ter iniciativas destas, como a Representação Parlamentar do PCP teve, é muito fácil. Os marienses sabem que nós temos vindo a trabalhar dia a dia...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Hora a hora, minuto a minuto.

O Orador: ...sem fazer alardes. Não precisamos de vir gritar, nem de berrar, para a praça pública que estamos a fazer isto ou aquilo.

Deputado Rogério Veiros (*PS*): Muito bem!

O Orador: As pessoas sabem quais são as nossas iniciativas. Temos vindo a trabalhar junto do Governo e temos vindo a conseguir, com o Governo, cumprir um programa eleitoral.

Quero repetir aqui novamente, Sr. Deputado, e para todos os deputados, que tenho muito gosto em discutir aquilo que o senhor entender sobre a Ilha de Santa Maria. No caso em apreço, esta proposta que o PCP aqui trouxe não faz qualquer sentido, e o senhor sabe que não faz. Foi só para marcar uma agenda e para fazer uma peçazinha de teatro, mais uma vez. E o senhor faz excelentes peças de teatro.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente:

Não posso jurar que seja a minha última intervenção sobre o assunto. Mas, de facto, o Deputado Duarte Moreira insiste nesta coisa da peça de teatro, nesta coisa da necessidade que tenho de afirmar estas coisas no espaço público. Pois, muito bem, vamos aqui introduzir, a propósito, as visitas a Santa Maria: na última que fiz a Santa Maria, verifiquei que a monitorização do deslizamento, quer na vertente, quer dos terrenos, não estava a ser feita tal como o Governo tinha indicado.

Deputado Francisco César (PS): Hã?

O Orador: É a verdade, Sr. Deputado, é a verdade!

Então, o Sr. Deputado Duarte Moreira disse aos marienses que eu tinha mentido, e que a monitorização estava a ser feita. Aconselho-o a ler a resposta ao requerimento que fiz sobre o assunto, onde pode constatar que, afinal de contas, se há aqui algum mentiroso, é V. Exa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, isto está a correr tão bem! Está a correr tão bem e vai continuar, com certeza!

O Sr. Deputado Duarte Moreira pede a palavra para uma interpelação?

(*) Deputado Duarte Moreira (PS): Sr. Presidente:

Era só para perguntar o que tem este assunto que o Sr. Deputado Aníbal Pires agora trouxe a ver com o Projecto de Resolução dele.

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

Presidente: Acho que era por simpatia, Sr. Deputado.

Muito bem, Sras. e Srs. Deputados, não tenho, neste momento, mais inscrições.

Assim sendo, vamos passar à votação deste Projecto de Resolução do PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi rejeitado, com 30 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: O Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para uma interpelação, Sr. Presidente, para pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: Com certeza.

Eu pedia aos Líderes dos Grupos e Representações Parlamentares o favor de se acercarem da Mesa.

(Pausa)

Devido também ao ponto da agenda seguinte, foi deliberação da conferência de líderes ficarmos hoje por aqui. Retomamos os nossos trabalhos amanhã, pelas 10 horas da manhã, com o PTAP.

Boa noite, bom jantar e até amanhã.

(Eram 18 horas e 55 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio Borges Almeida

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Pedro António de Bettencourt Gomes

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Carlos Correia Garcia

* Texto não revisto pelo Orador.

Pela redactora, *Ágata Patrícia Biga de Almeida Vieira de Sousa.*

Documentos entrados

1 - Propostas de Lei:

Assunto: Estabelece as Bases da Política de Ambiente (60/XI/2.^a) – 123/IX

Proveniência: Assembleia da República

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2011 – ABRIL – 20.

2 - Projectos de Lei:

Assunto: Revisão da Lei de Bases de Ambiente (N.º 560/XI2.^a) -122/IX

Proveniência: Assembleia da República

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2011 – ABRIL – 18;

Assunto: Altera o código contributivo reforçando a protecção social dos pequenos e médios agricultores (N.º 584/XI2.ª) -124/IX

Proveniência: Assembleia da República

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2011 – ABRIL – 21.

3 - Propostas de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Adapta à Administração Regional Autónoma dos Açores, o Decreto-Lei n.º 170/2009, de 3 de Agosto, diploma que estabelece o regime da carreira especial de inspecção \(N.º 11/2011\)](#)

Autor: Governo

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2011 – ABRIL – 26;

Assunto: [Aprova o Código da Acção Social dos Açores \(N.º 12/2011\)](#)

Autor: Governo

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2011 – ABRIL – 26;

Assunto: [Regime geral de prevenção, e gestão de resíduos \(n.º 13/2011\)](#)

Autor: Governo

Entrada: 2011 – MARÇO – 23

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2011 – ABRIL – 26;

Assunto: [Regime jurídico da conservação da natureza e protecção da biodiversidade \(N.º 14/2011\)](#)

Autor: Governo

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2011 – ABRIL – 26.

4 - Projectos de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Regime de informação e apresentação de contas pelo sector público empresarial regional à Assembleia Legislativa. \(N.º 7/2011\)](#)

Autor: PSD

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2011 – MAIO – 2;

Assunto: [Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 54/2006/A, de 22 de Dezembro – Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/2009/A, de 6 de Março. \(N.º 8/2011\)](#)

Autor: PSD

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2011 – MAIO – 2;

Assunto: [Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 16/2002/A, de 10 de Maio de 2002 \(n.º 9/2011\)](#)

Autor: BE

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2011 – MAIO – 4.

5 - Projectos de Resolução:

Assunto: [Manutenção da extensão do Provedor de Justiça na Região Autónoma dos Açores \(N.º 23/2011\)](#)

Autor: BE

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2011 – ABRIL – 26;

Assunto: [Criação de uma Comissão Técnica de Acompanhamento do processo de descontaminação na Praia da Vitória \(N.º 24/2011\)](#)

Autores: PSD, CDS/PP, BE, PCP e PPM

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2011 – ABRIL – 26;

Assunto: [Medidas para optimização do tempo de resposta dos serviços públicos aos jovens em situação de desemprego nos Açores \(N.º 25/2011\)](#)

Autor: PS

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2011 – ABRIL – 28;

Assunto: [Desagregação dos mapas que integram o Orçamento da Região \(N.º 26/2011\)](#)

Autor: PSD

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2011 – MAIO – 2;

Assunto: [Aprovação dum "Código de Bom Governo", para o sector empresarial da Região Autónoma dos Açores \(27/2011\)](#)

Autor: PSD

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2011 – MAIO – 2;

Assunto: [Alteração da regulamentação dos preços do pão, farinha e cereais importados na Região Autónoma dos Açores \(28/2011\)](#)

Autor: BE

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2011 – MAIO – 6.

6 - Anteproposta de Lei:

Assunto: [Segunda alteração à Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro, alterada pela Lei n.º 62/2008, de 31 de Outubro, que aprova o Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores \(Nº 1/2011\)](#)

Autor: PSD

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2011 – MAIO – 2.

7 - Comunicações/Informações:

Assunto: Carta dos Deveres do Homem

Proveniência: Corpo Nacional de Escutas

Data de Entrada: 2011.03.25

Referência: 57.00/1/IX;

Assunto: Ofício a enviar o Relatório Anual sobre a aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2010/A, de 31 de Maio que introduz regras de transparência na aquisição de publicidade pelos serviços da administração regional e local

Proveniência: Secretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 2011.03.29

Referência: 16.18/3/IX;

Assunto: Ofício a comunicar a nomeação do novo Representante da República para a Região Autónoma dos Açores do Senhor Embaixador Pedro Manuel dos Reis Alves Catarino

Proveniência: Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva

Data de Entrada: 2011.04.05

Referência: 01.00/1/IX;

Assunto: Ofício a enviar a sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral visando o tema da educação e matérias relacionadas com a ilha do Corvo

Proveniência: Representação Parlamentar do PPM, Deputado Paulo Estêvão

Data de Entrada: 2011.04.05

Referência: 67.15/1/IX;

Assunto: Ofício a acusar a recepção da Resolução n.º 6/2011 – Pronúncia sobre as linhas de orientação da actualização anual do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) com aplicação directa na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros – Gabinete do Primeiro-Ministro

Data de Entrada: 2011.04.05

Referência: 109/19/IX;

Assunto. Ofício a comunicar a visita aos Açores do Conselheiro Pedro Solbes – Projecto de Programa "As Regiões Ultraperiféricas Europeias no Mercado Único"

Proveniência: Membre de la Commision Europeenne

Data de Entrada: 2011.04.04

Referência: 30.12/9/IX;

Assunto. Ofício a solicitar autorização para prestar depoimento na qualidade de testemunha, o Sr. Deputado José Francisco Salvador Fernandes

Proveniência: Tribunal Judicial de Santa Cruz das Flores

Data de Entrada: 2011.04.06

Referência: 110/119/IX;

Assunto: Ofício a cancelar a sessão de perguntas ao Governo Regional para a próxima sessão legislativa, com resposta oral visando o tema da educação e matérias relacionadas com a ilha do Corvo

Proveniência: Representação Parlamentar do PPM, Deputado Paulo Estêvão

Data de Entrada: 2011.04.06

Referência: 66.15/1/IX;

Assunto: Ofício a agradecer o envio do Voto de Pesar pelo falecimento do Monsenhor Cónego José Garcia

Proveniência: Diocese de Angra

Data de Entrada: 2011.04.06

Referência: 27.02/IX.

8 - Requerimentos:

Assunto: [Membros do Governo viajam de avião sem pagar](#)

Autores: Zuraída Soares e José Cascalho (BE)

Data de Entrada: 2011.03.24

Referência: 54.06.00 – N.º 441/IX;

Assunto: [Relatório resultante da inspeção ordinária à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo](#)

Autores: Zuraída Soares e José Cascalho (BE)

Data de Entrada: 2011.03.24

Referência: 54.06.03 – N.º 442/IX;

Assunto: [Nova Biblioteca Pública e Arquivo Regional em Angra do Heroísmo](#)

Autores: António Ventura, Clélio Meneses e Carla Bretão (PSD)

Data de Entrada: 2011.03.25

Referência: 54.03.03 – N.º 443/IX;

Assunto: [Estudo da Universidade de Coimbra sobre alargamento da escolaridade obrigatória nos Açores](#)

Autores: Jorge Costa Pereira, Pedro Gomes e Rui Ramos (PSD)

Data de Entrada: 2011.03.29

Referência: 54.03.00 – N.º 444/IX;

Assunto: [Necessidades de docentes/concursos nas escolas dos Açores](#)

Autores: Jorge Costa Pereira, Pedro Gomes e Rui Ramos (PSD)

Data de Entrada: 2011.03.29

Referência: 54.03.00 – N.º 445/IX;

Assunto: [Entreposto frigorífico de São Miguel](#)

Autor: Pedro Medina (CDS/PP)

Data de Entrada: 2011.03.30

Referência: 54.01.02 – N.º 446/IX;

Assunto: [Instalação de um centro de Dia para idosos na freguesia de Nossa Senhora da Luz – ilha Graciosa](#)

Autor: João Bruto da Costa (PSD)

Data de Entrada: 2011.03.30

Referência: 54.03.04 – N.º 447/IX;

Assunto: [Instituto de Meteorologia nos Açores](#)

Autores: Pedro Gomes, Jorge Costa Pereira, Luís Garcia, Mark Marques, António Pedro Costa, Cláudio Lopes, António Ventura, João Bruto da Costa, Aida Santos e José Francisco Fernandes (PSD)

Data de Entrada: 2011.03.31

Referência: 54.03.00 – N.º 448/IX;

Assunto: [Estudo sobre os transportes marítimos na Região Autónoma dos Açores e ante-projecto de navio destinado ao transporte de passageiros e viaturas](#)

Autor: José Cascalho (BE)

Data de Entrada: 2011.03.31

Referência: 54.06.00 – N.º 449/IX;

Assunto: [Aumento do Porto Comercial de São Jorge](#)

Autor: Luís Virgílio Sousa Silveira (CDS/PP)

Data de Entrada: 2011.04.05

Referência: 54.01.05 – N.º 450/IX;

Assunto: [Produção local agro-alimentar](#)

Autor: António Ventura (PSD)

Data de Entrada: 2011.04.05

Referência: 54.03.00 – N.º 451/IX;

Assunto: [Aquisição onerosa de bens imóveis, para a Região e Institutos Públicos Regionais](#)

Autor: José Cascalho (BE)

Data de Entrada: 2011.04.06

Referência: 54.06.00 – N.º 452/IX.

9 - Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Lay-Off](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.03.23

Referência: 54.04.00 – N.º 411/IX.

10 - Relatórios e Pareceres:

Assunto: [Elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao Ante-Período Legislativo de Abril de 2011](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2011.4.08;

Assunto: Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 7/2011 – “Aprova o regime jurídico de gestão da qualidade das zonas balneares, da qualidade das águas balneares e da prestação de assistência nos locais destinados a banhistas. Transpõe para a ordem jurídica regional a Directiva nº 2006/7/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Fevereiro, relativa à gestão da qualidade das águas balneares”

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2011.4.08;

Assunto: Depoimento Escrito, na qualidade de eventual responsável financeiro e no exercício do princípio do contraditório, no âmbito da auditoria município da Povoação – acompanhamento do plano de saneamento financeiro (anteprojecto de relatório de auditoria – processo nº 10/116.02 do Tribunal de Contas, Secção Regional dos Açores)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2011.4.08;

Assunto: Elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao Ante-Período Legislativo de Abril de 2011

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2011.4.08;

Assunto: Projecto de Decreto-Lei que simplifica o procedimento de criação das áreas de reabilitação urbana, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro (DL 113/2011)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2011.03.31;

Assunto: [Projecto de Proposta de Lei n.º 112/2011 que aprova medidas para incentivar a reabilitação urbana nos domínios do financiamento das operações de reabilitação urbana, da garantia do cumprimento dos contratos de arrendamento e de simplificação dos procedimentos necessários à reabilitação de edifícios](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2011.04.01;

Assunto: [Petição n.º 3/2011 – “Não queremos o projecto de requalificação da Praça Velha sem discussão pública prévia”](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2011.04.08;

Assunto: [Elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao Ante-Período Legislativo de Abril de 2011](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2011.4.11;

Assunto: [Petição “Constituição dos horários da Educação Pré-Escolar, da Educação e Ensino Especial e do 1.º Ciclo do Ensino Básico, em funcionamento nas Unidades Orgânicas da Região Autónoma dos Açores”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2011.04.01;

Assunto: [Projecto de Decreto Legislativo Regional – “Bolsa Regional aos Estudantes do Ensino Superior”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2011.04.01;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial da Região Autónoma dos Açores”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2011.04.01;

Assunto: [Projecto de Decreto Legislativo Regional – “Regime jurídico da atribuição de bolsas de estudo e formação pela Região Autónoma dos Açores”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2011.04.01;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Estabelece o regime jurídico de acesso e de exercício da actividade de organização de campos de férias”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2011.04.01;

Assunto: [Projecto de Resolução – “Construção de um Museu na Ilha do Corvo”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2011.04.07;

Assunto: [Projecto de Resolução que “Recomenda ao Governo que desenvolva as diligências necessárias com vista à criação de um núcleo museológico aeronáutico na ilha de Santa Maria”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2011.04.08;

Assunto: [Elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao Ante-Período Legislativo de Abril de 2011](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2011.4.12;

Assunto: [Petição – “Parque das Garrafas de Gás”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2011.04.08;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional – Quadro Legal da Aquicultura Açoriana](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2011.04.08;

Assunto: [Projecto de Decreto Legislativo Regional – Observatório do Leite e Produtos Agro-Alimentares](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2011.04.08;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional – Regula o Exercício da Actividade dos Profissionais de Informação Turística na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2011.04.08;

Assunto: [Projecto de Resolução — Em defesa dos pescadores e dos proprietários de embarcações de pesca local ou costeira, recomenda a alteração do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2011.04.11;

Assunto: [Relatório Final do Rendimento Social de Inserção](#)

Proveniência: Comissão Eventual para Analisar a Aplicação do Rendimento Social de Inserção

Data de Entrada: 2011.04.04.

11 - Diários:

Estão presentes na Sessão Plenária os Diários n.º s 90, 91e 92, bem com as Separatas n.ºs 1 e 2.

Consideram-se aprovados os Diários da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º s 85, 86, 87, 88 e 89.